

## A natureza das crises contemporâneas

UM OLHAR sobre as dinâmicas de conflitualidade nas últimas décadas associa a constatação da multiplicidade de realidades e fenómenos de violência subjacentes, num movimento que se percebe ser de complexidade progressivamente aumentada. A diversidade de factores de impulso ao conflito, diferentes contextos geográficos, actores díspares e processos de conflito seguindo percursos marcados pela assimetria compõem fenómenos cuja compreensão se apresenta intrincada.

Todavia, uma perspectiva sobre os principais fenómenos de conflito identificados em 2009 – ver mapa em anexo – contribuirá para que seja possível considerar a existência de três dinâmicas com interesse na tentativa de apuramento de eventuais tendências: (i) por um lado, o facto de se assistir

ao predomínio dos conflitos intraestatais em detrimento dos interestatais; (ii) por outro lado, o facto de o continente africano continuar a posicionar-se num lugar de destaque em matéria de conflitos; (iii) por último o acentuar de uma tendência de perpetuação de conflitos previamente existentes e/ou o seu ressurgir, face a um aparente menor significado de novas dinâmicas de conflito.

### Conflitos intra e interestatais

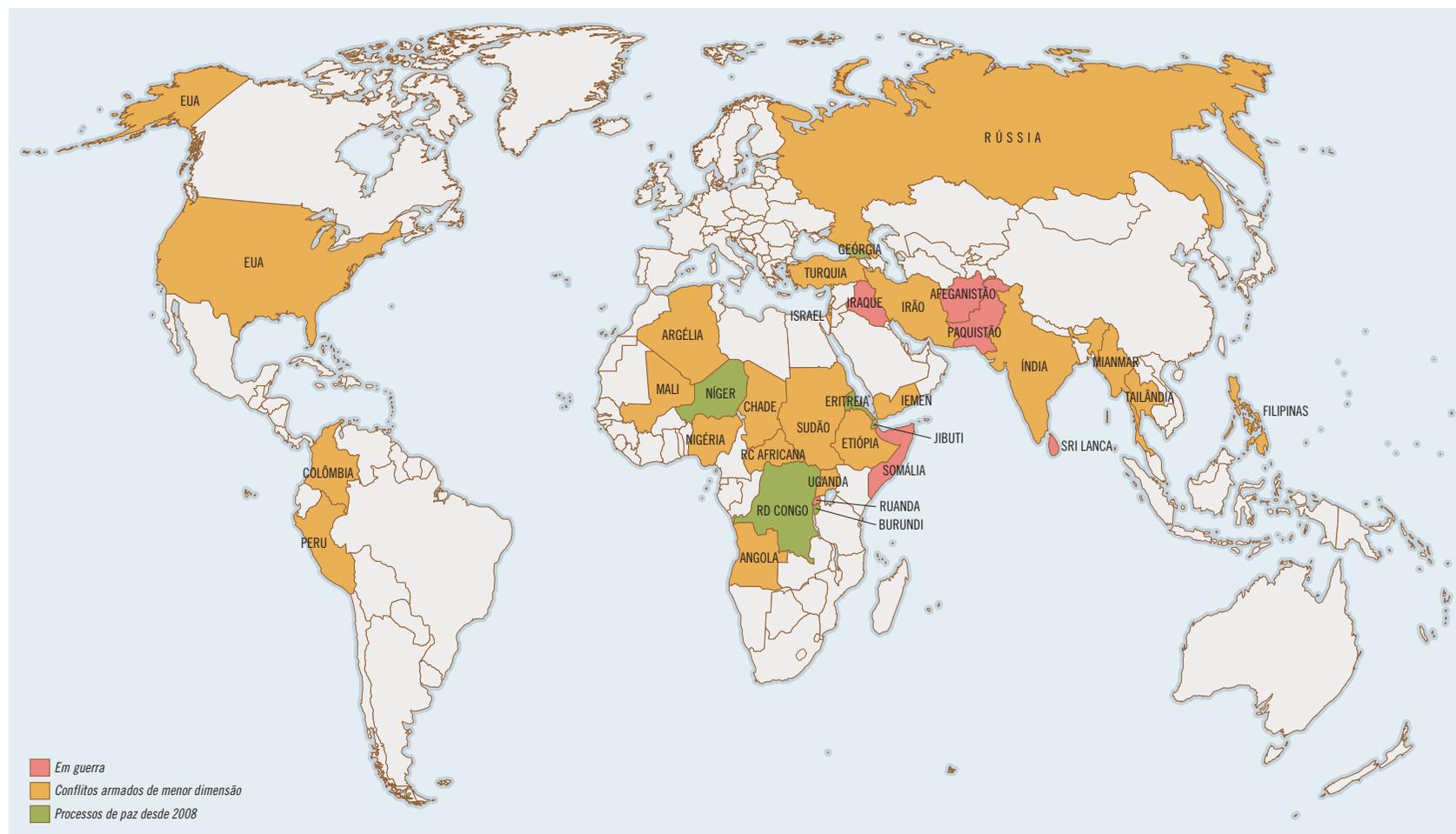
Dando continuidade a uma tendência já verificada em anos anteriores, uma análise mais pormenorizada sobre as características dos conflitos assinalados em 2009 resultará na constatação do predomínio das situações a envolver o actor Estado confrontado com o emergir de actores em contestação/compe-

tição da sua autoridade. Evidencia-se, neste contexto, também, a relevância de fenómenos em que a fragilidade do Estado – e suas instituições – se projecta em múltiplas dimensões, contribuindo para a perenidade de situações de instabilidade, face a um contexto favorecedor, determinado pelo limitado alcance de sistemas politico-administrativos disfuncionais e mesmo inoperantes. Um lento processo de desenvolvimento socioeconómico e de afirmação de capacidades de governação em ambiente democrático associa, ainda, factores de constrangimento à concretização de sistemas de resolução de conflitos e promoção da paz, ao interagir com fenómenos conexos em que factores étnicos, religiosos ou de competição pelo acesso a recursos naturais (de valor económico expressivo) e poder político (ou outro) se repercutem na composição de ambientes frágeis e propensos à violência.

Alicerçados na defesa de um entendimento de soberania que associa limitações ao desenvolvimento de aproximações externas,

o delinear de ambientes onde os conflitos ocorrem em domínios intraestaduais é percebido como possível factor impulsor de dificuldades sustentadas à promoção da paz ao associar, ainda, em determinadas circunstâncias e contextos, o desenvolvimento de uma percebida “barreira” ao maior conhecimento dos mesmos. Em realidades nacionais marcadas pela convivência de factores disruptivos com facetas de fragilidade do Estado e mesmo, em situações limite, com a ausência funcional do Estado, a acção em prol da adopção de mecanismos de resolução de conflitos e promoção da paz deparar-se-á, conforme referido, com desafios adicionais.

Exemplo paradigmático desta realidade será a situação na Somália, onde o emergir de novos vectores de conflito e instabilidade decorre, também, de uma dinâmica onde, por um lado, o isolamento de que o país vem sendo objecto e, num outro quadrante, um processo de clausura do país sobre si mesmo encontrar-se-á associado a uma ten-



dência de paulatino alheamento da comunidade internacional, fazendo-se sentir ao longo de anos – e que decorreu, entre outros factores, da inexistência de condições para o desenvolvimento da acção internacional, considerando a volatilidade da situação interna – que acolheu a introdução de novas facetas de conflito, num processo sustentando a agudização do colapso do Estado e determinante no desenvolvimento de um contexto propício à acção desestabilizadora de alguns actores.

“  
**Um olhar sobre as dinâmicas de conflitualidade nas últimas décadas associa a constatação da multiplicidade de realidades e fenómenos de violência subjacentes, num movimento que se percepção ser de complexidade progressivamente aumentada.**”

A este quadro não será alheia a articulação com o fenómeno da pirataria, entendido como expressão de um conflito continuamente agravado e que agora projecta o seu alcance para novas áreas – nomeadamente marítimas – inserido num quadro de contínua diversificação de vectores de instabilidade. Balizada pelos limites de um quadro legal internacional composto por uma imbricada ausência (ou dificuldade de aplicação) de sistemas de regulação ou, no extremo oposto, pela jurisdição de um Estado que se depara com inoperâncias múltiplas, a situação na Somália tenderá, nesta perspectiva, a evoluir negativamente.

#### **O lugar do continente africano**

Um olhar panorâmico sobre o mapa em anexo propiciará a constatação de que parte dos conflitos registados em 2009 assumiu a forma de conflito travado no contexto do continente africano que, não obstante uma possível natureza marcadamente conjuntural, determinaram o delinear de um quadro onde sobressaem processos de agudização conflitual no continente.

Articulando-se fenómenos de conflito latente e processos de instabilidade crónica, a esta perspectiva não será alheia uma tendência de complexificação do sistema internacional – com projecção também no continente africano – que, pela via de uma progressiva multiplicidade e diversidade de actores, associará novas possibilidades de conflito.

Neste âmbito, Somália, Nigéria, Argélia ou Chade constituirão exemplos de violência, por vezes extremada – e complexidade aumentada, projectada no tempo – e que se posicionarão enquanto contrapeso à persistência de outros conflitos de menor projecção.

Se não será de excluir a possibilidade de introdução de modificações a curto prazo na geografia de conflitos representados no mapa anexo, resulta contudo interessante a verificação da maior incidência dos mesmos no espaço geográfico representado pelo eixo África-Médio Oriente-Ásia, numa arquitectura de instabilidades a contemplar os seis países identificados que acolhem situações classificadas como de “guerra”.

#### **“Novos” e “velhos” conflitos**

Neste renovado registo, arrastando-se ao longo de vários anos – e mesmo ultrapassando a barreira da década – parte dos conflitos que se evidenciaram em 2009 constituem, também, exemplos de um movimento de perpetuação de situações cuja resolução permanece um objectivo inatingido e, paralelamente, de agudização de processos latentes.

Porventura exemplo destas dinâmicas – ao reflectir um historial de conflito projectado, em retrospectiva, até à década de cinquenta do século passado – refira-se a situação no Sudão, um domínio onde esta perspectiva se visualizará com particular evidência no continente africano.

Sendo certo que os conflitos são processos evolutivos, permeáveis ao desenvolvimento de novos quadrantes de antagonismo violento com novos e/ou renovados actores, também no caso do Sudão se vem inaugurando novas dimensões de conflito – como terá ocorrido em Darfur – pese embora sobre um *pano-de-fundo* comum, cujas principais características determinarão o delinear de um contexto que propiciará

o desenvolvimento de novas vertentes de conflito.

Ilustrando a complexidade da promoção de processos de paz abrangentes, desta realidade decorrerá o risco de associação de novos factores de atrito, em agravamento de situações previamente existentes, com possíveis consequências sobre desejáveis processos de paz.

Também no Sudão, a paz permanecerá uma meta ainda não plenamente alcançada, pese embora um percurso recente de paz, ainda precária, que convive com a manutenção de vectores de tensão expressivos.

Ainda de acordo com o quadro traçado no mapa em anexo, o ano de 2009 apresentou-se, assim, como um ano de continuidade no que a dinâmicas de conflito concerne, destacando-se, neste contexto, a indicação de um limitado número de países que acolheram processos de pacificação interna.

De resto esta é, aparentemente, uma realidade que se vem afirmando e que se articulará com uma referida tendência de constância de conflitos, ainda que em estado latente, cuja agudização encontrará estímulo numa problemática crucial em que se afirma a difícil determinação de factores disruptivos e a sua consideração em processos de paz. ■

## Nuevas formas de conflictos, actores, espacios y dinámicas

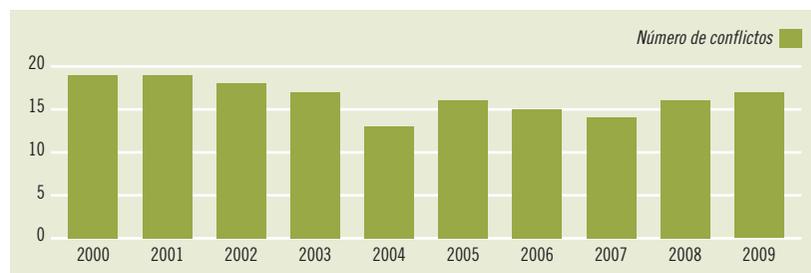
GUERRAS POR GOBIERNOS, tierras y recursos naturales se cruzan con luchas por identidades religiosas, étnicas y nacionales. Los intereses de los conflictos armados actuales no son diferentes que en el pasado, pero se generan relaciones novedosas, por ejemplo entre el crimen internacional organizado, estados débiles y violencia social. La rebelión social en una serie de países árabes entre 2010 y 2011 son el ejemplo más reciente. La mayor parte de los conflictos armados son internos aunque varios de ellos ocurren en espacios transfronterizos, como sucede con el creciente impacto que tienen las incursiones de grupos insurgentes de Somalia y Uganda en países vecinos o la onda expansiva en el Cáucaso. El caso palestino-israelí, en el que dos comunidades compiten por territorio y en favor o en contra de declarar el estado palestino, tiene fuertes implicaciones regionales.

Un aspecto nuevo es la redefinición de la guerra y de la victoria por parte de Estados Unidos y sus aliados de la OTAN e Israel. Se

trata, en realidad, de una adaptación a la realidad en la medida que Irak y Afganistán están convirtiéndose en el símbolo de dos límites: por un lado, la imposibilidad de alcanzar estabilidad política a través de la guerra; por otro, la incapacidad de Estados Unidos de imponer sus intereses pese a su potente máquina bélica.

Los conflictos armados modernos se desarrollan en espacios no tradicionales, con actores estatales e irregulares, dinámicas que afectan gravemente a la población civil (y especialmente a mujeres y niños); con raíces en cuestiones sociales (identidades religiosas, étnicas, nacionales), económicas (pobreza, marginación, desigualdad, competencia por recursos) y políticas (acceso a gobierno y seguridad).<sup>1</sup>

Estas raíces están vinculadas entre sí y se desenvuelven, por un lado, en contextos históricos de formación del Estado, especialmente en situaciones postcoloniales; y, por otro, en la relación de cada uno de los conflictos con el contexto internacional. El mayor o



**Principales conflictos armados.** Fuente: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Disponible en: <http://www.sipri.org/yearbook/2010/02/02A>

menos valor del país afectado depende de su situación geopolítica, los recursos naturales que posea y, desde 2001, la capacidad de apoyar a organizaciones terroristas.

### Identidades e intereses

La crisis de una serie de Estados postcoloniales en la década de los 1990 coincidió o produjo conflictos armados de alta intensidad, de carácter diverso y complejo, especialmente en los Balcanes, Asia Central y África subsahariana. Algunos de ellos se prolongan hasta hoy con características cambiantes. Un factor importante lo constituyen los intereses económicos que generan economías políticas lícitas e ilícitas de la guerra que operan a la vez como un estímulo y un obstáculo para la resolución pacífica.

En Sierra Leona y Liberia la competencia por el control de la producción y tráfico de diamantes alentó las rebeliones contra el Estado mientras que en Sudán la división religiosa ha ido unida a la competencia por tierras cultivables para alimentar el ganado y a la competencia por el petróleo.

La extrema desigualdad en Kenia está vinculada a las divisiones étnicas que se profundizaron desde la colonización británica y un estado institucionalmente débil pero poderosamente corrupto. La violencia es ejercida por *gangs* que operan al servicio de diferentes grupos o personalidades políticas. A la vez, estas bandas sustituyen a un Estado inexistente de manera coercitiva dentro los *slums* o gigantescos núcleos urbanos marginales.

En Somalia el estado postcolonial fue débil para contener la lucha entre clanes. En el caso de Darfur, la marginalidad ha producido una rebelión fragmentada contra el poder central que, a la vez, delegó la respuesta en grupos armados locales. La inmensa riqueza mineral de la República Democrática fue usada desde

la caída desde la caída de Mobutu tanto por el gobierno débil, corrupto y sin estructura, como por los grupos armados opositores. La falta de estado pluralista unido a la pobreza y desigualdad ha generado enfrentamientos entre algunos de los 200 grupos étnicos del país. A la vez, diversos países de la región intervinieron de forma directa o indirecta para obtener beneficios.

Las fuentes de petróleo de Irak han sido una de las causas del interés de Estados Unidos para invadir el país, pero no la única, a la vez que la disputa entre las comunidades suníes, chiíes y kurdas por el crudo no es la única ni principal para la profunda división sectaria. De la misma forma, el opio no es la razón de la guerra en Afganistán, pero desde 2001 en adelante los Taliban y grupos narcotráficantes crearon una infraestructura rígida y eficaz que incluye producción y tráfico. El opio proveniente de las provincias del Sur de Afganistán, controladas por el Taliban, abastece el 80% del consumo mundial. El dinero del narcotráfico financia a campesinos, intermediarios, armas, compra funcionarios y se invierte en negocios como importación de automóviles.<sup>2</sup>

El vínculo entre crimen organizado y conflictos armados no es directo, pero los beneficios de las actividades criminales y comercios ilícitos sirven en diversos casos para financiar a grupos armados. Como indica Stepanova, violencia criminal y conflictos armados son, en realidad, dos manifestaciones de la disfuncionalidad del Estado.<sup>3</sup>

### Redefinir la guerra o la victoria?

En agosto de 2010 Estados Unidos retiró sus fuerzas de Irak después de siete años de guerra. Un contingente de 50.000 efectivos permanecerá en el país para apoyar operaciones del ejército. Los medios de prensa

### LAS TENDENCIAS MUNDIALES

En 2009 había en curso 17 conflictos armados de alta intensidad situados en 16 localidades del mundo, según el último informe anual del Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Entre 2000 y 2009 sólo tres conflictos fueron entre Estados (Eritrea-Etiopía, India-Pakistán e Irak contra Estados Unidos y sus aliados), lo que confirma la tendencia a que las guerras son internas debido, en parte, a la capacidad de la comunidad internacional para prevenir y gestionar conflictos entre Estados.<sup>1</sup>

Por otro lado, seis conflictos en este período se internacionalizaron: el gobierno de Estados Unidos vs al-Qaeda; el gobierno de Afganistán vs el Taliban y Hezb-e-Islami; el gobierno de Irak contra diversos grupos insurgentes; el gobierno de Somalia vs las milicias de al-Shabab y Hizbul-Islam; el gobierno de Ruanda vs la Fuerza Democrática de Liberación de Ruanda (FDLR); y el gobierno de Uganda contra el Ejército de Resistencia del Señor (LRA).

Los conflictos armados de alta intensidad o guerras implican una incompatibilidad entre dos o más actores armados, donde uno por lo menos uno es el gobierno de un Estado, sobre gobiernos o territorios. Esta incompatibilidad causa por lo menos 1000 víctimas mortales anuales, según la definición del Upsala Conflict Data Program.

Un ejemplo de la zona gris entre guerras tradicionales y nuevas formas de violencia se encuentra en México. Aunque no está clasificado formalmente como guerra, el conflicto entre grupos narcotraficantes y el gobierno, en el que participan las fuerzas armadas, ha causado alrededor de 20.000 muertos en los últimos cuatro años.

La violencia en ciudades como Río de Janeiro, Nairobi o Johannesburgo es también una forma de violencia criminal que en ocasiones adquiere contenido político.

<sup>1</sup> *Alerta 2010! Informe sobre conflictos, derechos humanos y construcción de paz*, Escola de Cultura de Paz-Universidad Autónoma de Barcelona-Editorial Icaria, Barcelona, 2010.

mostraron a soldados estadounidenses gritando: “Hemos ganados la guerra!”. Sin embargo, el *New York Times* indicó que no hay “ninguna victoria que declarar en el momento que finaliza la misión de combate en Irak”. El cambio constante de objetivo de la invasión a Irak hizo que el resultado se volviese flexible: prevenir que Saddam Hussein no tuviese armas nucleares, derrocar al régimen, promover la democracia, combatir una insurgencia con múltiples caras y, en la última fase, salir de Irak lo antes posible.

Desde el punto de vista de los resultados, Irak se encuentra en una profunda incertidumbre política: la violencia sectaria continúa, aunque con niveles más bajos que en años anteriores; las comunidades suníes, chiitas y kurdos tienen profundos desacuerdos para gobernar en común; el Estado no provee los servicios básicos que precisa la población; y la influencia iraní es mucho mayor que en la era de Saddam Hussein.

Han muerto 100.000 iraquíes y hay una cifra incalculable de heridos, 4,400 soldados estadounidenses y varios centenares de otros países, y 35.000 soldados de Estados Unidos están heridos y muchos de ellos lisiados. Un millón y medio de iraquíes son desplazados internos y alrededor de una cifra similar vive en pésimas condiciones en países vecinos. El coste económico sólo para Estados Unidos ha sido de cientos de millones de dólares. Irak pagará durante décadas la destrucción de recursos humanos y de infraestructura.

La guerra de Iraq es paradigmática: una coalición de países industrializados liderados por Estados Unidos lanza una guerra contra un régimen débil al que derroca en pocas semanas, pero en siete años no logra imponerse contra una serie de grupos insurgentes, algunos de ellos formados por ex miembros de las fuerzas de seguridad del antiguo régimen iraquí, disueltas por Estados Unidos. Afganistán e Irak configuran un paradigma de guerra asimétrica y que son la representación del límite del poder imperial. A la vez, el objetivo de la guerra se vuelve difuso hasta que se produce el choque entre marcharse declarando una victoria irreal para evitar más bajas, o quedarse arriesgándose a sufrir una victoria real. En este marco es interesante que la coalición de países que acompañaron a Washington han abandonado los campos de batalla a medida que las guerras se volvieron más complejas.

En el caso de Afganistán, Estados Unidos y los aliados de la OTAN luchan contra diversos grupos insurgentes a la vez que tratan de consolidar al gobierno en Kabul que tiene escasa legitimidad y débil capacidad en sus fuerzas de seguridad. Las fuerzas insurgentes operan como sustituto del Estado afgano; y este no se puede sostener sin el apoyo de ejércitos regulares extranjeros (más fuerzas privadas de seguridad) que luchan por ganar el espacio político-militar y marcharse cuando antes.

### “Golpear hasta que se marchen”

El discurso ha cambiado desde el presidente George W. Bush a Barak Obama entre alcanzar la victoria o no perder la guerra; desde derrotar al Talibán a proteger zonas del país para que emerjan enclaves de gobernabilidad afgana; desde castigar a los Talibán por los atentados terroristas de septiembre de 2001 a prevenir que al-Qaeda no use a Afganistán para ataques similares.

A la vez, la intención de evitar las bajas civiles se ve contrarrestada por la presión de las tropas y oficiales en el terreno que quieren luchar con más libertad ante un enemigo que opera desde dentro de la población, en ocasiones con su consenso, y con el que tiene vínculos económicos.

El caso afgano recuerda cada vez más a la guerra de Vietnam. Un estudio con documentos desclasificados muestra que fue una amalgama de diferentes formas de guerra

moderna: convencional, de contrainsurgencia, de liberación nacional, con subcontratación de grupos locales, y con una guerrilla que usaba a la vez formas descentralizadas de combate y centralizadas para conducir la estrategia. Esta combinación de factores la transformó en una guerra total con terrible impacto sobre la población civil del país que quedó atrapada entre las dos partes.<sup>4</sup>

“**El vínculo entre crimen organizado y conflictos armados no es directo, pero los beneficios de las actividades criminales y comercios ilícitos sirven en diversos casos para financiar a grupos armados [...] violencia criminal y conflictos armados son, en realidad, dos manifestaciones de la disfuncionalidad del Estado.**”

En el sudeste asiático el Viet Cong jugaba con el factor del tiempo y la creciente oposición interna en Estados Unidos a la guerra. En el caso afgano, Washington y los aliados de la OTAN están redefiniendo el concepto de victoria para poder salir lo antes posible en una carrera contra el tiempo con sus

parlamentos, medios y opinión pública. A la vez, pelean para mantener su credibilidad basándose en el ilógico principio de que esta es una guerra “que no se puede perder”. Sin embargo, Estados Unidos y la OTAN son crecientemente impopulares en Afganistán y Pakistán.

La lucha contra el tiempo se trata de ganar con alta tecnología (aviones no tripulados o *drones* que operan también en Pakistán de forma selectiva pero con la misma lógica que se bombardeó Camboya para debilitar a la retaguardia del Viet Cong) y sucesivos *surges*. La promesa del presidente Obama que las tropas saldrán de Afganistán en 2011 es resistida por sus generales y los Republicanos que posiblemente recuerdan la frase de un coronel de las fuerzas de Vietnam del Norte que dijo: “No necesitamos victorias militares sino golpearlos hasta que se marchen”.

El experto en cuestiones militares Andrew Bacevich considera que Estados Unidos en Afganistán e Israel en Líbano, el West Bank y Gaza se confrontan con la paradoja de que tienen abrumador peso militar pero no pueden convencer a las poblaciones locales ni tener legitimidad. “El dominio militar, afirma, no se traduce en ventajas políticas”.<sup>5</sup> Helmand no es la Alemania de post guerra como Gaza y el sur del Líbano no son como Japón después de Hiroshima. Una seria posibilidad es que, de estas guerras y victorias perdidas, emerjan sociedades con características imprevisibles. ■



Los patrones de los principales conflictos armados, 2000–2009. Elaboración de Janus, adaptada y actualizada del SIPRI Yearbook 2010, Oxford University Press, Oxford, 2010.

### Notas

- GEBREWOLD, Belachew — *Anatomy of violence. Understanding the systems of conflict and violence in Africa*. Surrey: Ashgate, 2009.
- PETERS, Gretchen S. — “The Taliban and the opium trade”. In GIUSTOZZI, Antonio (Ed.) — *Decoding the new Taliban*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2009, pp. 7-22.
- STEPANOVA, Ekatarina — “Armed conflict, crime and criminal violence”. Oxford: *SIPRI Yearbook 2010*, Oxford University Press, 2010, p.60.
- GREINER, Bernd — *War without fronts. The USA in Vietnam*. Londres: Vintage Books, 2010.
- BACEVICH, Andrew J. — “The end of (military) history? The US, Israel, and the failure of the Western way of war”. Disponible en: [http://www.tomdispatch.com/blog/175278/tomgram%3A\\_andrew\\_bacevich,\\_giving\\_up\\_on\\_victory,\\_not\\_war/](http://www.tomdispatch.com/blog/175278/tomgram%3A_andrew_bacevich,_giving_up_on_victory,_not_war/)

## O petróleo como factor de instabilidade: o exemplo africano

GENERALIZOU-SE, nos últimos anos, uma tendência crescente em sustentação da ideia de que, de alguma forma, os conflitos do futuro teriam como *pano-de-fundo* a competição por recursos escassos, com particular ênfase sobre os recursos hídricos. Peça central em muitas reflexões sobre as dinâmicas conflituais em gênese, a água conquistou espaço como possível factor de impulso ao confronto inter e intraestatal. Tal posicionamento resultaria, entre outros aspectos, da substituição do factor de perturbação “petróleo” por algo mais básico, mais banal e sobretudo menos óbvio, cuja característica determinante seria a indissociabilidade da existência humana.

O simples equacionar desta possibilidade resultava, assim, numa miríade de receios em torno de um cenário de competição pela própria sobrevivência, com níveis de violência crescentes. Perante sociedades “dependentes de petróleo”, e perante a finitude incontestável deste recurso e considerando o carácter moroso da substituição deste por energias alternativas, o petróleo conquistou espaço nevrálgico para o mundo contemporâneo. Já a água, insubstituível, progressivamente escassa, também um recurso finito, ameaçava abrir uma *caixa de pandora* de ameaças à segurança humana.

### Um novo paradigma de conflitualidade?

Ora se esta não será, de facto, uma realidade negligenciável, a verdade é que o ritmo de substituição do petróleo pela água como ponto nevrálgico no delinear de conflitos vem sendo modesto, num contexto em que será, porventura, de considerar, em alternativa, a convivência deste elementos ao invés, pelo momento, de uma dinâmica de substituição.

A convicção de que os conflitos do futuro seriam pelo acesso a fontes de água foi veiculada de forma substantiva pelas palavras de Ismail Serageldin, vice-presidente do Banco Mundial, em 1995, com a já célebre afirmação “*the wars of the next century will be over water*”, mas não se esgotou nelas. A consciência da natureza transfronteiriça de muitos cursos de água, níveis crescentes de *stress* hídrico em algumas regiões, em articulação com alterações climáticas geradoras de desequilíbrios

ambientais com projecção sobre a disponibilidade de recursos hídricos, constituíram factores importantes e sustento da relevância e premência do tema.

Contudo, pese embora a multiplicidade de conflitos e situações de instabilidade (latente) onde a água assumirá relevância, permanecem ainda com visibilidade os exemplos onde será de considerar, ainda, a preponderância do factor petróleo. Dois elementos contribuirão para esta realidade: o valor económico do petróleo e a sua difícil partilha entre actores.

O valor económico da água está ainda longe de acompanhar a sua real importância e a consciência de que se trata de um recurso re-

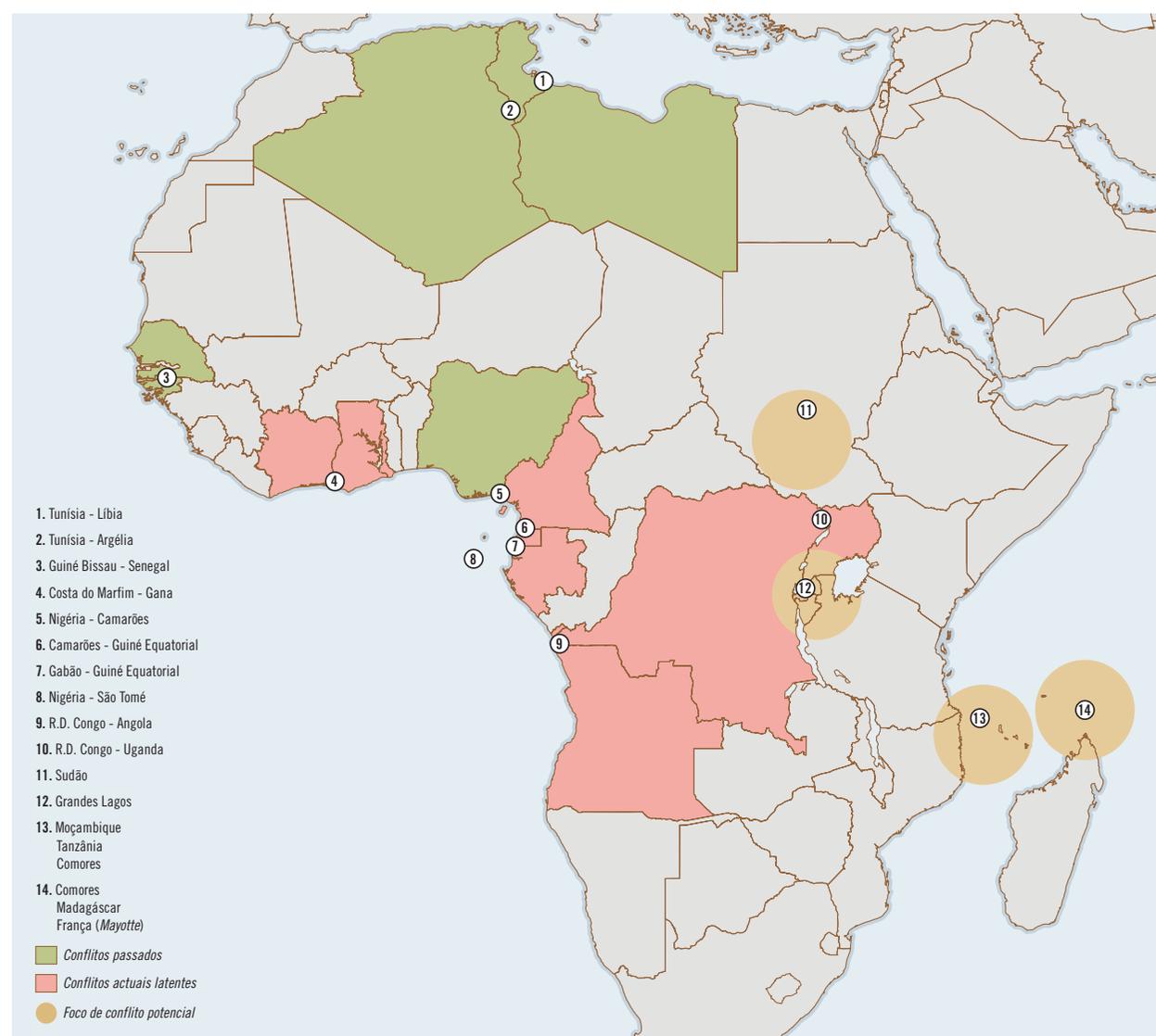
novável, mas finito. O valor do petróleo acompanha a perspectiva da inevitabilidade da sua exaustão, espelha a dependência do mesmo e reflecte dificuldades associadas à sua exploração. Assim, se muitos avançam com cenários em trono da escassez tendencial de recursos hídricos, coexistirá com esta realidade a ainda centralidade do acesso a fontes de petróleo. No caso africano, a situação evidencia uma talvez maior visibilidade, estimulada por diversos factores:

(i) o facto de estarmos perante economias frágeis cujo processo de crescimento vem conhecendo obstáculos estruturais e conjunturais múltiplos, para as quais a exploração e ulterior comercialização de petróleo representará uma possibilidade de fuga ao subdesenvolvimento crónico. De algum modo, o exemplo nigeriano no aproveitamento do potencial petrolífero africano terá sustentado a visibilidade de novos projectos de exploração

em outros contextos geográficos, assumindo-se como paradigma de um acesso a factores de enriquecimento;

(ii) o facto de se tratar de um continente de características específicas no que concerne à delimitação de fronteiras. Herança de um passado de colonização a que acresceram independências recentes e Estados frágeis – por vezes conotadas com diversos conflitos – as fronteiras africanas reflectem, ainda, potencial de conflito;

(iii) o facto de África constituir, em muitos aspectos, um continente inexplorado e/ou percebido como subexplorado, onde permanecerão zonas não estudadas quanto ao seu possível potencial em matéria de recursos naturais, nomeadamente petrolíferos, num contexto em que o exaurir de zonas ditadas tradicionais de exploração petrolífera impulsionarão uma incessante busca de novos locais de extracção;



**África e o Petróleo.** Fonte: Les frontières de la discorde, Jeune Afrique, Março de 2010, Dossier. Disponível em: <http://www.jeuneafrique.com>

(iv) estarmos defronte de equilíbrios regionais voláteis, propensos à desestabilização;  
 (v) a existência de contextos base em fomento de processos de tensão latente na actualidade e em articulação com um passado de antagonismos ainda presentes, com influência sobre relacionamentos bi e multilaterais;  
 (vi) a limitada capacidade regional e continental face à gestão de possíveis conflitos, a que se associa uma modesta articulação de competências em matéria de gestão e resolução de conflitos;  
 (vii) a pacificação de algumas regiões ofereceria, agora, um contexto mais consentâneo com a exploração petrolífera, suscitando o maior interesse de grandes multinacionais.

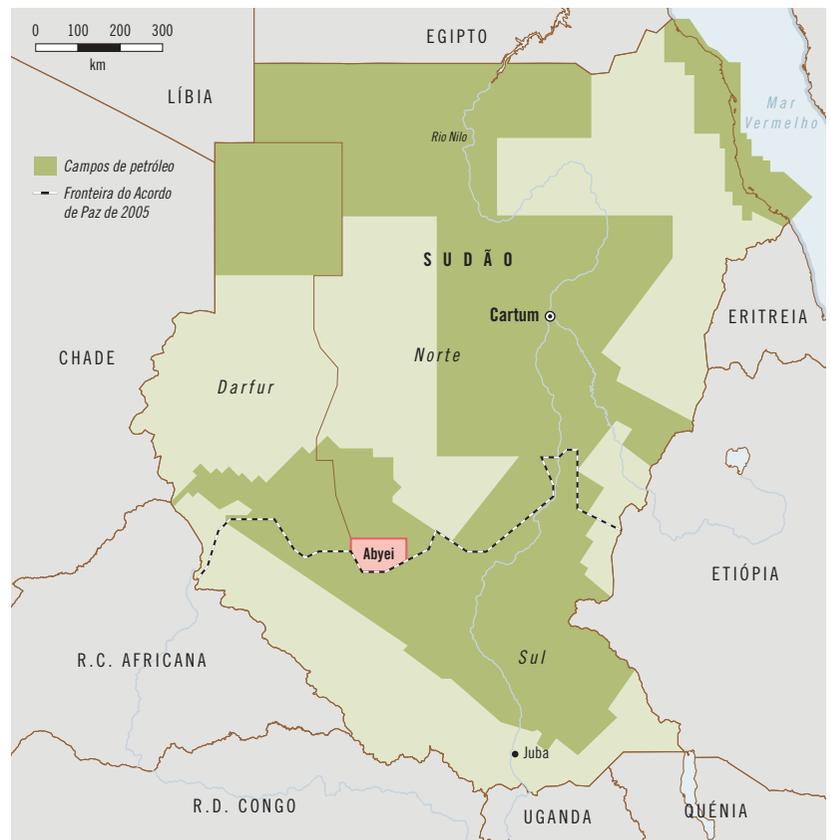
**Ou o “regresso” do velho paradigma?**

De um modo geral, esta realidade africana poderá ser enquadrada em duas categorias principais: as situações novas, no âmbito das quais se procede ao delinear de novos pontos de atrito, e a reavaliação de situações antigas cujas dinâmicas ainda não perderam pertinência. Na categoria das situações novas, o lago Albert, que serve de fronteira parcial à República Democrática do Congo (RDC) e ao Uganda, actuará em possível prenúncio de eventuais

disputas futuras, pelo momento contidas. De ingredientes pautados pela instabilidade, sobre este lago recairão expectativas face a eventuais reservas petrolíferas, suscitando o possível interesse internacional. Limites imprecisos e traçados fronteiriços por clarificar em pormenor colocam frente a frente dois Estados com um lastro de conflitualidade recente e cujo relacionamento permanece eivado pelo peso de um processo de cruzamento de instabilidades que marcou parte da década de noventa e início da presente década, impulsionado por um referido envolvimento ugandês na crise congoleza.

“**Permanecerão ainda com visibilidade os exemplos de conflito onde será de considerar a preponderância do factor petróleo.**”

Ainda neste contexto, será de considerar a situação que coloca *frente a frente* a Guiné Equatorial e o Gana pela soberania do arquipélago de Mbanié, localizado na baía de Corisco, costa atlântica, na zona fronteiriça entre os dois países<sup>1</sup>. Reunindo três pequenas



**Sudão: petróleo e fronteira.** Fonte: <http://www.alvoices.com>

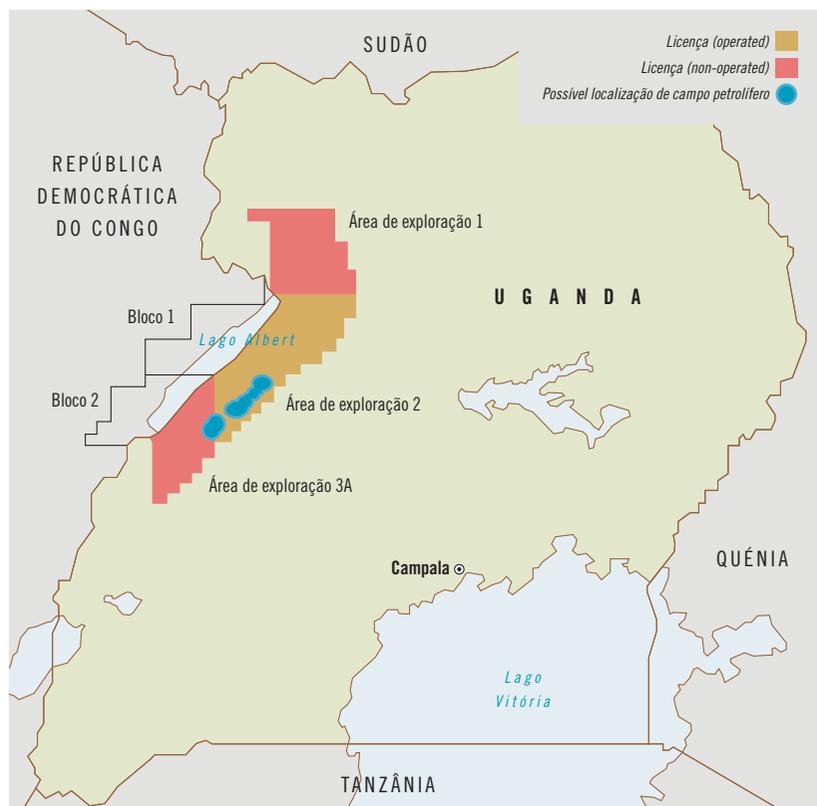
ilhas – Mabnié, Cocotiers e Conga – sobre a região recai a expectativa de existência de consideráveis reservas petrolíferas em impulso à maior visibilidade de uma antiga querela fronteiriça, nunca integralmente resolvida entre os dois países. À semelhança de outras situações em África, também neste caso assume-se como elemento de especial interesse o carácter pouco preciso de traçados de fronteiras coloniais cujo rigor e localização é hoje contestado. No caso em apreço, desde 1972 que esta questão se coloca, assumindo referida relevância o texto do Tratado de Paris de 1900, entre a Espanha e França, antigas potências coloniais na região<sup>2</sup>.

No campo das situações já mais conhecidas da comunidade internacional, e também reflectindo o peso do acesso a recursos naturais sobre dinâmicas sociais frágeis, encontrar-se-á a situação no delta do Níger, que vem colocando a Nigéria perante os desafios decorrentes do desenvolvimento de uma instabilidade crónica com contornos de violência crescente e que opõem movimentos insurgentes – entre os quais será de destacar o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (MEND) – contra as autoridades centrais. No âmbito destes processos será possível encontrar, entre outros aspectos, o factor petróleo. Neste caso

assumirá importância um aludido sentimento de marginalização das populações do delta face aos rendimentos decorrentes da exploração petrolífera na zona<sup>3</sup>. De igual modo, o tenso relacionamento entre o Norte e o Sul do Sudão, não obstante encerrar múltiplas outras vertentes, evidenciou, num passado recente, também, o peso do factor acesso a recursos naturais, nomeadamente petróleo. Neste quadro a situação referente à região de Abyei assumir-se-á como exemplo paradigmático do peso exercido pelo “ouro negro” sobre dinâmicas instáveis, envolvendo população e governos<sup>4</sup>. ■

**Notas**

<sup>1</sup> “Gabon-Equatorial Guinea: UN mediates dispute over Corisco Bay Islands” in IRIN – Humanitarian news and analysis, disponível em <http://irinnews.org/report.aspx?reportid=48239>.  
<sup>2</sup> PASTOR, Sergio Ruiz – “El contencioso de las islas Mbanié; arreglando los desaguisados de la política colonial española” disponível em [www.siged-diplomatique.com](http://www.siged-diplomatique.com); “Gabon, Equatorial Guinea resolving border crisis” Afrol News disponível em [www.afrol.com/articles/18259](http://www.afrol.com/articles/18259); “Gabon Equatorial Guinea: UN mediates dispute over Corisco Bay islands” 23 de Junho de 2004. Disponível em: <http://www.irinnews.org>  
<sup>3</sup> “The Swamps of Insurgency: Nigeria’s Delta Unrest”, Africa Report nº 115, 3 de Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.icg.org>  
<sup>4</sup> “Sudan: Breaking the Abyei Deadlock” Africa Briefing Nº 47, 12 de Outubro de 2007, International Crisis Group. Disponível em: <http://www.icg.org>



**Exploração petrolífera no lago Albert.** Fonte: Uganda, DRC: Eyes on the Prize of Lake Albert, Stratfor. Disponível em: [http://www.stratfor.com/analysis/uganda\\_drc\\_eyes\\_prize\\_lake\\_albert](http://www.stratfor.com/analysis/uganda_drc_eyes_prize_lake_albert)

## A água e o incremento da conflitualidade

NUM ANO EM QUE SE CELEBRAM seis anos da consagração da década 2005-2015 para a temática “Água e Desenvolvimento”, no âmbito dos Objectivos do Milénio definidos pelas Nações Unidas (NU), existirá já margem para a reflexão sobre o trabalho desenvolvido e metas ainda por cumprir. De um modo geral, a água vem constituindo um vector fulcral da adaptação de processos de desenvolvimento à finitude de recursos naturais, num contexto em que prevalecem, todavia, análises aludindo a possíveis impactos negativos decorrentes de uma má ou inexistente gestão de recursos hídricos a nível nacional, regional, continental e mesmo mundial, e sua projecção sobre sociedades humanas.

Para além do conjunto de interrogações suscitadas pela inevitável constatação de um equilíbrio frágil entre oferta e procura de água – num contexto de procura acrescida sobre recursos sujeitos à pressão da actividade humana e condições climáticas –, emergem também em destaque possíveis questões relacionadas com a articulação de fenómenos de escassez progressiva com o incremento da conflitualidade a nível mundial. De uma forma simplista, importará conhecer possíveis consequências de uma competição crescente sobre recursos tendencialmente escassos.

### A caminho da indisponibilidade hídrica

Não obstante os discursos pessimistas na análise da disponibilidade hídrica e sua relação com processos de conflito deverem ser balanceados com um passado histórico evidencian-

do metodologias, apesar de tudo, em algumas circunstâncias, eficazes e tendencialmente pacíficas, na gestão de conflitos relacionados com a partilha de recursos hídricos, o ponto central consistirá em verificar da sustentabilidade desta tendência, num contexto de consumos crescentes. Assume neste quadro especial interesse a eventual consideração do conceito de “Peak Water”, por analogia com o conceito de “Peak Oil”, isto é, a possibilidade de termos já atingido um ponto de viragem em matéria de disponibilidade hídrica e ingressado num movimento decrescente, balizado por limites naturais ao uso e consumo (humano e outros) de água.

Se a esta análise acrescentarmos a consciência de que as grandes bacias hidrográficas e

	Bacias de rios transfronteiriços		Aquíferos transfronteiriços
	Número	Área das bacias internacionais (em %)	Número
África	59	62	40
Ásia	57	40	70
Europa	69	55	89
América do Norte e Central	40	37	41
América do Sul	38	59	29
<b>Total</b>	<b>263</b>	<b>48</b>	<b>269</b>

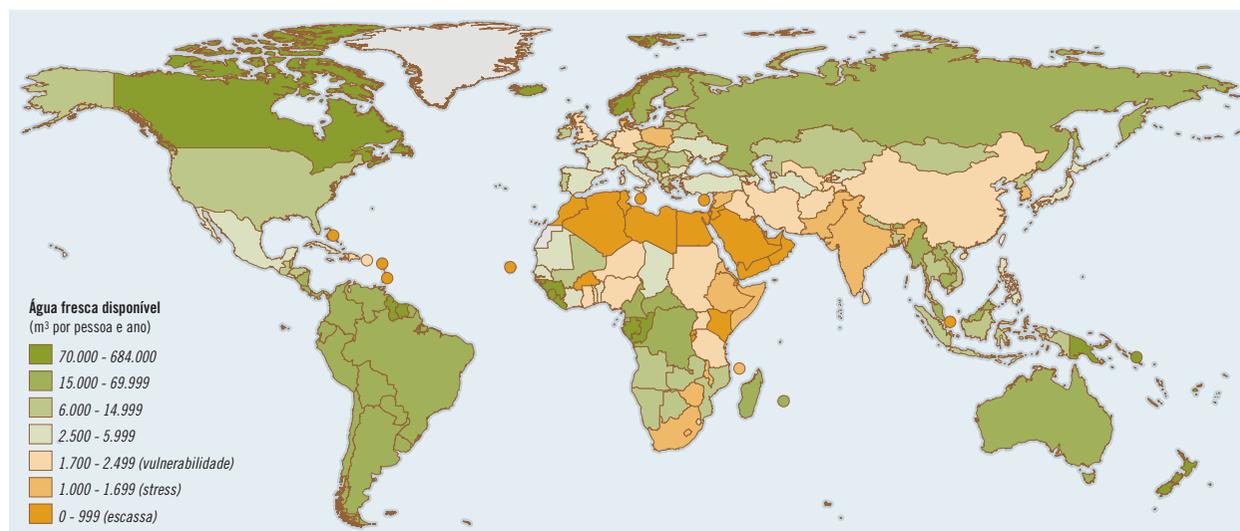
### Rios transnacionais e aquíferos partilhados por cinco ou mais Estados.

Fonte: COOLEY Heather, CHRISTIAN-SMITH, Juliet, GLEICK, Peter, ALLEN, Lucy e COHEN, Michael “Understanding and Reducing the Risks of Climate Change for Transboundary Waters” December, 2009, Pacific Institute em colaboração com o United Nations Environmental Programme. Disponível em: <http://www.pacinst.org/>

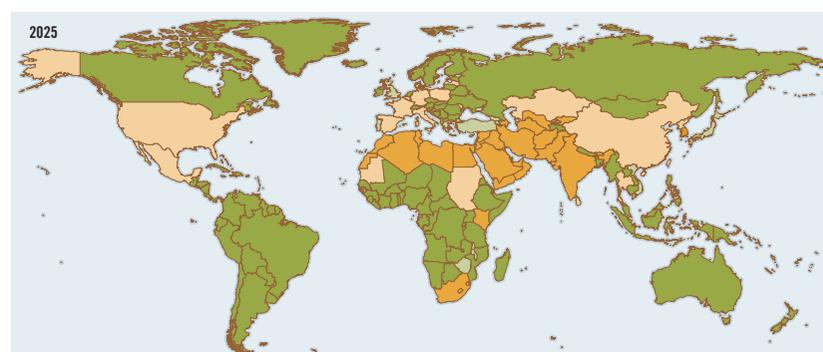
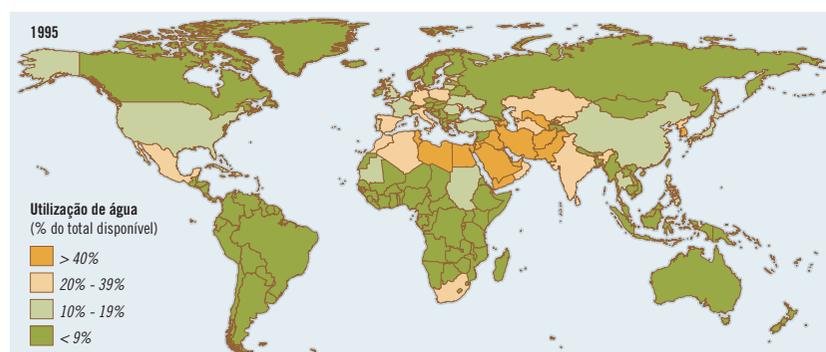
aquíferos mundiais se encontram em localizações geográficas sujeitas à partilha por vários Estados, este cenário toma novos contornos. Este quadro será agravado pela possível desadequação de instrumentos juridico-diplomáticos na gestão de recursos partilhados face a alterações com significado projectadas em realidades permeáveis à mudança (ver quadro “Rios transnacionais e aquíferos partilhados

por cinco ou mais Estados”).

De maior visibilidade em áreas específicas, a equação água-conflito resultará, assim, associada a alguns elementos entre os quais se assinalam: (i) ritmos assinaláveis de crescimento demográfico; (ii) processos incipientes de desenvolvimento industrial com recurso a tecnologias hidro-dependentes; (iii) ausência de mecanismos de segurança face a disponi-



**Stress hídrico mundial, 2007.** Fonte: Philippe Rekacewicz – “Increased Global Water Stress”. In *UNEP/GRID-Arendal Maps and Graphics Library*, Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://maps.grida.no/go/graphic/increased-global-water-stress>



**Stress hídrico mundial, 1995-2025.** Fonte: Philippe Rekacewicz — *Le Monde diplomatique*. Fevereiro de 2006. Disponível em: UNEP/GRID-Arendal, Increased global water stress, *UNEP/GRID-Arendal Maps and Graphics Library*, <http://maps.grida.no/go/graphic/increased-global-water-stress> (consultado em Maio de 2010).

bilidades decrescentes (legislação compatível, sistemas nacionais de aproveitamento e reaproveitamento hídrico, entre outros); (iv) programas visando o estímulo à segurança alimentar, que se desenvolvem com base em culturas de elevado consumo de água; (v) processos conexos de degradação ambiental com impacto sobre sistemas hídricos (desflorestação, por exemplo).

Neste quadro, África, Médio Oriente e algumas regiões asiáticas constituem exemplos paradigmáticos dos aspectos enunciados. Não apenas aí encontramos bacias hidrográficas de assinaláveis dimensões, dispersas por diversos Estados e submetidas a múltiplos enquadramentos económico-sociais, como esta realidade convive com expectativas de futuro enformadas pela perspectiva de menor disponibilidade hídrica (Ver Figuras “Stress hídrico mundial” e “Disponibilidade hídrica por bacias hidrográficas 1995-2025”).

“  
...estaremos perante um equilíbrio frágil entre a oferta e a procura de água.  
”

Pela sua dimensão, possíveis impactos junto de comunidades humanas de dimensão assinalável e localização em zonas geográficas de instabilidade latente será de referir, a título de exemplo, a situação junto da bacia hidrográfica do Nilo, em África.

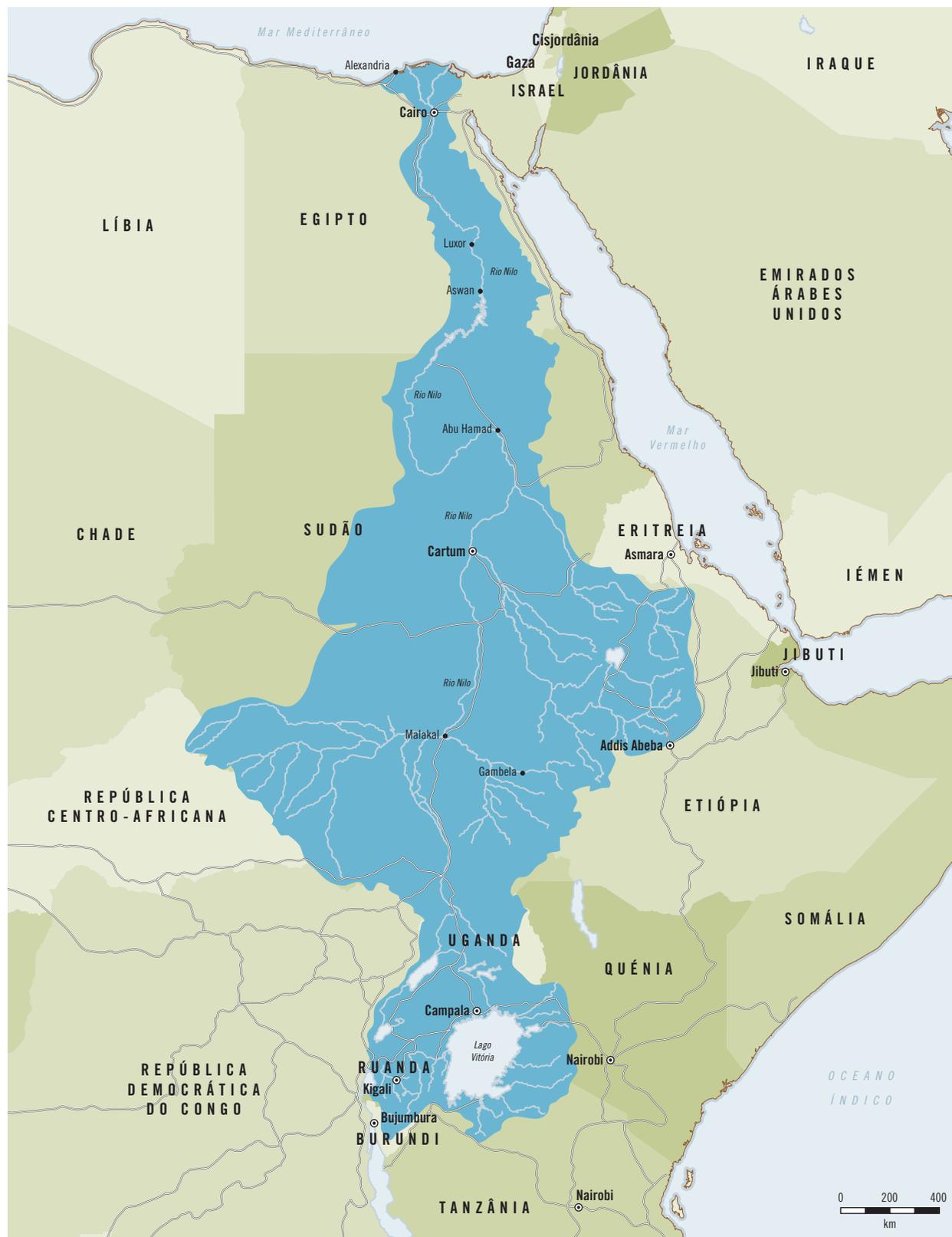
Considerado o maior rio a nível mundial (em comprimento) com cerca de 6.700 kms de extensão, o rio Nilo possui duas características determinantes num exercício de análise prospectiva de possíveis consequências decorrentes de uma competição tendencialmente crescente pelas suas águas, sobre a estabilidade da região onde se insere:

i. trata-se de um curso de água cuja bacia hidrográfica integra 11 Estados, sendo que esta realidade não resulta de uma hipotética concentração de Estados de pequena dimensão num espaço geográfico reduzido, mas outros sim estamos perante uma extensa área geográfica onde convivem países de grandes dimensões. A bacia hidrográfica do rio Nilo compreende os Estados do Egipto, Sudão, Sudão do Sul, Etiópia, Eritreia, Uganda, Quênia, Tanzânia, Burundi, Ruanda, República Democrática do Congo e República Centro-Africana (ver Figura “Bacia Hidrográfica do Nilo”). Assinala-

se, neste contexto, a existência de diversos conflitos recentes e/ou em curso, bem como o conhecimento de múltiplos processo de tensão crónica e/ou latente, num desenho de instabilidades político-sociais pouco tranquilizador. De um modo geral a bacia hidrográfica

do Nilo acompanha parte assinalável do principal “arco de conflitos” no continente africano: o que compreende o eixo Sudão-Corno de África-República Democrática do Congo; ii. trata-se de uma bacia hidrográfica sujeita à pressão crescente de um moroso processo de

crescimento económico encetado pelos países que integra, onde assumem papel de relevo o crescimento da população e inerentes necessidades crescentes de produção agrícola e, consequentemente, de disponibilidade hídrica. ■



**Bacia hidrográfica do Nilo.** Fonte: Fonte: BLOCK, Paul J, “Mitigating the Effects of Hydrological Variability in Ethiopia” International Research Institute for Climate and Society, Columbia University, New York, 2008, Consultative Group on International Agricultural Research (CGIAR) Challenge Program on Water & Food, Working Paper 1. Disponível em: <http://www.waterandfood.org>

## Revisitando os Grandes Lagos

MAIS DE UMA DÉCADA após aquela que foi denominada “a Primeira Guerra Africana”, pelo número de actores e complexidade dos interesses envolvidos, a República Democrática do Congo continua a ser palco de um conflito a conta-gotas que originou, indirecta ou indirectamente, mais de 3 milhões de mortos desde 1998. O Leste do Congo constitui o exemplo paradigmático da pouca relevância das fronteiras políticas, de confluência de interesses económicos regionais e de fragilidade do Estado face à inexistência de um processo de consolidação da nação congoleza.

### O rastilho dos territórios

#### Kivu Norte e Sul

É nos Kivus que se jogam as principais dinâmicas regionais, a credibilidade da comunidade internacional e muito do que será o futuro e a estabilidade geopolítica dos Grandes Lagos. As ondas de choque do genocídio no Ruanda, em 1994, permanecem relevantes na análise dos grupos armados que operam no Leste do Congo e que se recompõem e redefinem alianças numa base *ad-boc*, desestabilizando a região e tornando muito difícil a implementação de uma estratégia de resposta coerente por parte dos actores estatais.

No final de 2008, após uma década de desencontros e acusações mútuas, a reaproximação entre o presidente congolês, Joseph Kabila, e ruandês, Paul Kagamé, resultou num acordo entre os dois líderes e teve impacto no equilíbrio de poderes nos Kivus. Isto marcou uma mudança fundamental na política regional, já que o Ruanda veio apoiar o combate a uma rebelião congoleza que anteriormente tinha sido acusado de fomentar, podendo assim penetrar com o seu exército no Leste do Congo para tentar neutralizar conjuntamente os grupos hutus das Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR) na região. Este acordo envolveu algumas concessões por parte de Kabila, obrigando-o a ceder às exigências políticas do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), um grupo originalmente criado para defender os interesses da comunidade tutsi e que no passado o tinha prejudicado consideravelmente com a sua base eleitoral de apoio. A prisão do general Nkunda, líder do CNPD, em 2009, veio impulsionar a integração deste grupo no exército congolês e

permitiu um maior peso da sua agenda política, tal como está reflectido no acordo celebrado entre o governo e alguns grupos armados nos Kivus, de 23 de Março de 2009.

No entanto, o acordo não conseguiu alterar as limitações da abordagem político-militar que tem sido seguida nos últimos anos, a qual não constitui uma solução de longo prazo para os conflitos na região. Vários sectores da FDLR resistem ao desarmamento forçado, formando alianças com as milícias congolezas locais, que recusam a integração no exército nacional. Alguns sectores descontentes do CNDP e outros dissidentes juntam-se também à FDLR ou formam grupos que não estão devidamente enquadrados no processo de paz em curso nem nos planos de reforma do exército. Para além disso, as fraquezas estruturais do exército e das outras forças de segurança abrem caminho ao reagrupamento e ressurgimento recorrente dos grupos rebeldes.

Com cerca de um terço do exército congolês em operações nos Kivus, não há tempo para implementação de várias reformas essenciais no sector da segurança, nem para a sua consolidação. Com efeito, a rápida integração de antigos rebeldes – muitos deles criminosos de guerra – no exército congolês, e o seu envolvimento posterior em operações pouco planeadas e organizadas tem vindo a ter resultados escassos, gerando mesmo situações em que os rebeldes integrados se vêm confrontados

com a necessidade de combaterem os grupos dos quais faziam parte. Alguns militares são integrados mas continuam a dirigir milícias pessoais, enquanto outros são acusados de fornecerem a FDLR e outras milícias. Isto origina situações de grande complexidade, em que efectivos do exército e alguns grupos rebeldes competem ou trabalham em conjunto para a exploração de riquezas económicas na região, para controlo das reservas minerais e do comércio ilícito destas mercadorias. Desde 2009, vários analistas tem alertado para o facto de ser praticamente impossível neutralizar a FDLR sem abordar a questão de quem são os seus apoiantes e da existência de uma rede de crime internacional para exploração das riquezas minerais do Leste do Congo. Se nenhuma das partes tem hipóteses de conseguir uma vitória total em termos militares, os grupos envolvidos possuem os recursos necessários para prolongar o conflito indefinidamente. Noutras partes do território, o exército congolês combate ainda os rebeldes ugandeses do Exército de Resistência do Senhor, que encontram no nordeste do Congo uma base de lançamento das suas operações, aterrorizando as populações nos dois lados da fronteira.

### Uma estabilização difícil

Neste contexto altamente militarizado, a violência sexual tornou-se não apenas uma arma de guerra, mas um hábito comum nas operações militares, pelo que a população é duplamente vitimizada pelos ataques esporádicos de vários grupos rebeldes e pelas violações

de direitos humanos perpetradas pelos soldados congolezes. O número de deslocados internos é, em consequência, um dos maiores do mundo, atingindo 1,5 milhões de pessoas apenas no Leste do Congo, segundo dados de Outubro de 2010.

Os problemas são simultaneamente nacionais e regionais. Por um lado, é necessário que as discussões políticas regionais permitam acordar uma visão estratégica para o futuro dos Grandes Lagos, envolvendo questões políticas, militares, económicas, de terras e dos movimentos populacionais.

Por outro lado, as dinâmicas internas nos países que compõem os Grandes Lagos têm tido uma importância significativa no plano regional, nomeadamente no que respeita à forma como é conduzido o debate político e como são geridos alguns programas fundamentais, tais como a Reforma do Sector de Segurança (RSS) ou os processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR).

### O fantasma da ideologia genocidiária

Em todos os países da região, os regimes são democráticos, mas as preocupações securitárias prevalecem sobre as liberdades políticas e a realização de eleições ainda representa uma ameaça de escalada da violência. Frequentemente, os resultados eleitorais expressam a opressão ou a desistência prévia dos opositores, como reflectem os mais de 90% de votos à primeira volta das últimas eleições presidenciais, no Ruanda e no Burundi (ambas em 2010). No Ruanda, a necessidade de união interna pós-genocídio resultou não apenas na eliminação da menção étnica em todos os documentos e instituições oficiais, mas também numa maior dificuldade de debate político interno e numa atitude mais repressiva das vozes dissidentes do regime. As restrições à actividade dos órgãos de comunicação social, as detenções arbitrárias, ou a imposição de limitações à oposição política justificam-se, invariavelmente, com a necessidade de neutralizar extremistas e apoiantes dos rebeldes hutus, aliados da ideologia genocidiária, ou elementos fomentadores das divisões étnicas. A liderança do presidente Paul Kagamé, anterior líder da Frente Patriótica Ruandesa que desde o início da década de 1990 procurava uma via para assumir o poder no Ruanda, parece compensar nas urnas e em termos de segurança imediata, mas suscita dúvidas quanto à real reconciliação dos ruandeses e quanto ao futuro da estabili-



Geopolítica dos Grandes Lagos. Fonte: Patrícia Magalhães Ferreira.

## PRINCIPAIS GRUPOS ARMADOS NO LESTE DO CONGO

### Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR)

A FDLR foi formada por hutos ruandeses ligados ao genocídio no Ruanda e inclui membros do exército ruandês do período do presidente Habyarimana e das milícias extremistas *Interamwwe*. Após o genocídio, reagruparam-se no Leste do Congo e formaram a FDLR, que se aliou ao presidente congolês Laurent-Desiré Kabila após 1998 para combater a influência do regime ruandês no Leste do Congo. Alguns foram absorvidos pelo exército congolês. O filho de Laurent-Desiré, Joseph Kabila (actual presidente da RDC), permitiu que as tropas ruandesas entrassem no Leste do Congo, em 2009, para perseguirem a FDLR. Este grupo possui ainda um braço armado – FOCA (Forças Combatentes Abacunguzi) que está activa no Kivu Sul.

### Milícias Mai-Mai

São essencialmente milícias de defesa formadas numa base *ad-hoc* pelos “senhores da guerra” e líderes locais nos Kivus, frequentemente segundo linhas étnicas, constituídas por grupos relativamente pequenos de jovens armados. Algumas das maiores e mais conhecidas, como os Patriotas da Resistência Congoleza (PARECO) ou a Aliança de Patriotas para um Congo Livre e Soberano (APCLS) juntaram-se ao processo de paz em Março de 2009, mas outros grupos voltaram a assumir posições no Leste do Congo. Muitas destas milícias assumem o nome do seu líder. Alguns fazem alianças com grupos rebeldes como a FDLR.

### Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP)

Após ameaçar invadir Goma (capital do Kivu Norte) e do seu líder, Laurent Nkunda (um senhor da guerra tutsi), ter sido detido, o CNDP transformou-se num partido político e juntou-se ao processo de paz, embora alguns milhares resistam à integração no exército congolês. O grupo de integrou o exército administra o distrito de Masisi e tem sido acusado de estar envolvido em actividades ilegais, nomeadamente exploração mineira e extorsão.

### Forças Patrióticas para a Libertação do Congo (FPLC)

Este grupo está activo no Kivu Norte e é liderado pelo general Gad Ngabo, recrutando os seus membros segundo linhas étnicas e competindo com o CNDP pelo controlo de áreas nessa região. Estima-se que tenha apenas algumas centenas de combatentes.

### Frente para a Resistência Patriótica em Ituri / Frente Popular para a Justiça no Congo (FRPI/FPJC)

É um grupo residual mas com algum impacto humanitário. Estão activos a sul de Ituri e combatem as forças governamentais e os efectivos das Nações Unidas. O seu anterior líder, Germain Katanga, está detido para julgamento pelo TPI, com outros líderes de milícias de Ituri, acusados de crimes contra a humanidade.

### Exército de Resistência do Senhor (LRA)

Este movimento foi fundado nos anos 1980 por Joseph Kony, para estabelecimento de uma “teocracia fundada no cristianismo” no Uganda. Operavam inicialmente a partir do Sul do Sudão, mas o Acordo de Paz nessa região e a acusação de Kony pelo TPI levaram a que se instalassem no Nordeste do Congo, tendo resistido a todas as ofensivas que já foram desencadeadas pelo exército ugandês e congolês para a sua neutralização. O grupo é conhecido pelos raptos de crianças e pelas mutilações que aterrorizam as populações.

### Forças Democráticas Aliadas/Exército Nacional para a Libertação do Uganda (ADF-NALU)

O grupo foi fundado na década de 1990 pelo rebelde ugandês Jamil Mukulu, agregando apoiantes dos antigos regimes de Idi Amin e de Milton Obote no Uganda. Desde meados dessa década que permanecem no Kivu Norte, tendo integrado negociações com o Uganda e a RDC desde 2009. Têm sido noticiadas alianças *ad-hoc* deste grupo com os Mai-Mai, para a realização de ataques esporádicos.

dade política no país. Perante este cenário, os fantasmas da responsabilidade ocidental pelas causas profundas da divisão etnopolítica e pelo falhanço da resposta ao genocídio originaram um apoio externo significativo ao regime ruandês, encarado com exemplo positivo da cooperação internacional para o desenvolvimento. No Burundi, onde o poder está concentrado na maioria hutu – depois de décadas de domínio da elite tutsi após a independência – o equilíbrio político é igualmente frágil, marcado por solidariedades étnicas e pelo impacto do genocídio ruandês. Após dez anos de guerra civil e três de transição política, o Conselho Nacional para a Defesa da Democracia (CNDD-FDD) venceu as eleições em 2005 e o principal grupo rebelde (Forças Nacionais de Libertação – Palipehutu-FNL) transformou-se em partido político em Abril de 2009, tendo início um processo de desmobilização e integração dos combatentes da FNL nas forças de segurança burundesas. No entanto, a luta pelo poder no seio da elite hutu e a fragilidade do processo

democrático ameaçam o processo de consolidação da paz, prejudicado igualmente pela grande pressão demográfica, pelos conflitos de terra e pelo regresso cíclico de refugiados, à semelhança do que acontece no Ruanda. No Burundi, a mediação internacional liderada pela África do Sul estabeleceu uma “Parceria para a Paz”, que inclui as Nações Unidas, a União Africana, o Uganda e a Tanzânia, procurando apoiar o processo de paz e a integração civil e militar das FNL. As falhas deste processo poderão ter repercussões negativas no futuro, já que muitos combatentes das FNL não foram reconhecidos como tal, estando excluídos de qualquer compensação ou assistência. No Congo, a MONUC – renomeada Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização na RDC (MONUSCO) a partir de Julho de 2010 –, apesar de estar presente há mais de uma década no território congolês e de ter sido a maior operação de paz no mundo, tem tido grande dificuldade em encontrar formas de actuação que sejam simultaneamente ef-

cazes na protecção da população civil e na prossecução dos objectivos militares. Em primeiro lugar, as operações conduzidas, desde meados de 2009, pelas forças armadas congolezas (FARDC) com o apoio da missão das Nações Unidas têm tido resultados limitados na neutralização das capacidades operacionais das FDLR, permitindo o seu reagrupamento posterior e novos recrutamentos nas comunidades locais. Em segundo lugar, não existe uma capacidade de resposta às graves violações de direitos humanos cometidas pelos grupos armados e pelos elementos da segurança nacional. Isto originou não só críticas à Missão mas também perda de credibilidade pelas acusações de reforço da cultura de impunidade e de cumplicidade na perpetração dos ataques a civis (dado as missões conjuntas com as FARDC). Por último, a missão não apresenta uma capacidade adequada de resposta, o que deriva de uma confluência de factores relacionados com a dimensão do território, a evolução errática da situação

no terreno – com a redefinição constante de alianças entre as FDLR, as milícias Mai-Mai e outros elementos de grupos armados congolezes e dos países vizinhos – e o mandato da própria missão (centrada na *peacekeeping*). O Governo congolês pretende a retirada das forças das Nações Unidas em meados de 2011, por altura das eleições gerais, pelo que se impõe uma reconfiguração e uma revisão fundamental do papel que as Nações Unidas e outros actores internacionais têm desempenhado face às dinâmicas locais e regionais.

“ O processo de paz regional está [...] estreitamente ligado com o tem sido a evolução do Estado congolês e com a necessidade de criar e reforçar instituições, centrais e locais [...] ”

A fraqueza das instituições do poder central no Leste do Congo e a instabilidade política ao nível local – frequentemente com divergências entre o poder legislativo e executivo – favorecem as tensões entre comunidades e etnias, as quais são exacerbadas, quer por conflitos de terras, quer pelos vários fluxos de deslocados internos e desalojados ao longo das últimas duas décadas. O processo de paz regional está, assim, estreitamente ligado com o tem sido a evolução do Estado congolês e com a necessidade de criar e reforçar instituições, centrais e locais, para a promoção da reconciliação entre comunidades, a gestão de conflitos, as questões da representação política das minorias étnicas, ou a capacidade de responder às necessidades das populações.

Apesar do processo de paz formalmente em curso, os dissidentes do Uganda, do Ruanda e do Burundi continuam (e continuarão) a recrutar apoiantes no Leste do Congo e a criar coligações armadas transfronteiriças, aproveitando a fraca soberania do Estado congolês na região, a diversidade e baixo grau de integração do exército e as tensões étnicas locais para prossecução dos seus interesses económicos e políticos. Estes problemas ainda não contam com uma resposta coordenada, estratégica e eficaz por parte da comunidade internacional, que possa equacionar em simultâneo as causas e os sintomas da instabilidade na região dos Grande Lagos. ■

## América Latina e Caraíbas: principais zonas de tensão

A AMÉRICA LATINA E AS CARAÍBAS, uma região diversa e heterogênea, é considerada hoje uma ampla zona de paz à margem das ameaças do terrorismo transnacional e dos conflitos armados que resultam da chamada “guerra global contra o terror”. Podemos afirmar que não existem, de momento, conflitos interestaduais que possam evoluir para conflitos armados ou guerras, mas outras ameaças não tradicionais à segurança, como o narcotráfico e a violência urbana, tornam esta região uma das menos seguras do planeta. Existe também o risco de que a conflitualidade e a violência doméstica, como no caso da Colômbia, alastrem aos países vizinhos através das fronteiras.

### Os conflitos territoriais

O Peru e o Equador – países que protagonizaram o último conflito armado interestadual que se produziu na região – resolveram as

suas questões fronteiriças entre 1998 e 1999. Antes, em 1990, o Chile e a Argentina tinham já solucionado todas as suas controvérsias territoriais, com a exceção da demarcação de 50 km de uma faixa glacial ao sul da Patagônia. A tendência é, pois, para que as tensões e as controvérsias territoriais e fronteiriças sejam resolvidas por meios pacíficos e negociados ou recorrendo aos procedimentos jurisdicionais próprios do Direito Internacional. Não obstante, ficam alguns contenciosos por resolver, como as reivindicações da Argentina sobre as ilhas Malvinas / Falklands, nas mãos do Reino Unido desde 1833 e motivo de guerra entre os dois países em 1982; as reclamações por parte da Venezuela de 150.000 km<sup>2</sup> (2/3 do actual território) da Guiana, disputa submetida a um processo de mediação da ONU desde 1989; as reivindicações por parte da Nicarágua de 50.000 km de plataforma marítima, na posse de Colômbia há 80 anos; e a

demanda secular de uma saída para o mar por parte da Bolívia, ao Chile.

### As redes transnacionais de delito e a “guerra ao narcotráfico”

Boa parte da violência na América Latina e Caraíbas está relacionada directamente com o papel dos grupos e redes de delito no trânsito de sul para o norte do continente (EUA) e costas atlânticas (com destino à Europa) de cocaína e outras drogas ilícitas; e do norte para o sul do continente, de armas e de dinheiro para lavagem.

O confronto entre grupos rivais pelo acesso aos mercados, principalmente nos EUA – cada vez mais contraído pela diminuição da procura – e entre estes grupos de delito e os próprios estados, tem vindo a gerar cada vez mais violência na região, justificando aquilo que muitos consideram ser uma verdadeira “guerra ao narcotráfico”. O discurso oficial e a mobilização de efectivos militares por parte dos Estados<sup>1</sup> evidenciam esta nova forma de guerra, sustentada em parte com a enorme assistência económica e militar dos EUA, principalmente através do Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida.

As numerosas e complexas redes de delito encontram ampla margem de manobra em alguns estados, mais concretamente nas áreas de fronteira. Com efeito, a violência e a corrupção institucional têm penetrado como nunca a fronteira entre o México e os EUA, assim como a fronteira oriental da Guatemala e as zonas de fronteira da Colômbia com o Equador, a Venezuela e o Brasil, onde as taxas de criminalidade são muito elevadas e o controlo do território por parte destes grupos armados e narcotraficantes é mais que evidente. De Ciudad del Este no sul, até ao município de Tecate no norte, passando pelos 360 km de fronteira que o Haiti partilha com a República Dominicana, nas Caraíbas; as fronteiras apresentam as mesmas características de violência, deslocamentos humanos, criminalidade e corrupção das instituições estatais, quando não a ausência das mesmas.

Outra forma de violência na região está mais associada com a pobreza e indigência que se vive nalgumas zonas onde a livre circulação de armas e a impunidade que impera alenta as actividades criminosas (roubos, sequestros, etc.), provocando, muitas vezes, instabilidade e graves crises políticas, como, por exemplo, a crise boliviana em 2003<sup>2</sup>. As



Colômbia – Equador – Venezuela: tensão nas fronteiras. Fonte: OBSERVARE.

taxas de criminalidade, em particular nalguns países da América Central e na Venezuela, encontram-se entre as mais altas do mundo<sup>3</sup>. Entende-se assim por que a segurança se converteu numa das principais preocupações dos cidadãos latino-americanos<sup>4</sup>.

### México – EUA: fronteiras da imigração ilegal e do narcotráfico

A fronteira norte-mexicana destaca-se pela progressiva militarização da política de segurança do actual governo e a violência extrema que é resultante do confronto entre bandos de narcotraficantes. A complexa penetração do narcotráfico nas forças policiais locais, a diversificação dos cartéis de droga em actividades económicas lucrativas como o contrabando de armas e pessoas para os EUA, bem como a lavagem de dinheiro, têm dificultado a “guerra” das autoridades, de ambos os lados da fronteira, contra estes grupos ilegais altamente consolidados.

Mais para o sul, o intenso fluxo de imigrantes da Guatemala, Honduras, El Salvador e Colômbia, que procuram ingressar nos EUA cruzando, primeiro, o rio Suchiate para logo alcançar Tapachula, considerada a principal rota de migração ilegal para esse país, fazem da província do Petén, na Guatemala, particularmente no limite com Chiapas, um território propício para a eclosão de conflitos.

Os EUA têm respondido ao que consideram uma série de ameaças à sua segurança com

### O PLANO COLÔMBIA

Formulado pelo governo colombiano de Andrés Pastrana em 1999, trata-se de uma estratégia que visa, principalmente, financiar a luta contra o narcotráfico e os grupos insurgentes naquele país sul-americano. O plano, que foi concebido inicialmente para um período de seis anos, prolongou-se até 2006. No início de 2007, o governo de Álvaro Uribe apresentou a Estratégia de Fortalecimento da Democracia e do Desenvolvimento Social 2007-2013 (EFDDDS), assumida como a fase II do Plano Colômbia. Esta nova estratégia visa, sobretudo, conseguir o apoio da comunidade internacional para a consolidação dos êxitos da fase I e aprofundamento da mesma estratégia, dando maior ênfase à chamada “componente social”. No documento, apresentado pelo governo em 2007, dão-se a conhecer os custos da primeira fase e uma estimativa dos custos da segunda fase. Temos assim que o custo total da fase I ascendeu a 10.732 milhões de dólares, dos quais 6.950 milhões (64,8%) foram executados como esforço fiscal colombiano e 3.782 milhões (35,2%) como contribuição do governo dos EUA. Estima-se para a fase II um custo total de 3.836,6 milhões de dólares, assumido em grande parte – não se sabe ao certo quanto – pelo próprio Estado colombiano.

### A INICIATIVA MÉRIDA

Este plano de ajuda, previsto inicialmente para um período de três anos, foi lançado pelo presidente George W. Bush em Outubro de 2007, tornando-se efectivo a partir de Junho de 2008. Num primeiro momento foram atribuídos um total de 1.400 milhões de dólares ao México e aos países da América Central para combater o narcotráfico e o crime organizado. A estratégia busca, através de equipamento e formação militar, fortalecer as capacidades dos governos destinatários da ajuda – entre os quais se incluem os governos da República Dominicana e do Haiti – para combater o crime organizado dentro dos seus respectivos territórios. A iniciativa contempla a assistência nas áreas de antinarcóticos e antiterrorismo, segurança pública e respeito pela lei, além do fortalecimento da capacidade institucional e do Estado de Direito, visando alcançar quatro metas regionais estratégicas: 1) acabar com o poder e a impunidade das organizações criminosas; 2) dar assistência no sentido do fortalecimento dos controlos terrestres, aéreos e marítimos; 3) melhorar a capacidade dos sistemas de justiça; 4) restringir a actividade dos grupos de delinquentes juvenis, assim como diminuir a procura de drogas. Para muitos analistas, trata-se de uma variante do Plano Colômbia para o México e América Central cujo financiamento corre, sobretudo, por conta do governo dos EUA.



México – EUA: um muro para conter a migração ilegal nas fronteiras.

Fonte: BBC Mundo.com

medidas de protecção das fronteiras que incluem, além da Iniciativa Mérida, a construção de um muro ao longo da extensa fronteira com o México, para impedir a imigração ilegal, e outros planos de vigilância permanente que envolvem patrulhas armadas, helicópteros e aviões com sistema de radar<sup>5</sup>.

### Colômbia – Equador – Venezuela: a “guerra ao narcotráfico” nas fronteiras

O conflito político-militar que vive a Colômbia entrecruza-se com o narcotráfico. A guerra interna conecta-se assim com as actividades das redes transnacionais ilegais (drogas, armas, branqueamento de dinheiro). O controlo territorial dos grupos paramilitares, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), principalmente nas fronteiras com a Venezuela e o Equador, têm permitido o cultivo de coca de maneira ampla e estável apesar dos esforços de erradicação aérea e da destruição de milhares de hectares de cultivo – patrocinados com fundos do Plano Colômbia – e dos esforços de interdição, programas de redução de procura, controles financeiros mais rígidos, prisão e extradição de importantes traficantes de drogas.

O ataque colombiano de Março de 2008 a um acampamento das FARC situado no Equador e a crise diplomática entre o Equador, a Venezuela e a Colômbia, que se seguiu, juntamente com a mobilização do exército venezuelano nas fronteiras, mostram o risco de que a violência interna colombiana se estenda aos países vizinhos. Esta situação de hostilidade pode também ser interpretada por alguns como uma primeira manifestação na América Latina de um processo conflituoso entre Estados com um cariz ideológico marcado entre membros da Aliança Bolivariana e a Colômbia, aliada dos EUA<sup>6</sup>.

Entre a Venezuela e a Colômbia – países que partilham mais de 2.200 km de fronteira – as discrepâncias surgem principalmente em torno do Plano Colômbia e a ampliação, em 2009, de um acordo de cooperação militar entre Bogotá e Washington, que permite aos militares norte-americanos acesso a sete bases colombianas. Mas as divergências existentes passam também pelas barreiras comerciais entre os dois países; a falta de controlo sobre o tráfico de armas desde a Venezuela, os bandos inter-fronteiras de roubo de veículos,

o tráfico de drogas, o negócio dos sequestros e, ao que parece, a presença de campos guerrilheiros na Venezuela<sup>7</sup>.

### Haiti

Referenciado muitas vezes como exemplo de “Estado falhado”, o Haiti foi considerado como uma séria ameaça para a segurança regional e para a paz internacional pela onda de violência vivida no território, antes e depois do levantamento militar que, em Fevereiro de 2004, afastou do poder o presidente eleito Jean-Bertrand Aristide. Como resposta, o Conselho de Segurança decidiu estabelecer a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que assumiu a autoridade anteriormente exercida pela Força Multinacional Interina (MIF), liderada pelo Brasil, em 1 de Junho de 2004.

### “As compras de armamento na América Latina aumentaram 150% entre 2005 e 2009.”

Com a ajuda de MINUSTAH, está a tentar-se deter a violência, restabelecer um governo democrático no Haiti, promover a reconstrução das estruturas estaduais e permitir a recuperação da economia. Todavia, às fontes de instabilidade e violência que persistem no país onde ainda operam diversos grupos armados, junta-se o cenário de total destruição que resultou do terramoto, ocorrido em Janeiro de 2010 e que nos faz prever um demorado e longo processo de pacificação do território.

### Corrida armamentista na América Latina?

Em relação às armas de destruição massiva, a região é pioneira no estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares, estabelecida pelo Tratado Tlatelolco, em vigor desde 1969, e consolidada com a plena participação de Cuba, desde 2002. Todavia alguns países – alegando que algumas destas aquisições respondem à necessidade de renovação de equipamento militar obsoleto – estão realizando importantes aquisições de armamentos mais modernos e de maior capacidade ofensiva, como caças-bombardeiros, submarinos, ou carros de combate. Assim, a região investiu 51 mil milhões de dólares em armamentos em 2009, um acréscimo de 7,6% em relação ao

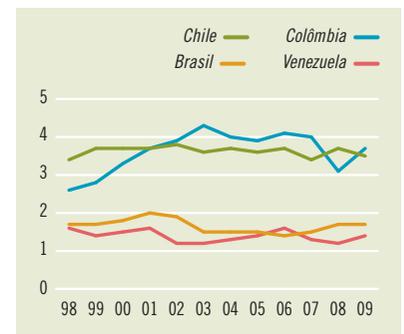
ano anterior. Segundo cálculos do Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo (SIPRI), mais da metade destes gastos foram feitos pelo Brasil que, juntamente com o Chile, Colômbia e Venezuela são os países que mais gastam em armamento. Gastos considerados como moderados, quando comparados com outras regiões como a Europa de Leste, que investiu 100 mil milhões de dólares no ano passado. No entanto, convém registar que as compras de armamento na América Latina aumentaram 150% entre 2005 e 2009.<sup>8</sup> Alguns analistas consideram que estas aquisições podem estar a alterar os equilíbrios regionais e a induzir uma corrida armamentista, que desvie ainda mais recursos necessários para o desenvolvimento.

### Os novos eixos institucionais de segurança

Na actualidade, segundo uma perspectiva interamericana formal, a segurança gira em torno de três eixos: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca de 1947, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado de Solução Pacífica de Conflitos ou Pacto de Bogotá, ambos de 1948. Neste quadro institucional, a solução pacífica de conflitos tem sido o tema central e entre os aspectos de defesa que a agenda da OEA incorpora estão as Medidas de Confiança Mútua, a Coordenação das Forças Armadas para actuar perante Desastres Naturais assim como o Desarmamento e Controlo de Armas. Para este efeito, a OEA conta com a Comissão de Segurança Hemisférica, criada em 1995; as Conferências Regionais sobre Medidas de Fomento da Confiança e Segurança; e por último, as Conferências de Ministros de Defesa das Américas.

Apesar da existência de organismos, instrumentos e iniciativas no quadro da OEA, estima-se que esta organização internacional não tenha conseguido desempenhar um papel importante no âmbito da segurança colectiva dos Estados do continente, e isto devido a três factores: as diferenças entre os países quanto às prioridades de segurança; a ausência da confiança necessária para a partilha de informação e transparência, no tratamento de “assuntos sensíveis” para os Estados envolvidos; o aumento das ameaças não convencionais e de novos actores.

A falta de acordo no âmbito hemisférico e as alterações nas agendas nacionais de segurança – nas quais foram introduzidos temas no-



Percentagem do PIB de alguns países da região, dedicado a gastos militares.

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute.

vos como o meio ambiente, a imigração ilegal e o narcotráfico – conduziram a negociações e a iniciativas de cooperação nos âmbitos sub-regionais. Assim surgiram o Tratado Quadro de Segurança Democrática na América Central, assinado em 1995, e várias iniciativas no quadro da CARICOM, CAN, MERCOSUL e da UNASUL, onde recentemente foi criado, por iniciativa do Brasil, o Conselho de Segurança Sul-americano.

Contudo, não obstante os avanços institucionais na área da segurança na região e nas várias sub-regiões, na prática quando existe algum tipo de coordenação e cooperação entre os países, esta ocorre geralmente a nível bilateral<sup>9</sup>. ■

### Notas

- Em Março de 2006, com o pretexto de recuperar armas roubadas nas mãos de traficantes, o exército brasileiro ocupou por vários dias várias favelas do Rio de Janeiro.
- O conflito étnico, social e político na Bolívia tem entre as suas principais causas a desigual distribuição de terras e riqueza num país maioritariamente indígena.
- Segundo o Gabinete das Nações Unidas contra a droga e o delito (UNODOC), estima-se que cerca de 40% do total mundial dos crimes violentos são praticados na América Latina e Caraíbas.
- Ver o último Relatório do barómetro Latino. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/>.
- Recentemente o governo norte-americano decidiu enviar um destacamento de 1.200 guardas nacionais para a fronteira, perante o incremento da violência no território mexicano.
- BRISCOE, Ivan, “Conflictos en la frontera: Las nuevas zonas calientes en América Latina” [Consultado em 20 de Julho de 2010]. Disponível em <http://www.fride.org/publicacion/459/conflictos-en-la-frontera-las-nuevas-zonas-calientes-en-america-latina>
- No passado dia 22 de Julho o governo venezuelano rompeu relações diplomáticas com a Colômbia e ordenou o “alerta máximo” na fronteira, depois de a Colômbia apresentar, durante uma sessão extraordinária do Conselho Permanente da OEA, fotografias e mapas que provam a presença de 1.500 rebeldes colombianos em território venezuelano.
- Segundo dados disponibilizados pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Ver em <http://www.sipri.org/research/armaments/milex>
- Em 22 de Maio de 2008, foi assinado um acordo militar entre a Bolívia e a Venezuela que prevê, além da partilha de informação militar, a entrada e saída de tropas venezuelanas do território boliviano para apoio logístico e técnico.

# Médio Oriente: 20 anos de processo de paz

DESDE A REALIZAÇÃO da Conferência de Madrid, em Outubro de 1991, o mundo aguarda com expectativa o desenrolar de um propalado processo de paz, no Médio Oriente, envolvendo não apenas israelitas e palestinos mas, também, outros actores regionais como a Síria ou o Líbano.

Em 1991, o ambiente internacional que presidiu à organização da Conferência de Madrid espelhava o desejo de resolução de um conflito, na altura já com várias décadas de história e com um lastro de violência agudizando uma realidade marcada pela polarização de actores e tendencial bloqueio de abordagens pró-activas em matéria de construção da paz.

Neste contexto, Madrid representou um marco, um momento, em certa medida até então inédito, de confluência de vontades em prol do encetar de diligências visando, em última instância, uma possível solução negociada para temáticas candentes no relacionamento de Israel com os seus vizinhos árabes e com a comunidade palestina.

O final da guerra-fria, a intervenção no Iraque, a Intifada – que viria a ser conhecida como a primeira – entre outros factores compuseram um quadro favorável ao delinear de abordagens face ao conflito. A importância da Conferência de Madrid foi essencialmente simbólica, afirmando-se como factor em

suporte não somente da premência da adopção de novas formas de gestão e resolução da então principal dinâmica conflitual do Médio Oriente, mas, também, da progressiva centralização de acções junto do núcleo israelitas-palestinos. De alguma maneira, o “reforçar” do espectro de acções – da multiplicidade de vectores inerentes à expressão israelo-árabe a uma percepcionada “redução” ao epicentro israelo-palestino – assumiu-se como herança de Madrid, não obstante importantes conquistas no âmbito do relacionamento Israel-Jordânia, em 1994.

## Da Conferência de Madrid ao Processo de Oslo

Deste ponto de vista, Madrid “lançou” o Processo de Oslo; constituiu-se em plataforma prévia de uma dinâmica posterior que aco-

lheu os anos de maiores avanços no quadro de uma desejada normalização do relacionamento israelo-palestino e recuperou o interesse da comunidade internacional, designadamente na Europa, sobre esta realidade.

O Processo de Oslo constituiu-se, assim, na face visível de um novo arquétipo de relacionamento a presidir a um contexto de contactos entre representantes israelitas e palestinos. Da multiplicidade de obstáculos – políticos, económicos, estratégicos, de relacionamento pessoal, entre outros – foi possível encontrar pontes (sabemos hoje, frágeis) entre visões conflituantes. A “*época de ouro*” do processo de paz conheceu uma fase ascendente de conquistas diversas, para enveredar posteriormente por uma espiral de desconstrução e retrocesso, a culminar com a degradação substantiva do relacionamento israelo-palestino.



A Faixa de Gaza antes e depois da retirada israelita. Fonte: Gaza pre-disengagement – August 2005 / November 2005, UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (<http://www.ochaopt.org>).



**A Cisjordânia em 2009.**  
 Fonte: REKACEWICZ, Philippe — La Cisjordanie Occupée. Janeiro 2009. Disponível em [www.monde-diplomatique.fr](http://www.monde-diplomatique.fr)

Em vinte anos, Israel conheceu diversos governos e abordagens diversas ao delicado relacionamento com os palestinos, numa dinâmica também favorecedora do desenvolvimento de correntes de pensamento defendendo soluções fora do quadro diplomático. A alternância entre opções políticas fez-se centrada em diferentes formas de gestão do conflito, mais do que em função de propostas ou programas político-económicos para o país. De alguma maneira Israel vem sendo, também, refém de um conflito que não consegue resolver. A instabilidade política tornou-se um facto comum, espelhando o carácter intrinsecamente conjuntural da orientação de voto de muitos israelitas. Preocupado em

alicerçar as suas convicções, o Estado israelita tem afinal limitada margem de manobra no enfrentar de um sistema onde tudo o que acontece do lado palestino se projecta sobre Israel e vice-versa.

**Fragilidades palestinianas**

Do outro lado a instabilidade no seio da comunidade palestiniana adensa-se, em directa relação, também, com as vicissitudes de um processo de paz transformado em processo de guerra. Chocam gerações e projectos políticos, aprofundam-se os constrangimentos decorrentes do exercício muito limitado de soberania, evidenciam-se as fragilidades de

Data	Momento
1991, Outubro	Conferência de Madrid.
1993, Setembro	Reconhecimento mútuo de Israel e a OLP.
1993, Setembro	Declaração de Princípios ou Acordo de Oslo.
1994, Fevereiro	Acordo de Paris.
1994, Maio	Acordo do Cairo sobre a autonomia da Faixa de Gaza e Zona de Jericó.
1994, Outubro	Tratado de Paz entre Israel e a Jordânia.
1995, Setembro	Acordo Interino sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (Oslo II ou Acordo de Taba).
1997	Acordo de Hebron.
1998, Outubro	Memorando de Wye River.
1999, Setembro	Memorando de Sharm el-Sheik.
2000, Julho	Cimeira de Camp David.
2001, Janeiro	Cimeira de Taba.
2002, Março	Cimeira de Beirute da Liga Árabe e apresentação da Iniciativa de Paz árabe.
2003, Abril	Roteiro para a Paz.
2003, Dezembro	Acordo de Genebra.
2007, Novembro	Conferência de Annapolis.
2008, Maio	60.º Aniversário de Israel versus 60.º Aniversário da Nakba.
2010, Setembro	Conversações Netanyahu - Abbas.

**Momentos marcantes de duas décadas de negociações.** Fonte: "Timeline of the Arab-Israeli Conflict and Peace Process" Institute for Curriculum Services disponível em [\[http://www.icsresources.org\]](http://www.icsresources.org). "Israel and the Palestinians: a history of conflict" [\[http://www.bbc.co.uk\]](http://www.bbc.co.uk).

uma sociedade forjada em conflito e com raízes profundas sustentando a convicção da inevitabilidade do confronto (militar). O nebuloso limbo em que permanece o "Estado" palestiniano sustenta dinâmicas de radicalização, corrompe projectos e acirra posições. Vinte anos depois não só não se avançou como, em muitos aspectos, se recuou não apenas em compromissos não concretizados mas, sobretudo, em níveis de confiança mútua indispensáveis em qualquer processo negocial.

outros. À distância destes 20 anos, permanece clara a centralidade de um irresolúvel equívoco: a convicção de que é possível encontrar uma solução integralmente satisfatória para todas as partes.

Porém, a instabilidade não se esgota no relacionamento bilateral israelo-palestiniano, e o alargamento do quadro de análise emerge como parte de um contexto de maior complexidade. Parte de dinâmicas próprias, mas interligadas, as realidades libanesa, síria, egípcia, iraquiana e ainda iraniana são hoje dados de uma equação instável em que permanecem israelitas e palestinianos e o Médio Oriente é hoje uma região de complexidade acrescida. ■

“ Vinte anos depois, não só não se avançou como, em muitos aspectos, se recuou, não apenas em compromissos não concretizados mas, sobretudo em níveis de confiança mútua, indispensáveis em qualquer processo negocial. ”

Cristalizando um processo de "soma negativa", israelitas e palestinianos não ultrapassaram, ainda, os bloqueios decorrentes da inevitabilidade de existência de cedências no âmbito de um processo negocial. Desde Madrid que os ganhos de uns são as derrotas de

## A pirataria marítima na Somália

QUANDO SE IDENTIFICA A COSTA DA SOMÁLIA como a área marítima mais perigosa do mundo pode dizer-se que os indicadores falam por si só! Com efeito, durante o período de 2006-2009 registou-se um acréscimo exponencial dos actos de pirataria nesta região do globo, tendo sido atribuídos aos piratas somalis a responsabilidade por mais de 50% dos ataques perpetrados no decurso de 2009. Durante o primeiro semestre de 2010 estes ilícitos materializaram-se no sequestro de vinte e sete navios mercantes e na tomada de 544 reféns, que viram a sua liberdade depender do pagamento de um resgate. Este último aspecto é, aliás, o que torna singular o fenómeno da pirataria na Somália face a outras regiões afectadas pelo mesmo flagelo. Actualmente, é conhecida a capacidade operacional dos piratas para actuarem para além das 1.000 milhas náuticas da costa da Somália, abrangendo diversas áreas no centro e na parte oeste do Oceano Índico, que incluem o golfo de Ádem, as águas a sul do mar Vermelho e do mar Arábico, as águas do Quênia, da Tanzânia, de Madagáscar e das Seicheles. A maioria dos ataques envolve armamento como os lança granadas-foguete e as armas automáticas e outros meios indispensáveis para operar com sucesso no mar, nomeadamente os chamados *navios mãe*<sup>1</sup>, os telefones via satélite, os equipamentos de navegação por satélite, etc.

### Uma ameaça multidimensional

Apesar de os últimos indicadores evidenciam os problemas com que o comércio por via marítima se defronta no oceano Índico, não sublinham a multidimensionalidade e as implicações regionais e internacionais que advêm da pirataria marítima.

Primeiro, numa perspectiva geoestratégica, importa sublinhar a localização da Somália (com cerca de 3.025 Km de linha de costa) numa área de confluência de importantes rotas marítimas, que liga três continentes – África, Europa e Ásia. A principal rota comercial entre a Europa e a Ásia – canal do Suez - golfo de Ádem – porventura uma das rotas mais conhecidas da região, é utilizada por mais de 20.000 navios mercantes por ano, o que corresponde, em termos globais, a cerca de 22%

do transporte marítimo mundial e a 12% do transporte de petróleo.

Segundo, numa perspectiva económica, destacam-se de imediato os custos dos resgates dos navios mercantes capturados, que em 2008 ascenderam aos cinquenta milhões de dólares, e o aumento dos prémios dos seguros da navegação para a área do golfo de Ádem que dispararam em 2008, decuplicando relativamente ao ano transacto. Os riscos e os custos são tais que parte dos armadores já começou a fazer a rota pelo Sul de África, com impacto no custo das importações, no comércio por via marítima e no consumidor final.

Terceiro, numa perspectiva de segurança, uma referência às consequentes *ondas* de perigo para a segurança internacional emanadas pelos Estados fragilizados que ameaçam os seus próprios cidadãos e que põem em causa os Estados vizinhos. Os Estados nesta situação podem proporcionar a infiltração

de terroristas e de organizações criminosas transnacionais que aí encontram terreno fértil para prosperarem. Neste contexto, destaca-se a controversa questão sobre um possível nexo entre a pirataria e o terrorismo transnacional. Na Somália, apesar de não existirem sinais credíveis que apoiem esta relação emergente, um possível conluio entre os piratas e o movimento fundamentalista Al-Shabaab, hipoteticamente com ligações à Al-Qaeda, continua a preocupar a comunidade internacional. Ainda na dimensão de segurança, realça-se o risco da proliferação de material militar. O sequestro do navio mercante *Faina* em Setembro de 2008 quando transportava, entre outro material, trinta e três carros de combate e munições, exemplifica muito bem este risco. Última perspectiva, mas não menos importante, a dimensão humana. Na Somália, o Programa Alimentar Mundial, desenvolvido pela Agência de Apoio Alimentar da Organização das Nações Unidas, fornece a 3,3 milhões de pessoas ajuda alimentar, da qual cerca de 95% chega por via marítima. A interrupção desta ajuda alimentar, o que frequentemente acon-

tece por razões de segurança, torna ainda mais dramática a situação de extrema pobreza em que vive 43% da população.

### As raízes da pirataria na Somália

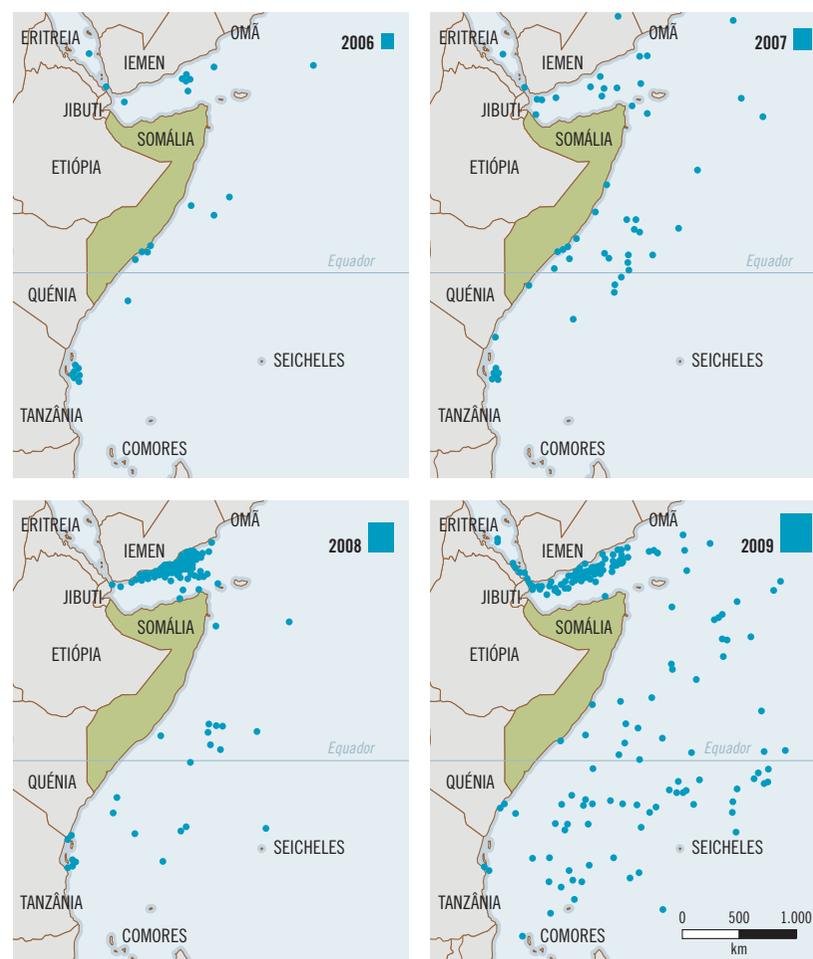
A queda do governo do general Muhammad Siad Barre em 1991, agravada pela saída das Nações Unidas da Somália em 1995, lançaram o país num processo de desestruturação política, militar, económica, social e ambiental que dura há 19 anos.

Foi neste contexto que, a partir de 1995, se assistiu à queda abrupta da actividade pesqueira e ao encerramento da maioria das actividades ligadas ao sector, bem como à eliminação de 200.000 postos de trabalho. A frota pesqueira foi capturada pelos *senhores da guerra*, nunca mais tendo sido recuperada.

Paralelamente, a situação caótica desencadeada pela ausência de um governo central abriu portas a uma sobreexploração dos recursos marinhos, nomeadamente dos stocks de peixe, que pode ser explicada segundo duas perspectivas distintas.

Primeiro, as águas costeiras da Somália, ricas em recursos marinhos e com potencial de exploração comercial das suas jazidas de minerais e de hidrocarbonetos, têm sido objecto de negócio entre os *senhores da guerra*, as elites somalis e as companhias estrangeiras. Em última instância, estes negócios conduzem não só à exploração descontrolada dos recursos marinhos do país, mas também à fácil obtenção de recursos financeiros que permitem perpetuar o esforço de guerra na Somália e a posição de poder dos *senhores da guerra*, através da compra de armas e de outro material para equipar as respectivas milícias.

A segunda perspectiva refere-se à pesca ilegal que remonta ao início da década de noventa. Após a queda do regime de Barre, os somalis assistiram, impotentes, à invasão de navios de pesca da Europa, da Ásia e de África, que vieram em demanda de atum e de camarão nas suas águas territoriais. Estima-se que esta pesca ilegal tenha contribuído para uma redução de cerca de 30% do potencial de captura. Inevitavelmente, todas estas actividades de exploração intensiva das águas somalis trouxeram um acréscimo de *stress* nas populações piscatórias, as quais se viram na contingência de formar grupos de vigilância para proteger as suas águas territoriais.



Evolução do número de ataques, ou tentativas, pirata entre 2006 e 2009.  
Fonte: ICC International Maritime Bureau.

Por último, as descargas dos navios estrangeiros nas águas da Somália, onde têm vindo a largar resíduos industriais, médicos e radioactivos, também contribuíram para a edificação deste estilo irregular de *guarda-costeira*. No início de 2005, o Programa Ambiental das Nações Unidas denunciava a existência de toneladas de barris enferrujados ao longo da costa, colocados a descoberto pelo tsunami de Dezembro de 2004. Morreram aproximadamente 300 indivíduos em virtude de terem manuseado esses desperdícios, enquanto outros foram afectados por infecções respiratórias e na pele, por úlceras na boca e por hemorragias abdominais.

#### **A comunidade internacional: soluções multidimensionais para problemas multidimensionais**

Para as Nações Unidas a pirataria na Somália é um sintoma de um problema mais vasto que se desenvolve em terra, havendo a convicção de que a única solução sustentável passa por uma governação efectiva, pelo estabelecimento do Estado de Direito e das instituições de segurança, bem como pela adopção de formas de subsistência alternativas para um crescimento estável e inclusivo. Neste contexto, o Conselho de Segurança tem adoptado um conjunto de resoluções que demonstram a multidimensionalidade da sua estratégia, nomeadamente as resoluções 1816 (2008), 1838 (2008), 1846 (2008), 1851 (2008) e 1897 (2009) que incentivam a condução de operações navais contra a pirataria por parte dos Estados, inclusive no mar territorial da Somália, e as resoluções 1814 (2008) e 1863 (2009) com o objectivo de promover a estabilização do conflito em terra.

Esta estratégia abrangente está igualmente reflectida nos quatro grupos de trabalho – coordenação militar e operacional, partilha de informação e edificação de capacidades; questões jurídicas; actividade marítima; informação pública – no quadro mais geral do Grupo de Contacto para a Pirataria na Costa da Somália, criado em Janeiro de 2009 no âmbito da ONU.

Importa ainda salientar o papel central desenvolvido pela Organização Marítima Internacional na promoção de orientações e boas práticas, através da publicação e divulgação de documentação estruturante para a segurança marítima.

As modalidades de acção da União Europeia seguem na esteira da estratégia abrangente promovida pelas Nações Unidas, ora com iniciativas no âmbito da Comissão Europeia, ora com iniciativas no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), sob a égide da qual tem sido desenvolvida a operação EUNAVFOR Somália – *Atalanta*, a primeira operação naval da União Europeia destinada, de forma geral, a dissuadir a pirataria marítima no golfo de Ádem e na costa da Somália e muito concretamente a proteger os navios mercantes envolvidos no programa de ajuda alimentar ao povo da Somália.

Em 14 de Junho último, o Conselho da União Europeia decidiu estender a missão até 12 de Dezembro de 2012, o que reflecte o papel do poder naval na dissuasão, prevenção e repressão da pirataria e, consequentemente, na preservação da segurança das linhas de comunicação marítimas. A decorrer no âmbito da PCSD desde o princípio de Maio de 2010 destaca-se também a missão militar de treino às forças de segurança da Somália que tem lugar no Uganda.

No âmbito comunitário, a União Europeia tem em curso um programa de apoio ao desenvolvimento que ascende a 180 milhões de euros e que conta com 87 projectos em áreas tais como a governança, segurança, apoio à sociedade civil, educação e crescimento económico.

De igual modo, a NATO lançou a Operação *Allied Provider* de Outubro a Dezembro de 2008, tendo sido posteriormente substituída pela UE através da Operação *Atalanta*. No início de Março de 2009 a NATO decidiu dar uma segunda contribuição nos esforços de dissuasão da pirataria na costa da Somália, tendo desencadeado a Operação *Allied Protector*. A 17 de Agosto de 2009 a Aliança lançou a Operação *Ocean Shield*, actualmente em curso, em substituição da *Allied Protector* e com mandato até Dezembro de 2012.

Em conjunto com a EUNAVFOR e os *Standing NATO Maritime Groups*, a CTF 151 é outra força multinacional naval presente no teatro de operações e que conta com a participação de inúmeras marinhas entre as quais se contam a do Bahrain, do Canadá, da Holanda, da Arábia Saudita, de Singapura, da Turquia e dos EUA. Além das três forças multinacionais navais, encontram-se presentes na área marítima forças de outros Estados, nomeadamente do Japão, da China, da Rússia, da Índia

e do Irão, fazendo ascender os meios navais empenhados a mais de 30 navios de guerra, que trabalham assim para o mesmo objectivo num conjunto de coligações sem precedentes na história naval.

“**A pirataria na Somália é um sintoma de um problema mais vasto que se desenvolve em terra, (...) a única solução sustentável passa por uma governação efectiva, pelo estabelecimento do Estado de Direito e das instituições de segurança.**”

Portugal também não tem permanecido alheio a este esforço. Com efeito, importa relevar o comando da operação *Allied Protector* e da operação *Ocean Shield* exercido pelo contra-almirante Pereira da Cunha a bordo das fragatas *Corte-Real* e *Álvares Cabral*, os navios almirantes da força, respectivamente nos períodos de Março a Junho de 2009 e de Novembro a Janeiro de 2010. Relativamente à operação *Atalanta*, Portugal tem contado com um oficial português no estado-maior embarcado e mantém empenhada uma aeronave P3P-Orion em apoio à vigilância marítima por ocasião da redacção deste artigo. Realça-se também a participação do exército português na formação das forças de segurança somalis no Uganda.

#### **Os dilemas da comunidade internacional**

Numa primeira análise, os resultados obtidos pela comunidade internacional no primeiro semestre de 2010 são considerados animadores. Com efeito, o declínio do número de ataques, com trinta e três incidentes relatados em 2010, comparados com os 86 do ano transacto, deve-se essencialmente à redução dos ataques na área do golfo de Ádem. A intervenção das marinhas e a adopção das boas práticas por parte das companhias de navegação têm sido decisivas neste sucesso limitado.

Contudo, na bacia da Somália e no oceano Índico os incidentes aumentaram em mais de 15%, sendo lícito deduzir que, por um lado, estas áreas representam um outro tipo

de desafio e, por outro, a acção da pirataria deixou de constituir uma forma de protecção das águas territoriais (se bem que o discurso retórico ainda se mantenha o mesmo) para passar a ser um negócio lucrativo, estimado em cerca de 100 milhões de dólares em 2009. Assim, a comunidade internacional depara-se com uma diversidade de modalidades de acção distintas, mas interdependentes, sem o conjunto das quais será difícil mitigar a pirataria. Entre estas, distinguem-se a expansão das operações navais à região do oceano Índico, a edificação de uma guarda costeira somali e a promoção de um governo central efectivo, a par da restauração do Estado de Direito na Somália.

Porém, estas opções estratégicas exigem recursos, no mar e em terra, e vontade política para as implementar durante um período alargado de tempo. É precisamente nestes últimos aspectos que residem os dilemas da comunidade internacional. Numa era em que as sociedades ditas desenvolvidas apenas apoiam soluções rápidas e simples, é legítimo perguntar por quanto tempo estarão os Estados dispostos a manter o seu envolvimento no apoio à Somália e com que recursos o farão, na certeza de que o tempo joga a favor da pirataria marítima e contra os esforços da comunidade internacional, caso esta não seja persistente e não tenha vontade política para empenhar os meios necessários. ■

#### **Notas**

<sup>1</sup> Embarcação oceânica com capacidade para transportar diversos meios de abordagem, designadamente as embarcações semi-rígidas utilizadas para o efeito.

#### **Referências**

ICC International Maritime Bureau (2010). Piracy and armed robbery against ships. Annual Report 1 January – 31 December 2009.  
 ICC International Maritime Bureau (2010). Piracy and armed robbery against ships. Report for the period 1 January – 30 June 2010.  
 The World Bank, United Nations Development Programme Somalia (2003). Socio-Economic Survey 2002  
 United Nations Office On Drugs And Crime (2010). The globalization of crime. A transnational organized crime threat assessment.  
<http://www.consilium.europa.eu/showPage.aspx?id=268&lang=en>  
[http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_52060.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52060.htm)  
<http://www.un.org/documents/resga.htm>  
<http://www.un.org/sc/committees/751/mongroup.shtml>  
<http://people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch3en/conc3en/maritime6090.html>  
[http://ec.europa.eu/transport/maritime/events/doc/2009\\_01\\_21\\_piracy/vp\\_tajani\\_opening\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/transport/maritime/events/doc/2009_01_21_piracy/vp_tajani_opening_en.pdf)  
<http://www.wfp.org/countries/somalia>  
<http://allafrica.com/stories/201005200856.html>  
<http://euobserver.com/9/27966>

## Balcãs: conflitos adormecidos mantêm Europa em alerta

AS ARMAS CALARAM-SE HÁ QUINZE ANOS na Krajina e na Bósnia-Herzegovina e há dez no Kosovo e na Macedónia. O conflito do Kosovo parece congelado numa independência ainda muito contestada, mas que se apaga pouco a pouco nas prioridades da diplomacia internacional. E a promessa de uma integração na União Europeia impõe-se para já às agendas nacionalistas nos Balcãs.

Estrategicamente situada na confluência das vias terrestres entre a Europa, o Médio Oriente e o Sudeste Asiático, palco tradicional de disputa entre as grandes potências, os Balcãs caminham hoje para um enquadramento geopolítico que promete estabilidade à região.

A Grécia, a Albânia, a Croácia, a Roménia e a Eslovénia (e a Bulgária) são membros da NATO. Gregos, eslovenos, cipriotas, romenos e búlgaros integram hoje o clube europeu. A Croácia tem já um lugar prometido e a Sérvia, a Bósnia-Herzegovina, e o Montenegro fizeram da Europa uma meta prioritária.

Ainda assim, os Balcãs continuam em alerta. Um alto responsável dos serviços de *intelligence* norte-americano não hesitava em classificar recentemente os Balcãs como “a maior ameaça à estabilidade europeia”, apontando o Kosovo e a Bósnia como potenciais pontos de explosão na região.

A intervenção militar e política dos EUA, da NATO e de outras instâncias internacionais pôs termo, para já, aos conflitos dos anos 1990, mas a situação na Bósnia ou do Kosovo parece longe de estabilizada. As feridas da guerra, os massacres de Srebrenica, o drama dos refugiados, e situações virtualmente irreversíveis como as grandes operações de limpeza étnica na Krajina, no Kosovo ou em várias regiões da Bósnia continuam a ensombrar as memórias e a impedir uma reconciliação na região.

Chamado a pronunciar-se sobre a legalidade da independência do Kosovo, o Tribunal Internacional de Justiça (ICJ na sigla inglesa) concluiu, a 22 de Julho de 2010, que a declaração de independência do Kosovo de 17 de Fevereiro de 2008 não violou a lei internacional geral. Os juízes da Haia emitiram um veredicto prudente, evitando pronunciar-se directamente sobre o estatuto legal do Kosovo

como Estado e sugerindo que a legitimidade da independência será fundamentalmente conferida pelos países que a reconhecerem. Após semanas de negociações e intensa actividade de bastidores, a Sérvia desistiu de reclamar uma condenação da independência do Kosovo à Assembleia Geral da ONU e aceitou iniciar negociações com a liderança albanesa de Pristina em troca de promessas de uma maior abertura de Bruxelas.

O parlamento de Pristina proclamou a independência do Kosovo a 17 de Fevereiro de 2008 e aprovou quatro meses mais tarde uma Constituição que transferiu o poder para o governo após nove anos de administração da ONU e da NATO. O Kosovo emitiu passaportes e estabeleceu as primeiras embaixadas.

O novo Estado continua porém sob uma tutela internacional que os dirigentes albaneses toleram com crescente impaciência. Uma missão da União Europeia, a EULEX, assume desde o final de 2008 a missão de velar pela lei e a ordem e de apoiar as jovens instituições kosovares no quadro de um plano de “independência supervisionada”. A segurança do Kosovo continua a cargo de uma força da NATO reduzida desde 2010 a 2000 homens.

A independência do Kosovo continua porém a suscitar resistências. Setenta países reconheceram o novo Estado, entre eles os EUA e a Turquia e 20 dos 27 países europeus, incluindo Grã-Bretanha, Alemanha, França e Itália.

A Rússia tem jogado no receio de que o Kosovo poderá abrir uma caixa de Pandora e encorajar separatismos. Outros países receiam que a independência do Kosovo possa constituir um precedente e encorajar projectos secessionistas e aspirações autonomistas de grupos minoritários – casos da China e de cinco países europeus: Chipre, Roménia, Eslováquia, Espanha e Grécia.

### Tensões persistentes

Mas é ainda a questão da população sérvia, transformada agora numa minoria, que cautiona o futuro do Kosovo. A população de dois milhões de habitantes do Kosovo inclui cerca de 120 mil sérvios. Cerca de 70 mil estão concentrados na zona a norte do rio Ibar,

adjacente à Sérvia. Os restantes 50 mil vivem em enclaves dispersos a sul do rio Ibar sob protecção da NATO.

Na prática verifica-se já uma partilha de facto entre as áreas de maioria albanesa e sérvia. A cidade de Kosovska Mitrovica, a norte, está dividida pelas águas do rio Ibar entre um Norte sérvio e um Sul albanês. Os sérvios de Mitrovica estabeleceram a sua própria Assembleia em Mitrovica em Junho de 2008.

Nos meses mais recentes, Pristina intensificou os esforços para impor a sua autoridade a todo o território kosovar. O governo de Hashim Thaçi anunciou a 18 de Agosto que os membros do governo de Belgrado estavam doravante proibidos de entrar na província a não ser a título estritamente privado, ameaçando que seriam “detidos e expulsos”. E dias depois o ministro do Interior de Pristina, Bajram Redzeqi, ameaçou usar a força caso as áreas sérvias a norte do Kosovo ousassem a secessão.

“ [...] a não serem travadas, as actuais tendências para a fragmentação levarão provavelmente ao recomeço da violência. ”

A interdição do território aos responsáveis sérvios surge como um desafio directo a Belgrado, mas coloca igualmente a missão europeia no Kosovo numa posição delicada. Pristina reclama o apoio directo da EULEX na execução da medida, pondo em causa a neutralidade da missão.

As relações entre a EULEX e Pristina têm, de resto, vindo a deteriorar-se. A liderança albanesa tende a ver a missão como um obstáculo à pretensão de Pristina de exercer soberania sobre todo o território e aprecia pouco os esforços da EULEX para investigar a corrupção e as redes da criminalidade no Kosovo, bem como as suspeitas de crimes de guerra do UÇK, a guerrilha independentista kosovar. As tentativas de Pristina de impor a sua autoridade aos enclaves sérvios têm deparado com forte resistência, que resulta muitas vezes em confrontos violentos. Ao longo dos últimos anos, a cidade de Mitrovica foi palco de atentados, explosões misteriosas e confrontos violentos entre sérvios e albaneses, obrigando a sucessivas intervenções da KFOR e da EULEX.

E o enclave sérvio de Gracanica, perto de Pristina, está em pé de guerra depois de o governo de Pristina ter cortado ou destruído, recorrendo à força, as comunicações telefónicas da rede sérvia, deixando as dezenas de milhares de sérvios que vivem no centro do Kosovo e em enclaves a sul sem contactos telefónicos.

A almejada reconciliação parece ainda uma meta longínqua. Segundo o UNHCR, 631 sérvios arriscaram o regresso ao Kosovo em 2009, mas os protestos e manifestações de hostilidade dos albaneses impuseram uma interrupção do processo.

À instabilidade política e aos problemas étnicos junta-se uma situação social explosiva. O desemprego atinge oficialmente cerca de 60 por cento da população activa e a cada ano 40 mil jovens concluem os estudos sem qualquer perspectiva de emprego.

A instabilidade no Kosovo pode, por outro lado, contagiar áreas vizinhas de maioria albanesa e redespertar conflitos e agendas nacionalistas congeladas.

O veredicto do ICJ trouxe de novo à primeira linha a questão do vale de Presevo, zona de forte população albanesa no sul da Sérvia contígua ao Kosovo, e que está ainda a recuperar dos confrontos armados entre as forças de segurança de Belgrado e rebeldes albaneses próximos do UÇK entre 2000 e 2001.

A mediação da NATO permitiu acalmar a situação, mas as tensões nunca desapareceram. Em Julho de 2009, a região foi de novo agitada por uma série de ataques à granada contra patrulhas da polícia sérvia e atentados bombistas.

A agitação voltou igualmente ao Sandzak, enclave de maioria bósnica (eslavos islamizados) entre a Sérvia e o Montenegro. No início de Setembro de 2010 cerca de 1500 manifestantes envolveram-se em violentos confrontos com a polícia sérvia em Novi Pazar. O Conselho Nacional bósnico exige a retirada imediata das forças da polícia e a Comunidade Islâmica da Sérvia joga ainda na internacionalização da questão, exigindo a presença de observadores internacionais no enclave e apelando à responsável pela política externa e de segurança da UE, Catherine Ashton.

### O fracasso de Dayton

Apontada como caso exemplar de uma reconstrução pós-conflito bem sucedida, num processo em que a comunidade internacional

## UM TESTE À CREDIBILIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

Os responsáveis europeus têm repetido a cada ocasião o seu empenho na integração dos Balcãs ocidentais na UE como garante da estabilidade na área, e objectivo estratégico da própria Europa.

Olli Rehn, o então comissário para o alargamento, declarou que 2009 seria o “ano dos Balcãs ocidentais”. O efeito conjugado da crise financeira, do lançamento problemático do Tratado de Lisboa e de outros contratemplos não tardariam a desmenti-lo. O processo de alargamento europeu aos Balcãs marca passo desde o início de 2009 e parece hoje virtualmente congelado.

O *dossier* croata esteve suspenso de um veto esloveno por causa de uma disputa territorial na Istria, na costa do Adriático, mas as duas partes chegariam no final de 2009 a um compromisso sobre o traçado da fronteira. As negociações com Zagreb avançam a bom ritmo e a adesão deverá estar consumada em 2012-13.

O presidente Boris Tadic elegeu a integração europeia da Sérvia como objectivo estratégico número um do país. A Holanda e outros países exigiam a Belgrado como condição prévia a detenção do general Ratko Mladic, ex-chefe militar dos sérvios da Bósnia. A aparente disponibilidade de Belgrado para encetar o diálogo com a liderança albanesa de Pristina promete levantar outro obstáculo importante. O processo anuncia-se porém longo e complexo. A Bósnia-Herzégovina assinou o Acordo de Estabilização e Associação com a UE em Junho de 2008, mas as reformas exigidas por Bruxelas continuam reféns dos diferendos entre muçulmanos, croatas e sérvios e o processo sofreu um recuo notório. No caso da Macedónia, a querela com a Grécia em torno do nome “Macedónia” continua a bloquear o avanço do processo.

O Montenegro apresentou a sua candidatura em Dezembro de 2008, mas o processo mal arrancou. A Albânia decidiu não avançar para já com a sua candidatura e a integração do Kosovo parece um objectivo longínquo.

As persistentes divisões balcánicas agravam as dificuldades. A Conferência União Europeia-Balcãs, de Junho de 2010, em Sarajevo, esteve à beira da ruptura por causa das divergências quanto ao estatuto dos delegados do Kosovo.

A perspectiva europeia terá servido de apaziguadora das tensões na Bósnia ou na Macedónia. Mas o adiar das expectativas arrisca-se a comprometer esse efeito. E um fracasso dessa aposta estratégica da UE não deixará de constituir um sério rombo na credibilidade da Política Externa e de Segurança Comum.

investiu meios sem precedentes nos últimos 15 anos, a Bósnia-Herzegovina, palco de um conflito sangrento que chocou a Europa entre 1992 e 1995, vive de novo dias críticos.

Longe de se dissolverem na almejada democratização, as agendas nacionalistas dos ex-belligerantes acentuam-se. Os sérvios da Bósnia ameaçam levar a cabo um referendo sobre a independência, os croatas aspiram a separar-se do casamento forçado com os muçulmanos e a criar uma entidade separada, a maioria muçulmana da Bósnia procura chamar a si o controlo das instâncias centrais.

O processo de Dayton parece à beira do fracasso, e os mais pessimistas vaticinam que a antiga república jugoslava se arrisca a mergulhar de novo no caos ou mesmo na violência étnica.

Desde o fim da guerra intercomunitária de 1992-1995, a Bósnia reúne uma entidade sérvia, a *Republika Srpska*, e a Federação croato-muçulmana. As decisões importantes têm que ser validadas pelos representantes das três comunidades.

Em Fevereiro de 2007 o Peace Implementation Council (PIC), o corpo internacional que conduz o processo de paz, decidiu que o Gabinete do Alto Representante (OHR) deveria ser encerrado em Junho de 2008 para dar lugar a um representante da EU com poderes reforçados. A ideia era fundir os processos de paz e de alargamento europeu.

Mas o beco sem saída político e as reformas

paralisadas impuseram um adiamento da decisão, e em Dezembro de 2009 o mandato do OHR seria de novo prolongado.

Miroslav Dodik, o líder da Republika Srpska (RS), ameaçou convocar um referendo para a Primavera de 2010 sobre as decisões do alto representante e o próprio processo de Dayton.

Dodik acabaria por moderar a sua retórica, insistindo a cada passo que a Bósnia-Herzegovina “não tem qualquer futuro”, mas reconhecendo ao mesmo tempo que um referendo sobre a independência da RS seria aventuroso no momento. A ameaça chegaria, ainda assim, para provocar a maior crise política na Bósnia desde o conflito de 1992-95.

As eleições de 3 de Outubro de 2010 limitaram-se a confirmar este panorama. A campanha foi uma vez mais dominada pelas agendas nacionalistas. E nem a excepção dos social-democratas de Zlatko Lagumdžija, os únicos que fizeram uma campanha centrada nas questões económicas e sociais, ou a eleição do moderado Bakir Izetbegovic, do Partido da Acção Democrática como representante muçulmano na presidência colectiva chegaram para ultrapassar os bloqueios políticos e institucionais de que a Bósnia se vê refém.

O impasse político é por outro lado agravado por uma profunda crise social e económica que deverá marcar as eleições de Outubro e o futuro político imediato. A economia bósnia voltou a recuar 3,4 por cento no último

ano, o desemprego real anda pelos 50 por cento da população, os jovens diplomados só pensam em sair do país, cerca de 25 por cento da população vive na pobreza. Segundo os analistas, os políticos locais arriscam-se a perder o controlo da população e a Bósnia a mergulhar numa radicalização política de consequências imprevisíveis.

Num artigo publicado na edição de Setembro de 2009, a *Foreign Affairs* alertava para que as divisões étnicas persistentes, a corrupção generalizada e o impasse político colocaram a Bósnia-Herzegovina “à beira do colapso” e, a não serem travadas, as actuais tendências para a fragmentação levarão provavelmente ao recomeço da violência.

### A questão albanesa

Colocada à beira da guerra civil pelo contágio do Kosovo e pela insurreição albanesa da Primavera de 2001, e depois alvo de uma forte intervenção política e militar internacional, a Macedónia tem sido apontada com um caso de sucesso na gestão dos conflitos balcánicos. Ainda assim, um velho conflito que opõe Skopje e Atenas em torno do nome “Macedónia” persiste como um factor de instabilidade e impede a almejada integração da antiga república jugoslava nas instituições ocidentais. Atenas considera que o termo “Macedónia” é parte do património helénico e só se pode aplicar à região com o mesmo nome no Norte

da Grécia. O nome de “República da Macedónia” adoptado pela ex-república jugoslava constitui por isso uma usurpação. A mediação da ONU e diversas fórmulas de compromisso ensaiadas (“Macedónia do Norte”, “Macedónia do Vardar”, entre outras) não lograram ainda quebrar o irredentismo das duas partes. A querela levou já Atenas a vetar a candidatura da Macedónia à NATO em Abril de 2008 e ameaça bloquear o processo de adesão da antiga república jugoslava à União Europeia. Skopje respondeu dando o nome de “Alexandre o Grande ao aeroporto de Skopje” – iniciativa que irritou ainda mais os gregos, que viram nele a confirmação das intenções de Skopje de usurpar o património histórico heleno.

A iniciativa inscreve-se aliás numa verdadeira campanha lançada pelas autoridades de Skopje para fundamentar uma identidade macedónia com raízes directas na Antiguidade. O governo de Nikola Gruevski mobilizou historiadores e arqueólogos e mandou publicar uma nova edição da *História do Povo Macedónio* sustentando a tese de que a origem da população macedónia seria não eslava, mas da Macedónia da era da Antiguidade.

A Macedónia foi palco de uma insurreição armada de movimentos e guerrilhas independentistas albaneses ligados ao UÇK kosovar na parte ocidental do país, entre Março e Junho de 2001, e as áreas de Tetovo e Gostivar viveram uma virtual secessão. A mediação internacional e a intervenção de uma força da NATO levaram a um cessar-fogo e aos acordos de Ohrid de 13 Agosto de 2001.

As tensões interétnicas nem por isso desapareceram e o regresso da violência é uma possibilidade real. O ano de 2009 foi marcado por diversos episódios de violência entre macedónios e albaneses.

Em Abril de 2010 foi descoberto um esconderijo de armas e uniformes perto da fronteira com o Kosovo. E em Maio a polícia macedónia matou quatro activistas que envergavam o uniforme do UÇK e capturou armamento diverso.

Coloca-se enfim a questão pan-albanesa. Momentaneamente retirados da agenda política pela proclamação da independência do Kosovo e pelo acordo de Ohrid, figuras políticas de Pristina, de Tetovo ou de Tirana mantêm em reserva o projecto de reunirem à Albânia os albaneses do Kosovo, Macedónia, vale de Presevo e do Montenegro. ■

## Cáucaso: um barril à beira da explosão

ATENTADOS QUASE DIÁRIOS na Inguchétia e no Daguestão, conflito entre arménios e azeris no Nagorno-Karabakh, tensão entre russos e georgianos em torno dos enclaves separatistas da Ossétia do Sul e da Abkázia... O Cáucaso vive de novo dias conturbados e os mais pessimistas alertam para a iminência de uma explosão.

A norte do Grande Cáucaso, uma combinação explosiva de regimes de mão dura, de disputas territoriais herdadas do colapso da URSS, de corrupção, pobreza e desemprego e de um militantismo islâmico em expansão ameaçam mergulhar a região no caos.

A sul, as sequelas da guerra russo-georgiana do Verão de 2008 continuam a alimentar tensões. O confronto entre tropas russas e georgianas assume desde logo uma dimensão que ultrapassa largamente a questão das regiões separatistas da Ossétia e da Abkázia. Face à presença política e militar americana na Geórgia, a dureza da resposta russa assume desde logo acentos de um braço de ferro entre Washington e Moscovo.

Moscovo acusa Tbilissi de apoiar os separatistas chechenos nos conflitos dos anos 1990. E o Kremlin vê no líder do regime de Tbilissi

Mikheil Saakashvili um “homem de mão” dos americanos na área.

O conflito russo-georgiano levou a uma interrupção do diálogo político e da cooperação militar entre a NATO e Moscovo, e em Washington os mais impacientes advogavam uma estratégia de isolamento da Rússia.

Com a chegada à Casa Branca da nova Administração de Barack Obama, em Janeiro de 2009, assiste-se a um notório desanuviamento nas relações entre Moscovo e Washington. Mas as sequelas do conflito continuam a marcar as relações entre a Rússia e o Ocidente.

### O alcance estratégico do Cáucaso

O Cáucaso foi presa de uma incessante disputa entre russos, otomanos e persas ao longo de todo o século XIX. Congelada durante a era soviética, em que o Cáucaso esteve integrado na URSS, a guerra de influências reacendeu-se nos últimos anos, envolvendo agora russos, americanos, turcos e iranianos – e conferindo novas dimensões aos conflitos da região. Os analistas falam de um *remake* dos conflitos de potências do século XIX.

Para a Rússia a região assume uma dimensão estratégica crucial. As montanhas do Grande

Cáucaso servem de fronteira sul à Rússia e constituem a única defesa natural das planícies agrícolas que se estendem para norte. A conquista do Cáucaso no século XIX e depois a integração de toda a região na URSS resolveram este pesadelo estratégico de Moscovo. A dissolução da União Soviética e as independências da Arménia, do Azerbaijão e da Geórgia empurraram a fronteira russa para norte e reduziram o domínio de Moscovo à vertente setentrional do Cáucaso.

A Rússia continua a ter uma forte presença na Arménia, onde mantém um contingente militar de mais de três mil homens e uma preciosa capacidade de manobra, quer no conflito arménio-azeri em torno do Nagorno-Karabakh, quer no conflito de memórias em torno do genocídio arménio de 1915-16.

Turcos e arménios sentaram-se à mesa de negociações em Setembro 2009, numa tentativa de ultrapassar os dramas herdados do início do século XX e normalizar as suas relações. A questão do Nagorno-Karabakh colocaria porém Ancara perante opções dilemáticas. Presionada pelo Azerbaijão, seu principal aliado na área, a Turquia voltaria a exigir progressos na questão do Nagorno-Karabakh como condição para a reabertura da fronteira turco-arménia, acordada em princípio em Outubro de 2009. Segundo os analistas, a “mão” de Moscovo terá pesado no colapso das negociações, que constituiu um revés para Ancara na região.

O Azerbaijão está no epicentro das manobras políticas na área. Desde a proclamação das independências, Baku tem procurado jogar com a corte que lhe é feita por russos, americanos, turcos, iranianos e americanos. Os recursos energéticos azeris (petróleo e gás) representam um importante trunfo nesta disputa.

O gás azeri é escoado desde 2005 pelo novo gasoduto Baku-Tbilissi-Ceyhan, uma importante aposta estratégica dos EUA, já que constitui uma alternativa às fontes de energia da Rússia e do Irão e coloca em jogo a posição dominante da Rússia na região. As companhias americanas investiram fortemente no petróleo azeri, ao mesmo tempo que Moscovo procura convencer Baku a vender à Rússia todo o gás natural do Azerbaijão a preços europeus.

A guerra russo-georgiana de 2008 e o esboço de reaproximação entre turcos e arménios trouxe nova urgência à procura de uma solução para o conflito do Nagorno-Karabakh. Arménios e azeris iniciaram uma nova ronda de negociações a partir da Primavera de 2010 com base num pacote de princípios delineados pelo Grupo de Minsk da OSCE (criado em 1992), co-presidido pela Rússia e pela França. O avanço das negociações geraria, porém, fortes resistências domésticas em Baku e sobretudo em Erevan. Para o Azerbaijão é imperativo recuperar o enclave do Nagorno-Karabakh, mas para a Arménia uma retirada é politicamente inviável.

### Os conflitos do Cáucaso do Norte

Explosões, tiroteios, raptos, torturas e execuções sumárias, atentados bombistas e ataques visando sobretudo os representantes das autoridades e das forças da ordem instalaram-se no quotidiano do Cáucaso russo. Só entre Junho e Agosto de 2009 registaram-se 452 ataques (256 no ano anterior) e 436 mortos (o triplo de 2008). O número de vítimas duplicou e o número de atentados bombistas quadruplicou na região ao longo do último ano.

Após alguns anos de relativa acalmia, os atentados bombistas regressaram à Chechénia. E a 29 de Agosto de 2010 os insurrectos atacaram a comitiva do presidente checheno Ramzan Kadyrov durante uma visita à sua aldeia natal. A Rússia travou duas guerras na Chechénia, que declarou a independência em 1991, na sequência do colapso da URSS. A intervenção lançada em 1994 para restabelecer a autori-

### A COMPLEXIDADE ÉTNICA E RELIGIOSA DO CÁUCASO

Uma localização estratégica na encruzilhada das ambições dos impérios, condições geográficas únicas e uma tremenda complexidade étnica, religiosa e cultural fazem do Cáucaso uma das áreas mais conturbadas da periferia europeia.

Espécie de ponte de terra entre os mares Negro e Cáspio em que confluem o Irão e a Turquia, a Sul, e a Rússia, a norte, a região é vincada por duas cadeias montanhosas, o Grande Cáucaso, a norte, e o Pequeno Cáucaso, a sul.

Ponto de encontro entre o Ocidente e o Oriente, fronteira entre a Europa e a Ásia, o Cáucaso foi ao longo dos séculos terreno da expansão dos impérios e palco de choques militares, políticos, militares, religiosos e culturais.

Incorporada durante séculos no império persa, a região seria conquistada pelos árabes, e depois disputada por otomanos, mongóis, e de novo dominada pela Pérsia até à conquista russa, no início do século XIX.

O Cáucaso regista a maior diversidade etnolinguística do planeta – georgianos, arménios, azeris, chechenos, avaros, inguches, ossetas, abkazes tcherkesses, cabardinos, balcários... Uma centena de etnias para 21 milhões de habitantes, representando diferentes famílias linguísticas (indo-europeias, uralianas e caucasianas), e uma diversidade religiosa que inclui o islão sunita e xiita, católicos, ortodoxos, e budistas.

A geografia explica, em boa medida, o perfil político da região. As montanhas e vales serviram de refúgio e de trincheira às mais variadas minorias étnicas e de trincheira a identidades belicosas e irredentas. O desencontro entre as fronteiras políticas e os agrupamentos étnicos e religiosos é fonte interminável de conflitos.

Apesar da repressão e dos processos de engenharia étnica e demográfica, nem os sucessivos impérios nem a “sovietização” (século XX) conseguiram unificar os povos da região.

Com o colapso da União Soviética, em 1991, a Geórgia, o Azerbaijão e a Arménia tornaram-se independentes. A região do Cáucaso foi então palco de várias disputas territoriais, levando à guerra do Nagorno-Karabakh (1988-1994), o conflito osseta-inguiche (1989-1991), a guerra na Abkázia (1992-1993) as duas guerras da Chechénia (1994-1996 e 1999-2009), o conflito da Ossétia do Sul, em 2008 e, mais recentemente, às insurreições de inspiração fundamentalista no Daguestão e na Inguchétia e a uma carga de instabilidade e violência por toda a vertente russa do Cáucaso.

dade do Kremlin terminaria dois anos depois com uma retirada humilhante.

O Kremlin declarou um sucesso a segunda guerra da Chechénia (1999) e em Abril de 2009 anunciou triunfalmente o fim da “operação de contraterrorismo” na república, mas a situação está longe de estabilizada.

Os militantes chechenos reagiram à pressão russa lançando ataques fora da Chechénia. O sangrento assalto à escola de Beslan, na vizinha Ossétia do Norte, em Setembro de 2004, ficaria nas memórias como símbolo trágico dessa estratégia.

A guerrilha chechena mergulhou na clandestinidade e transformou-se numa força-sombra, organizada em pequenas células, protegida pelas lealdades tribais, infiltrada entre os “jovens fanáticos” de que fala a propaganda russa, mas também entre burocratas, funcionários de vida dupla ou a própria polícia.

Nos últimos anos Moscovo entregou o controlo da situação ao presidente checheno Ramzan Kadyrov, ele próprio um antigo separatista. Uma política de repressão implacável dizimou os militantes e levou a uma redução significativa dos ataques.

Kadyrov e a milícia que controla são porém acusados do recurso sistemático ao rapto, à tortura, ao assassinato e a violações dos direitos humanos. Alguns dos seus críticos, como a jornalista Anna Politkovskaia e a activista dos direitos humanos Natália Estemirova, foram mortos a tiro em condições nunca esclarecidas.

Ao mesmo tempo, os militantes chechenos infiltraram as repúblicas vizinhas – Inguchétia e Daguestão em particular –, explorando o ressentimento causado pela repressão das forças federais e engrossando as fileiras de rebeliões nacionalistas e islâmicas.

O conflito de baixa intensidade que lavrava na Inguchétia agravou-se no último ano. Uma média de três a quatro ataques por semana e centenas de mortos fizeram do território inguche uma das regiões mais perigosas do Cáucaso russo.

A 22 de Junho de 2009 o presidente inguche Iunus-Bek Evkurov foi ferido, num ataque provavelmente ligado à campanha contra a corrupção lançada pelo novo presidente designado pelo Kremlin, mas reivindicado por um grupo islamista.

No vizinho Daguestão a violência aumentou igualmente, à medida que se acentuava a repressão na vizinha Chechénia. Em 1999 um

grupo radical engrossado por combatentes chechenos tentou instaurar um Estado islâmico na república, numa acção duramente reprimida pelo exército russo.

Os atentados com viaturas armadilhadas contra responsáveis políticos, militares ou da polícia e os confrontos entre as forças de segurança e militantes multiplicam-se ao longo do último ano, colocando o Daguestão à beira da guerra civil. Entre a segunda metade de Agosto e os primeiros dias de Setembro de 2009, a violência custou a vida a 16 funcionários e polícias e a 25 rebeldes no Daguestão.

A Ossétia do Norte, a mais desenvolvida das repúblicas do Norte do Cáucaso, é habitada por uma maioria cristã e manteve sempre laços de particular proximidade com a Rússia. Nem por isso tem sido poupada à violência. Um atentado suicida com uma viatura armadilhada num mercado de Vladikavkaz, em Setembro de 2009, fez 15 mortos e dezenas de feridos.

E em 1992 uma disputa territorial explodiu num conflito violento com a Inguchétia, que só terminou com a intervenção de uma força de interposição russa.

A própria Rússia tem sido duramente atingida. Beslan foi apenas a mais sangrenta de uma série de carnificinas na última década.

As explosões de 29 de Março de 2010 nas estações do metro de Moscovo de Lubianka e Park Kultury fizeram 35 mortos e mais de 100 feridos. Todos os sinais indicam que se trata de muçulmanos de uma república do Cáucaso do Norte, provavelmente da Chechénia.

Em 2002, o assalto de um grupo de homens armados a um teatro de Moscovo deixou 170 mortos. Entre 2003 e 2004 uma série de ataques suicidas em Moscovo e arredores fez dezenas de vítimas.

Dias antes do massacre de Beslan, ataques terroristas derrubaram dois aviões de passageiros russos. E em Novembro de 2009 uma bomba provocou o descarrilamento do Nevski Ekspres, o comboio que liga Moscovo a S. Petersburgo, matando cerca de 30 passageiros.

### Mudança de paradigma

Desde que a Rússia conseguiu impor uma relativa pacificação na Chechénia, a rebelião nacionalista parece ter-se fundido numa campanha islamista radical, contagiando todo o Cáucaso russo, de larga maioria muçulmana. A fundação do Emirado do Cáucaso foi anunciada oficialmente a 31 de Outubro de 2007

por Dokku Umarov, antigo presidente da República chechena da Ichkéria. No início de Agosto de 2010 vieram a lume sinais de divisões e de uma luta do poder na liderança do movimento.

As divisões, que se prenderiam com diferenças ideológicas e rivalidades entre os diversos grupos, tendências e gerações, não parecem afectar a capacidade operacional dos grupos militantes.

Os independentistas radicais da região ameaçam desde há muito exportar a guerra para outros pontos da Rússia e atingir a população civil. Uma *chura* (espécie de conselho dos sábios) do Emirado do Cáucaso realizada na Primavera de 2009 teria tomado a decisão de exportar a *jihad* e a guerra de sabotagem para o interior da Rússia de modo a atingir a população civil russa e as infraestruturas dos “ocupantes” no Cáucaso.

“ [...] a “chechenização” do conflito está a surtir efeitos indesejados e a gerar mais violência.

O atentado em Dezembro de 2009 contra o expresso Nevski Ekspres, reivindicado pelo “Estado-Maior das Forças Armadas do Emirado do Cáucaso”, terá provavelmente constituído a primeira ilustração da estratégia anunciada pelos rebeldes caucásios.

O aumento da violência põe em causa as políticas e táticas russas na área. Os jihadistas não serão mais do que algumas centenas – entre 500 e um milhar, segundo peritos de Moscovo. Mas as operações militares implacáveis e as sevícias em série cometidas pelas forças russas ou pelos seus aliados locais acabam por facilitar o recrutamento entre os jovens e engrossar as fileiras da rebelião.

Nos média de Moscovo e entre os peritos da região começa-se a questionar a tática da força como remédio para o separatismo e o militantismo islâmico no Cáucaso e a advogar uma abordagem social do problema, mas o debate político é ainda escasso.

O próprio Kadyrov transformou-se num dilema que se agrava à medida que se multiplicam de novo sinais de tensão na Chechénia. Kadyrov culpa os *wabbabis* e outros grupos radicais pelos ataques e repete que os rebeldes são financiados e treinados por países

ocidentais. Vozes críticas em Moscovo insistem em que a “chechenização” do conflito está a surtir efeitos indesejados e a gerar mais violência. Próximos e mesmo críticos de Kadyrov alertam porém para que uma mudança de rumo podia ter como preço uma terceira guerra na Chechénia.

### O conflito russo-georgiano

Reconhecida apenas pela Rússia e mais três países (Nicarágua, Venezuela e ilha Nauru), a proclamação de independência da Ossétia do Sul e da Abkázia, na sequência do conflito de Agosto de 2008, deixou os dois enclaves numa situação de virtual *no man's land* político e de total dependência de Moscovo.

A situação política e militar dos dois enclaves parece para já congelada num estatuto ambíguo e dificilmente sustentável a prazo. O presidente Eduard Koikoty declarou em Agosto de 2009, cerca de um ano depois da proclamação da independência, que a Ossétia do Sul não excluía o cenário de fazer um dia parte da Federação Russa.

Na Abkázia, a população diminuiu continuamente desde o início dos anos 1990 e será agora de pouco mais de 30 mil almas. Antigo paraíso de turistas, a Abházia vê-se remetida ao isolamento e o encerramento das tradicionais vias de comércio com a Geórgia paralisou praticamente a economia do território.

Moscovo reduziu as suas tropas nos dois territórios mas 1.700 militares russos permanecem ainda nas montanhas ossetas e abkazes, em violação dos acordos de cessar-fogo de Agosto de 2008. Moscovo usou o veto no Conselho de Segurança para impedir o prolongamento da missão da ONU na Ossétia e responsáveis da missão de monitorização da EU (EUMM) acusam as autoridades russas de criar os mais diversos obstáculos à sua acção. A situação continua a alimentar tensões entre a Rússia e o Ocidente, apesar do “degelo” ao longo de 2009 e 2010. A secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton esteve em Julho de 2010 em Tbilissi e recorreu a uma linguagem particularmente dura para condenar a “invasão e ocupação” russa, embora aconselhando Tbilissi a não tentar recuperar os territórios pela força.

A visita de Hilary Clinton a Tbilissi, Erevan e Baku, um mês depois de o seu colega da Defesa Robert Gates ter visitado a região mostra bem o interesse americano na região, depois de dois anos de relativo esquecimento. ■

## A Rússia 20 anos depois

O FINAL DA GUERRA FRIA e a desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) implicaram alterações profundas no mapa geopolítico e estratégico europeu. O surgimento de quinze novas repúblicas<sup>1</sup>, diversas nos seus contextos internos, levou a uma redefinição do antigo espaço soviético, que apesar da tentativa de agregação no quadro da Comunidade de Estados Independentes (CEI)<sup>2</sup> se revelou uma área com redes complexas de relacionamento. Neste quadro, a Federação Russa assumiu as responsabilidades centrais da antiga União, incluindo o controlo do arsenal nuclear soviético, bem como o assento em várias organizações internacionais, e muito particularmente o lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas a alteração operada implicou também uma redução no estatuto, dimensão e recursos da Rússia, diminuindo a sua centralidade no contexto internacional. O processo de transição e ajuste, que se inicia com o final da Guerra Fria, marcará profundamente o desenho da Rússia actual, na procura de manutenção de influência, de afirmação de estatuto de poder e de redefinição identitária. Uma nova conjuntura a exigir uma nova postura perante a área regional pós-soviética e para além desta.

### A Rússia pós-soviética

Importa neste contexto notar que a desagregação da URSS enquanto entidade política implicou também a desagregação de um conjunto de elementos unificadores, em particular, coesão ideológica, planificação e governação política e económica centralizada no Partido Comunista, e referencial identitário. As suas implicações no processo de transição que se seguiu são evidentes, face ao esforço de transição para um modelo de governação que a Rússia nunca antes havia experimentado, às novas fronteiras e reajustamentos nas relações com uma vizinhança instável e heterogénea, bem como relativamente à redefinição do papel e lugar da Rússia na Europa e no mundo.

Deste modo, as duas últimas décadas assistiram a mudanças profundas no espaço pós-soviético, com a Rússia a assumir-se gradualmente como actor central nesta área e a

reposicionar-se como uma potência no sistema internacional. O percurso de transição que se seguiu foi moldando o que a Rússia é hoje, não se tratando de um regresso ao comunismo soviético ou à experiência da democracia liberal, mas antes à delineação de um estilo de governação centralizado e autoritário, cunhado como ‘democracia soberana’. Neste processo, a construção identitária da Rússia, ainda em definição, tem sido um elemento fundamental. A readaptação e busca de referenciais revelam-se fundamentais na definição das políticas pós-soviéticas, num contexto em que a Rússia já não é a União Soviética, em que o espaço CEI já não é o espaço soviético, em que as fronteiras da Rússia já não são as do antigo bloco, em que o Pacto de Varsóvia, referencial militar, é extinto. Ou seja, a “Rússia [é um] outro Estado que antes não existia no mapa político ou geográfico global”<sup>3</sup>.

Esta leitura tem implicações profundas no modo como a Rússia se relaciona com a sua vizinhança e participa na gestão de uma área alargada e volátil que entende como parte fundamental da sua esfera de influência. De facto, os documentos de referência em matéria de política externa sublinham claramente a primazia do espaço CEI enquanto área preferencial de actuação, seguida pelas dimensões ocidental (sumariamente, relações com a

União Europeia, Estados Unidos da América, Organização do Tratado do Atlântico Norte) e oriental (incluindo relações com a China, a Índia e no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai), enquanto vectores estruturantes da sua política externa.

### A Rússia no contexto internacional

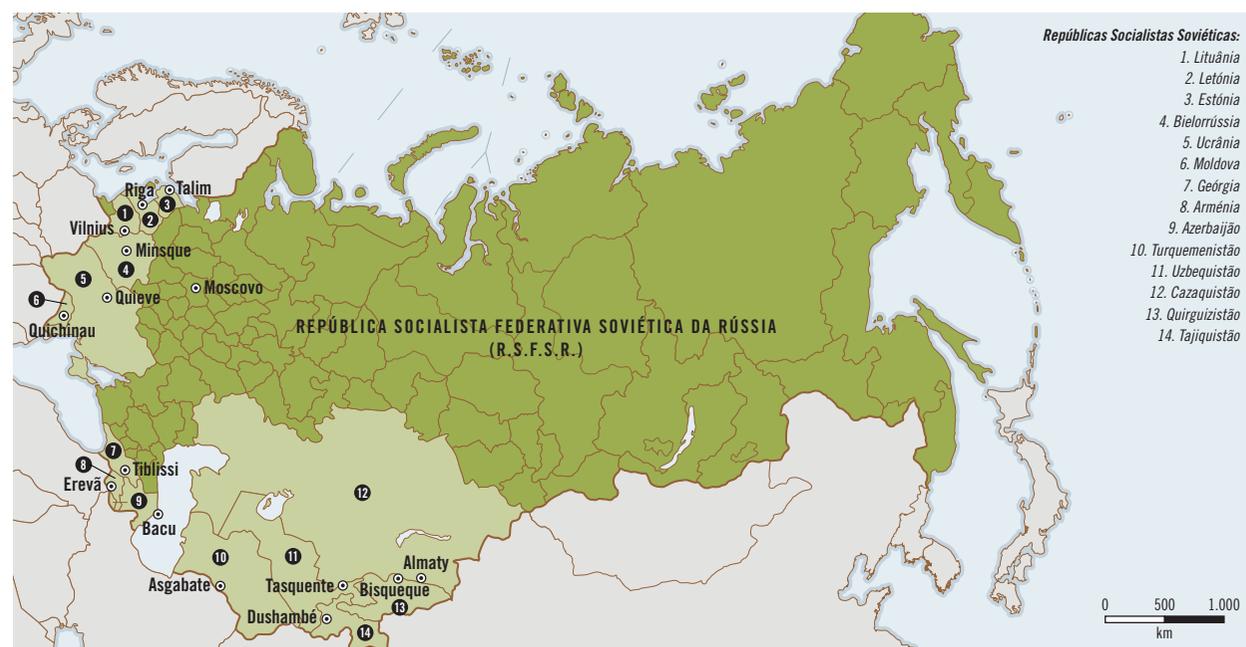
No entanto, deve ser sublinhado que o espaço CEI é um espaço heterogéneo, onde a Rússia não exerce influência sem limites. De facto, tal como a Rússia sofreu um processo de ajustamento estrutural e conjuntural, todas estas novas repúblicas, algumas delas independentes pela primeira vez, também têm feito o seu próprio percurso, sublinhado pela afirmação da sua autonomia e independência, com maior ou menor sucesso. Isto significa que a Rússia hoje é de facto uma entidade distinta da antiga URSS, e que as suas relações de vizinhança traduzem de forma clara esta mesma diferenciação. As relações de maior proximidade que mantém com países como a Arménia, Moldova ou Tajiquistão não são comparáveis à autonomia das políticas externas de repúblicas como o Azerbaijão, Cazaquistão ou Geórgia. Esta assimetria no relacionamento russo com as antigas repúblicas soviéticas é clarificadora das mudanças operadas, ajudando também a compreender determinadas orientações e decisões políticas tomadas pelas autoridades em Moscovo, e os posicionamentos assumidos em várias capi-

tais destes Estados, nomeadamente em termos de políticas energéticas ou de processos de integração regional.

“  
A Rússia (...) é novamente uma grande potência, (...) consolidou-se internamente e construiu as bases para uma política de projecção e afirmação a nível externo.”

A adicionar à complexidade destas relações temos os conflitos violentos que emergiram no contexto da transição e que permanecem por resolver nos casos de violência interestatal entre a Arménia e o Azerbaijão relativamente ao Nagorno-Karabakh, e intraestatal na República da Moldova, com a região separatista da Transnistria, e na Geórgia, onde a situação não clarificada do estatuto das repúblicas da Abcázia e Ossétia do Sul, reconhecidas como independentes pela Rússia após o conflito violento do Verão de 2008, tem suscitado controvérsia no plano internacional. Mas mais do que analisar estas questões particulares, importa sublinhar aqui o envolvimento da Rússia e o modo como esta procura moldar respostas e desenvolvimentos favoráveis à sua política de afirmação internacional.

A Rússia esteve envolvida em todos estes conflitos armados, assumindo a sua parcialidade, e envolveu-se posteriormente em todos os



União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Adaptado de: [http://www.hymn.ru/15-union-republics/soviet\\_pol89.jpg](http://www.hymn.ru/15-union-republics/soviet_pol89.jpg)

processos de gestão dos diferendos com vista ao encontro de uma solução política. A resultante postura ambivalente tem gerado dificuldades na gestão dos problemas, sendo que a perpetuação de instabilidade e de uma presença alargada, inclusive em termos militares, tem permitido à Rússia reafirmar-se em áreas onde o envolvimento de terceiros tem vindo a questionar a sua primazia. E esta abordagem, combinando meios militares com meios económicos, e mesmo acções de diplomacia pública, forjando a consolidação do interesse nacional russo, revela os mecanismos de actuação da Rússia gizando a sua maior integração e influência no sistema internacional. Apesar de esta orientação ter sido delineada ainda durante a presidência de Boris Ieltsin, é já com Vladimir Putin no poder (2000-2008) que esta se consolida. A Rússia, vinte anos depois do final da URSS, é novamente uma grande potência, está presente nos principais fóruns internacionais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, G8 e G20 e, assumindo um processo de transição pós-soviético muito próprio, consolidou-se internamente e construiu as bases para uma política de projecção e afirmação a nível externo. As relações nos outros níveis vectoriais, especialmente a ocidente, têm estado marcadas por linhas de tensão. Não se assumindo o discurso exagerado de uma nova Guerra Fria, os anos de 2007 e 2008, culminando na intervenção armada na Geórgia, marcaram a dissensão entre orientações e entendimentos

distintos, relativamente a questões como o escudo de defesa anti-míssil norte-americano, o alargamento da OTAN, a renovação do Acto Fundador com a União Europeia, ou a ratificação do Tratado CFE II, entre outros. Temas quentes nas agendas, que perturbaram a consolidação das denominadas 'parcerias estratégicas', apesar de as partes afirmarem em diversos momentos a relevância do diálogo e da cooperação. No entanto, a necessidade de conferir substância a estas parcerias é muito clara, apesar das dificuldades implicadas a nível discursivo, interpretativo, e operacional. Na dimensão oriental, as relações com a China, e em particular as acções desenvolvidas no âmbito da actuação da Organização de Cooperação de Xangai, são também marcadas por dissensão, sendo notória a lógica de dupla contenção identificável neste quadro: Rússia-China, e em paralelo, minimizar o envolvimento de terceiros no espaço pós-soviético, particularmente os EUA.

### As fragilidades internas e a 'nova' Rússia

No entanto, e apesar do crescimento económico e do processo de consolidação política e social em curso, as fragilidades são muitas. Uma economia em ampla escala vocacionada para a exploração de recursos energéticos, com especial ênfase para o gás natural e petróleo, revela a volatilidade que subjaz aos índices de crescimento que acompanharam a

### RESET POLICY: NOVA POSTURA, VELHAS AGENDAS

As eleições presidenciais nos EUA e na Federação Russa, em 2008, permitiram uma alteração substancial nas relações bilaterais. Apesar do verão quente com a guerra na Geórgia a marcar as agendas, as presidências Obama e Medvedev, têm trabalhado desde então no sentido de ultrapassar os diferendos mais marcantes e de retomar o diálogo nos temas fundamentais que norteiam as suas relações. A *reset policy*, resultado da sugestiva expressão de premir o *reset button* relativamente às dificuldades vincadas neste relacionamento, implicado um posicionamento mais flexível e a criação de um ambiente favorável a uma cooperação mais estreita, tem de facto sublinhado um entendimento mais construtivo. Este tem sido extensível a temas delicados, como o Irão, nomeadamente o programa nuclear iraniano e a participação russa no mesmo, ou o Afeganistão, não só nos termos do envolvimento dos EUA no terreno, como num âmbito mais abrangente, a presença militar norte-americana numa área estratégica fundamental para a Rússia. Importa ressaltar aqui o reconhecimento da relevância da Rússia nestas matérias, quer em termos de orientação política quer de actuação no terreno. Outros temas, como o alargamento da OTAN ou forças convencionais na Europa, permanecem foco de dissensão. Aliás, é de sublinhar a publicação da doutrina militar russa em inícios de 2010, ou mesmo a proposta de criação de um Tratado Europeu de Segurança, como elementos indicativos da postura russa, sublinhando claramente o desejo de uma nova configuração da arquitectura de segurança europeia não-centrada na OTAN. Fazendo parte da estratégia de afirmação da Rússia como grande potência no sistema internacional, estas iniciativas conferem substância à sua postura e desejo de reconhecimento internacional, com resultados concretos. Contudo, com reservas, pois a nova postura associada à *reset policy* precisa ainda provar o seu cariz inovador e criativo na gestão de velhas agendas.

Rússia nos últimos anos, mantendo-se genericamente nos 7% anuais entre 2000 e 2008, e caindo significativamente nessa altura, devido ao impacto da crise financeira internacional do Outono de 2008, evidência da dependência russa das flutuações dos preços mundiais da energia. Esta é, no entanto, uma fragilidade reconhecida, e o actual presidente, Dmitri Medvedev, tem sublinhado a necessidade de diversificar o investimento sectorial a nível económico no sentido de colmatar uma lacuna

fundamental. O discurso oficial aponta para as capacidades e os recursos existentes, como fundamentando uma retórica de recuperação e de nova consolidação de uma rota de crescimento, com impacto a nível interno e no plano externo. A Rússia vinte anos depois é um país diferente, uma 'nova' Rússia, que carrega no entanto o legado de um passado autoritário e de cariz imperial. Isto significa que os novos contextos não correspondem necessariamente a novos referenciais. As mudanças são visíveis, quer em indicadores materiais como a questão demográfica (aliás problemática, dado o decréscimo acentuado a nível populacional com que a Rússia se depara) ou diminuição da sua área geográfica, quer em indicadores subjectivos, como a inversão do peso da ideologia no novo contexto. Contudo, a perpetuação do autoritarismo e da aspiração de grandeza é uma herança que permanece forte na Rússia de hoje. Uma 'nova' Rússia. ■



Federação Russa. Fonte: CIA World Factbook – Russia.

### Notas

- 1 Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Estónia, Geórgia, Letónia, Lituânia, Moldova, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão, Ucrânia, e Uzbequistão.
- 2 Das quinze repúblicas pós-soviéticas, os três estados do Báltico não se associaram à CEL.
- 3 Kortunov, S. V. (2000) "The Fate of Russia: Several Observations on 'New' Russian identity", in Fredin, Gregory (org), Russia at the End of the Twentieth Century: Culture and its Horizons in Politics and Society. Stanford: Stanford University, p. 7.

## Narcotráfico e instabilidade na região ocidental da África

DAS ILHAS do arquipélago de Cabo Verde às terras do Delta do Níger, quase na fronteira com os Camarões, os narcotraficantes latino-americanos têm circulado com impunidade, nestes últimos sete anos, aproximadamente. Muitos dos regimes existentes são fracos e/ou não dispõem de meios para controlar a circulação de cocaína, chegada normalmente da América do Sul a caminho da Europa.

Países como a Gâmbia, a Guiné-Bissau, a República da Guiné e a Serra Leoa têm constituído uma rota essencial para pessoas sem escrúpulos que, partindo da Venezuela ou da Colômbia, pretendem fazer chegar o seu produto à península Ibérica, às ilhas Britânicas, a muitas outras regiões europeias e até mesmo ao Médio Oriente.

Um das rotas essenciais da cocaína para a Europa é sem dúvida a África Ocidental, con-

forme já escreveu no jornal *"The New York Times"* o director da National Drug Control Policy, R. Gil Kerlikowske. A estratégia nacional de controlo de drogas elaborada em Maio de 2010 pelo presidente Barack Obama não só reconhece o apetite insaciável do seu país pelas drogas, como encara também o problema de uma forma global, por meio de um esforço que todos deverão fazer.

O problema da droga na África Ocidental é tão grave que até já serviu para motivo primordial do mais recente livro do romancista britânico Frederick Forsyth, que durante a segunda quinzena de Agosto de 2010 lançou nos Estados Unidos e no Reino Unido o *thriller The Cobra*, sobre o comércio internacional da cocaína, que envolve "alguns dos homens mais violentos do mundo".

Quando no início de Março de 1999 o autor de *O Dia do Chacal* estava em Bissau a investigar a passagem de droga sul-americana para a Europa, por vezes através do aeroporto de Lisboa, soube que alguém fizera explodir o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general António Indjai, foram à representação das Nações Unidas e retiraram de lá, com toda a impunidade, o contra-almirante Bubo Na Tchuto, que aí se encontrava refugiado, por ter um diferendo com o Governo. Depois, juntos, Indjai e Bubo Na Tchuto, afastaram o chefe do Estado-Maior, almirante Zamora Induta, e remeteram-no para uma cadeia.

O sangue guineense não se ficaria por aí, pois que algum tempo depois caberia a vez ao deputado Helder Proença e ao candidato presidencial Baciro Dabó. Todos eles, segundo é voz corrente entre as pessoas que regularmente acompanham os assuntos daquela região, mais ou menos ligados a negócios muito pouco dignos.

### Relações com a Al-Qaeda

Ainda se o problema fosse só o narcotráfico, talvez as chancelarias ocidentais não se preocupassem tanto. Mas a verdade é que os responsáveis pelo combate ao terrorismo estão cada vez mais preocupados com os grupos islamitas que se associam aos cartéis da droga. Nomeadamente com a hipótese de a África Ocidental se tornar uma nova fonte de rendimento para a rede Al-Qaeda, de Osama Bin Laden, que se tem estado a infiltrar pelas terras da Mauritânia, do Mali, do Níger e do Burquina Faso.

Se formos ao sítio *StrategyWorld.com*, podemos ler que há alguns anos operacionais daquela rede terrorista começaram a aparecer na Guiné-Bissau, nomeadamente para facilit-

tar a circulação de cocaína, numa terra onde os mais altos órgãos do Estado são incapazes de controlar o que quer que seja.

A ausência de uma Força Aérea bem equipada e de uma Marinha dotada de um razoável número de lanchas rápidas faz com que proliferem as pistas de aterragem e com que atraiam barcos às dezenas de ilhas do arquipélago das Bijagós, alvo dos mais mirabolantes projectos. Ao ponto de Nino Vieira ter chegado a autorizar um projecto do magnate chinês Stanley Ho para construir um casino na ilha Caravela.

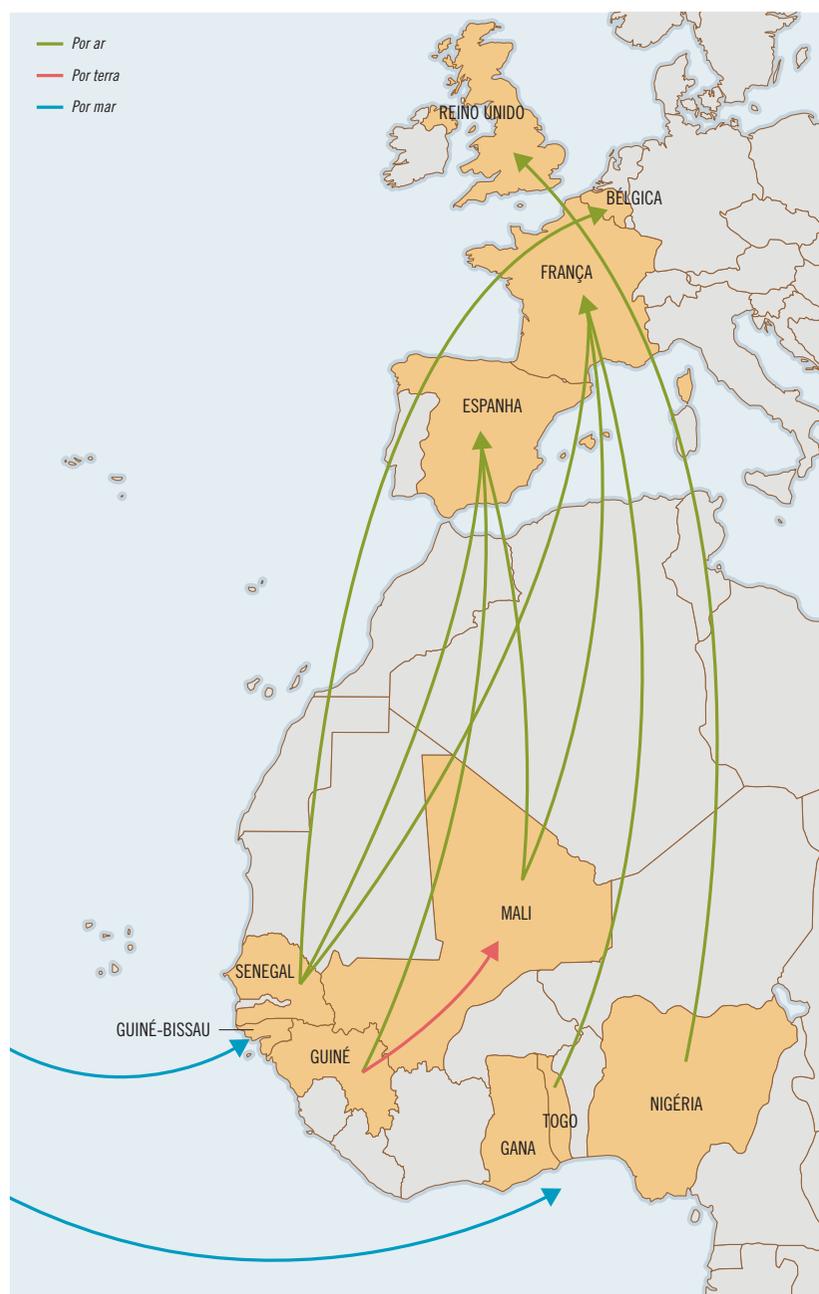
### Uma ameaça crescente

No dia 1 de Abril de 2010, tropas sob o comando do vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general António Indjai, foram à representação das Nações Unidas e retiraram de lá, com toda a impunidade, o contra-almirante Bubo Na Tchuto, que aí se encontrava refugiado, por ter um diferendo com o Governo. Depois, juntos, Indjai e Bubo Na Tchuto, afastaram o chefe do Estado-Maior, almirante Zamora Induta, e remeteram-no para uma cadeia.

“As fracas instituições, a ausência de desenvolvimento e o crime organizado têm sido um caldo fértil para toda a espécie de aventuras a que alguém se queira lançar desde as imensidões desérticas da Mauritânia até à contestada fronteira entre a Nigéria e os Camarões.”

Dias depois, a Drug Enforcement Administration, dos Estados Unidos, colocava Bubo na sua lista de pessoas associadas ao narcotráfico na África Ocidental, tal como aliás o fez em relação ao capitão Ousmane Conté, filho do anterior presidente da República da Guiné, Lansa Conté. Bissau e Conacri eram, desde há anos, duas faces de uma mesma moeda. Nino e Conté haviam sido, durante muitos anos, amigos inseparáveis.

As fracas instituições, a ausência de desenvolvimento e o crime organizado têm sido um



Rotas de tráfico de cocaína da América do Sul para a Europa via África Ocidental.

Fonte: UNODC, Gabinete das Nações Unidas sobre Droga e Crime.

## MUITO DEPENDERÁ DA NIGÉRIA

Uma grande parte da evolução da África Ocidental, durante as próximas décadas, vai depender da Nigéria, que tende a ser a quinta potência mundial, em termos populacionais, com uns previsíveis 326 milhões de habitantes, em 2050, segundo dados das Nações Unidas e de Washington.

A Nigéria, um parceiro comercial da China, com eleições presidenciais previstas para os primeiros meses de 2011, poderá em grande medida determinar, para o bem ou para o mal, a evolução de todo o espaço compreendido entre a Mauritânia e os Camarões, que é aquele sobre que nos estamos a debruçar neste estudo.

Da forma como ela conseguir gerir as relações entre civis e militares, entre muçulmanos do Norte e cristãos do Sul, entre centenas de etnias, umas maiores, outras menores, dependerá em grande parte o que vier a acontecer no Níger, no Togo e nos demais países da África Ocidental. A tendência dos militares para, ao longo dos anos, se terem aproveitado muitas vezes das fragilidades existentes entre os civis e um certo pendor para a corrupção marcaram muitas vezes os primeiros cinquenta anos de uma federação independente que aspira a ter um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. Agora, o Movimento de Emancipação do Delta do Níger (MEND), por alturas do Biafra de há quatro décadas, é mais uma das dores de cabeça do país, que rivaliza com Angola na primeira linha da produção de petróleo a sul do Sara.

Já lhe têm chamado a maior democracia de toda a região, mas isso é apenas baseado no número dos habitantes e não na qualidade das instituições, que deixam a desejar, apesar de se elegerem os membros das assembleias estaduais, os governadores dos estados, os senadores, os deputados e os presidentes. A Nigéria ainda terá de provar se está ou não à altura das circunstâncias.

caldo fértil para toda a espécie de aventuras a que alguém se queira lançar desde as imensidões desérticas da Mauritânia até à contestada fronteira entre a Nigéria e os Camarões.

O representante especial das Nações Unidas na África Ocidental, Said Djinnit, tem dito que as perspectivas de realização nessa parte do mundo dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio continuam a ser fracas, sem que a pobreza da maior parte das pessoas diminua.

### Namoro a Cabo Verde

A França, país com grandes tradições na África Ocidental, de Dacar a Brazzaville, e os Estados Unidos, ultimamente mais preocupados com a região, têm pensado em atrair para o seu campo a República de Cabo Verde, como um parceiro precioso num combate a todas as espécies de tráfico que passam pela Senegâmbia e pelo golfo da Guiné. Estrategicamente colocadas na parte oriental do Atlântico Norte, abaixo do Trópico de Câncer, as ilhas podem muito bem servir para, a partir delas, se fiscalizarem as costas da Mauritânia e dos países a sul.

Os comércios de emigrantes que a todo o custo querem alcançar a Europa e das drogas que da América Latina são enviadas para

a mesma Europa e para a região do golfo Pérsico-Arábico passam pelo paralelo 20, que separa e aproxima Cabo Verde na costa e no interior das terras africanas. As rotas de contrabando que passam pelo Sul da Argélia e pelas solidões desérticas do Mali e do Níger são como que o prolongamento ou a duplicação das vias de comércio ilícito que se faz no litoral da Senegâmbia e das duas Guiné vizinhas. De modo que as ilhas de Cabo Verde poderiam muito bem funcionar como torres de vigia ou bases de lançamento de grupos operacionais que, em acções rápidas, intervissem em certas situações, ao ser decretado o combate generalizado aos tráficos da África Ocidental e do Sahel. Recordemos que há anos se arrasta a questão do Comando Africano idealizado pelos Estados Unidos e que tem sofrido muitos percalços, uma vez que quase ninguém na África quer fornecer instalações para ele funcionar como deve de ser. A Libéria, uma criação da América do Norte, foi um dos poucos países que admitiu, discretamente, dar uma ajuda ao Pentágono na implementação do referido Africom.

Os liberianos, aliás, também já deram uma ajuda às entidades norte-americanas de combate ao narcotráfico, facilitando a neutrali-

zação de alguns dos barões das drogas. Mas eles são tantos que não basta haver apenas um ou dois governos empenhados na gigantesca tarefa.

As polémicas intervenções militares do Ocidente no Iraque e no Afeganistão, bem como o confronto com o Irão, têm feito esquecer a cruzada idealizada por alguns contra o narcotráfico, as migrações ilegais e a expansão islamita na África Ocidental. Mas um dia esse problema terá de ser encarado mais a sério. Talvez, por exemplo, se a Nigéria, o grande gigante da região, entrar em fortes convulsões, na sequência dos seus muitos conflitos latentes. A forma como decorrerem as presidenciais de 2011 poderá ser um barómetro para se aquilatar do estado de saúde de uma federação que reivindica um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

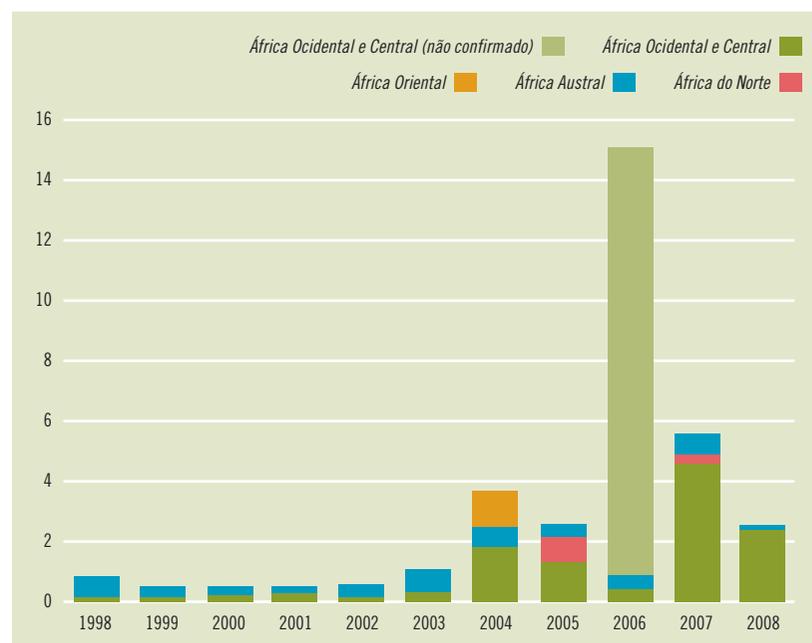
### A degradação do marfim

A Costa do Marfim, onde Félix Houphout-Boigny criou uma certa aparência de desenvolvimento, está hoje na prática dividida em duas, a do Norte, sob o controlo das Forças Novas, e a do Sul, a de Laurent Gbagbo, com as eleições da normalização já por tantas vezes adiadas. E é um dos exemplos perfeitos

da artificialidade de tantos dos sonhos de 50 anos, quando se concretizaram tantas das independências africanas. Foi da sua fronteira, recorde-se, que em Dezembro de 1989 Charles Taylor lançou, no condado de Nimba, a rebelião que o iria levar ao poder em Monróvia e a partir da qual impulsionou a tenebrosa Frente Revolucionária Unida (RUF), de Foday Sankoh, na vizinha Serra Leoa. Muita gente tem na língua a expressão “diamantes de sangue”, mas pouco estarão bem conscientes do autêntico dominó de violência e de instabilidade que nas últimas duas décadas cobriu o espaço que da Costa do Marfim sobe à Libéria, à Serra Leoa, a Conacri e a Bissau.

Comércio de armas, fluxo de populações que querem a todo o custo fugir ao inferno das suas terras e dinheiro fácil obtido mediante a cumplicidade com o narcotráfico são facetas várias de uma mesma manta que se estende de Nouakchott ao delta do Níger, a região africana sobre a qual aqui tentámos reflectir.

Alguns países estão a ser mais afectados do que outros, mas quase todos eles têm armas e pobreza a mais, desenvolvimento a menos. Daí que tantos dos seus naturais procurem vir trabalhar para a Europa, trocando inclusive profissões de juizes ou jornalistas por trabalhos como os de segurança ou de ajudante de pedreiro. ■



Apreensão de cocaína em África, 1998-2008 (em toneladas). Fonte: UNODC, relatório 2010.

## As duas Coreias: zona crítica de tensão internacional

APÓS A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA, as duas Coreias permanecem os únicos países da arena internacional divididos pelo Paralelo 38 N, composto por uma zona desmilitarizada (DMZ) cuja largura é de 4 km para uma extensão de 250 km. De lado a lado um milhão de soldados vigiam ininterruptamente a fronteira no quadro da prevenção de incidentes que poderiam colocar em risco não só a região do Nordeste Asiático como também a estabilidade mundial. A importância geoestratégica marca-se pelo estreito da Coreia que controla parte do acesso ao oceano Pacífico além de estabelecer uma ponte de ligação entre o triângulo República Popular da China, Japão e Rússia.

### Contexto histórico

Numa perspectiva histórica das relações internacionais, importa sublinhar a existência de três teses quanto à guerra da Coreia (25 de Junho de 1950 - 27 de Julho de 1953): a tradicionalista tem por fundamento o ataque norte-coreano através do acordo secreto soviético por Joseph Estaline (1878-1953), considerado o instigador, e pelo dirigente norte-coreano Kim Il-sung (1912-1994), com a cumplicidade de Mao Zedong (1893-1976). A leitura do apoio à decisão do ataque baseia-se em impressionar a administração norte-americana de Harry Truman (1884-1972, presidente de 1945-1953) no tocante à capacidade militar soviética; a revisionista consiste em explicar que a guerra adveio na sequência de uma provocação militar da Coreia do Sul sob a ordem do general Douglas MacArthur (1880-1964); a terceira tese pretende encontrar justificações nas clivagens político-ideológicas entre os dirigentes políticos e as classes sociais coreanas que levariam ao despoletar de uma guerra civil. Segundo os arquivos tornados públicos pelo Kremlin, a Guerra da Coreia fora projectada por Kim Il-sung com o apoio de Estaline.

Os EUA propõem a divisão da Coreia em que uma parte ficaria sob a sua influência e outra na esfera soviética, utilizando como ponte de referência a linha de demarcação Paralelo 38 para facilitar o desarmamento das tropas japonesas estacionadas no território. Tal divisão acaba por levar à separação efectiva da Coreia em duas “irmãs inimigas” que persiste até à actualidade.

Em Agosto de 1948 forma-se a Coreia do Sul, após eleições gerais supervisionadas pela Organização das Nações Unidas, tendo a Coreia do Norte recusado a via de democratização, o que leva ao eclodir da Guerra da Coreia por reivindicarem a soberania da península.

### O processo de reunificação:

#### a *sunshine policy*

Quanto ao processo de reunificação pacífica, existem duas vias. A Coreia do Norte propõe uma aproximação no quadro político no qual procura a constituição da República Federal da Coreia incumbida de duas pastas em matéria de política externa e de segurança, como a diplomática e a da defesa nacional, permanecendo os assuntos internos enquadrados nos governos socialista a norte e capitalista a sul. A Coreia do Sul defende uma aproximação *funcionalista* alicerçada na promoção das trocas intercoreanas nos domínios não políticos para estabelecer o princípio de confiança mútua, tendo em perspectiva a possibilidade de se chegar a acordo quanto a questões de índole militar e política até à proclamação de uma República da Coreia.

“  
Apesar de aparente, a China, o Japão e a Rússia não demonstram interesse efectivo na reunificação das duas Coreias.”

O campo ideológico da Coreia do Norte tem por base o cruzamento entre marxismo-leninismo e a defesa da revolução proletária e do homem como guia da revolução. Da intersecção de ambas, nasce a ideologia oficial *Juche* (marxismo-leninismo kimilonguismo) do Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte, que defende uma posição de independência e de auto-suficiência económica. Nas duas últimas revisões da Constituição, 1998 e 2009, os termos “marxista”, “leninista” e “comunismo” não se encontram mencionados, apesar de se verificar uma leitura do reforço do papel de Kim Jong-il enquanto filho do líder Kim Il-sung. A presente revisão da Constituição tem por tenta-

tiva a projecção da diplomacia pública, da imagem para a arena internacional, sobretudo para a Coreia do Sul e EUA, de uma liderança política com intuito de preparar não só a sucessão para o filho mais novo de Kim Jong-il, Kim Jong-un (nasceu entre 1983 e 1985, teria estudado, sob um pseudónimo de Pak Un, ou na Escola Internacional de Berna ou na Escola Alemã Steinhölzli em Liebefeld, na Suíça, nos anos 90), como também uma adaptação às mudanças inevitáveis do tempo e à gestação de uma nova ordem mundial.

Apesar da aparente continuidade das linhas-de-força da política norte-coreana, em Julho de 2000, em Pyongyang, Kim Jong-il reúne-se com o seu homólogo sul-coreano Kim Dae-jung (1924-2009, presidente de 1997 a 2003) – tendo este último recebido pelo esforço do processo de paz e reunificação o prémio Nobel da Paz nesse ano – delineando um gesto de reconciliação sob o desígnio da *sunshine policy*. A *sunshine policy* visa a diminuição progressiva das tensões pela promoção de reencontros de famílias separadas, de excursões turísticas ao Monte Kumgang (costa leste da Coreia do Norte), de eventos culturais e desportivos, e ao estabelecimento de empresas sul-coreanas em território norte-coreano que levaram à criação de três zonas económicas especiais: Sinuiju, junto à fronteira com a China, é considerada como uma zona internacional financeira, comercial e industrial; Kaesong, a setenta e dois quilómetros de Seul a norte da DMZ, constituído como um complexo comercial e de turismo com hotéis, golfe, centros comerciais, unidades fabris e residenciais; monte Kumgang, como enclave turístico.

Apesar de aparente, a China, o Japão e a Rússia não demonstram interesse efectivo na reunificação das duas Coreias. Para a Rússia, a emergência de uma Coreia reunificada a médio prazo na região significaria o surgimento de um Estado politicamente nacionalista cuja capacidade militar se reveria reforçada além da dinamização económica que levaria ao desaparecimento dos Estados-tampão da Coreia do Norte e, para a China e Japão, da Coreia do Sul. A aproximação de Moscovo-Pyongyang baseia-se no apaziguamento das tensões regionais pela aproximação diplomática para impedir o desenvolvimento de armas de destruição maciça. Por seu turno, a China continua a manter a sua postura de equilíbrio e de manutenção da paz, quer regionalmente, quer internacionalmente pelo reforço das suas relações de cooperação

e pela defesa da prevenção de conflitos na região, mantendo com Pyongyang a cooperação nos sectores militar, educação, científico, tecnológico e desportivo.

O Japão, embora defenda oficialmente a reunificação, teme o fortalecimento militar da Coreia dotada de capacidade de dissuasão nuclear; daí que pretenda alargar o seu papel político-militar na região por considerar que a estabilidade e a manutenção da paz entre as Coreias influenciam directamente os seus interesses. Assim, Tóquio opta simultaneamente pelo reforço estratégico das relações Tóquio-

### SINOPSE CRONOLÓGICA

1945: divisão da Coreia ao longo do Paralelo 38N, a norte (influência soviética), a sul (esfera norte-americana).

25 de Julho de 1950: início da Guerra da Coreia.

27 de Julho de 1953: assinatura do armistício, que cria a zona desmilitarizada (DMZ).

24 de Setembro de 1991: adesão das duas Coreias à ONU.

29 de Janeiro de 2002: o presidente dos EUA George W. Bush inclui a Coreia do Sul nos países do Eixo do Mal.

10 de Abril de 2003: a Coreia do Norte abandona o Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

05 de Julho de 2006: lançamento de múltiplos mísseis balísticos pela Coreia do Norte.

09 de Outubro de 2006: ensaio nuclear da Coreia do Norte.

14 de Outubro de 2006: Resolução 1718 do Conselho de Segurança das Nações que condena o ensaio nuclear.

13 de Fevereiro de 2007: as seis partes chegam a acordo quanto ao desmantelamento das instalações nucleares, incluindo o reactor Yongbyon.

05 de Abril de 2009: a Coreia do Norte lança o míssil de longo alcance Taepodong-2.

25 de Maio de 2009: a Coreia do Norte procede a ensaio nuclear subterrâneo.

12 de Junho de 2009: Resolução 1874 do Conselho de Segurança que condena o ensaio nuclear e reafirma as sanções.

12 de Maio de 2010: a Coreia do Norte reivindica o sucesso da fusão nuclear.

26 de Maio de 2010: afundamento da corveta de guerra sul-coreana Cheonan.

07 de Julho de 2010: a Coreia do Norte anuncia o reforço do seu arsenal nuclear.

09 de Julho de 2010: o Conselho de Segurança condena o afundamento da corveta Cheonan.

10 de Julho de 2010: a Coreia do Norte anuncia a intenção de retomar as negociações quanto ao desarmamento nuclear.

Seul-Pyongyang e incremento da cooperação com a ONU e AIEA.

No caso dos EUA, a posição assumida por Barack Obama (1961, presidente desde 20 de Janeiro de 2009) tem por objectivo o estabelecimento de um sistema de cooperação nas áreas económicas e de segurança, por entender que a península coreana representa a base de apoio estratégico norte-americano na região Ásia-Pacífico. Respeitante ao desenvolvimento da via diplomática, as opções estratégicas do governo de Seul visam a aliança, a manutenção do equilíbrio regional e a segurança multilateral.

No caso das duas Coreias, a interligação dos actores estratégicos encontra-se nos campos históricos e políticos, derivado da proximidade geopolítica das principais potências regionais como sendo os casos do Japão e da China. Na esfera-de-influência norte-americana localizam-se o Japão e a Coreia do Sul, enquanto a China liga-se com a Coreia do Norte. No quadro do desenvolvimento de resolução de conflitos ou de manutenção do equilíbrio regional, as alianças e contra-alianças basear-se-ão nos interesses comuns político-ideológicos.

### A questão nuclear

Três anos após a adesão simultânea das duas Coreias à Organização das Nações Unidas (ONU) a 17 de Setembro de 1991, o líder histórico norte-coreano morre no dia 8 de Julho de 1994, abrindo a sucessão para o seu filho Kim Jong-il que, perante o núcleo duro do Partido dos Trabalhadores da Coreia, fez prova em prosseguir não só a luta contra o “gigante imperialista americano”, como também de se subtrair a partir de 10 de Abril de 2003 às obrigações do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Pyongyang decide abandonar a Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA), estabelecida em 29 de Julho de 1957. A posição do director-geral Yukiya Amano da AIEA revela preocupação, visto não possuir desde 15 de Abril de 2009 inspectores no terreno que possam reportar o progresso nuclear, alertando para a sensibilidade do assunto e da urgência da desnuclearização. O mesmo sublinha que o país se encontra sob a obrigação imposta pelas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU 1718 (2006) e 1874 (2009), devendo actuar em acordo com a AIEA e com o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. A ausência de observadores da AIEA resulta do lançamento do míssil de longo alcance (6.700 km) Taepodong-2, que teria sobrevoado o Japão a 5 de Abril de 2009. Pyon-

gyang decide nesse mês retirar-se do diálogo a seis partes (duas Coreias, China, Rússia, Japão e EUA), o que coloca em causa o acordo de 13 de

Fevereiro de 2007 quanto ao desmantelamento das instalações nucleares, incluindo o reaktor Yongbyon, e a obtenção em troca do apoio

energético equivalente a 1 milhão de toneladas de petróleo por ano além do levantamento das sanções comerciais impostas pelos EUA e o descongelamento de verbas no Banco Delta Asia.

A Coreia do Norte opta pela continuidade do programa nuclear, tendo efectuado um ensaio nuclear subterrâneo a 25 de Maio de 2009 que se sentiria no Japão e o qual viria a ser objecto de condenação. Recorde-se que a 9 de Outubro de 2006 já tinha efectuado um ensaio nuclear subterrâneo. Praticamente um ano depois, a 27 de Fevereiro de 2010, as seis partes encontram-se aparentemente preparadas para prosseguir a ronda de negociações que levam à desnuclearização da Coreia do Norte e à estabilidade regional; só que pouco tempo depois, a 9 de Julho, o Conselho de Segurança condenaria, sem se referir à Coreia do Norte, o afundamento da corveta de guerra sul-coreana Cheonan no mar Amarelo no dia 26 de Maio de 2010. Seul elabora um relatório no qual conclui que a corveta fora atingida por um torpedo lançado pelo seu vizinho. Este ataque surge na sequência da reivindicação por parte de Pyongyang do sucesso da fusão nuclear a 12 de Maio. A posição do Conselho de Segurança é a da urgência de a Coreia do Norte retomar o diálogo a seis partes para manter a paz na região. A 7 de Junho, Pyongyang anuncia a continuidade do reforço do arsenal nuclear, mas a 10 de Julho revela a intenção de retomar as negociações quanto ao desarmamento nuclear. As posições ora divergentes ora convergentes prendem-se com a sucessão e com a penúria alimentar. Pyongyang procura apoio internacional para fazer face à situação dramática humanitária e, nesse quadro, desde Maio de 2001 tem relações diplomáticas junto da União Europeia. Refira-se que o ministro para a Unificação sul-coreano, Hyun In-taek, considera que a reunificação significa o surgimento de uma economia avançada e de um sistema político estável que contribuiriam para a paz global. ■



**As duas Coreias.** Fonte: AAW — *Atlas da Globalização. Le Monde Diplomatique*. Lisboa: Campo da Comunicação. 2.ª ed., 2003, p. 161.

### Referências bibliográficas

CORDONNIER, Isabelle; TERTRAIS, Bruno — *L'Asie Nucléaire*. Paris: IFRI, 2001.  
 KAPUR, Ashok — *Regional Security Structures in Asia*. London, New York: Routledge Curzon, 2003.  
 MCDUGALL, Derek — *The International Politics of the New Asia Pacific*. Singapore: ISEAS, 1997.  
 OBERDOFER, Don — *The Two Koreas*. London: Little Brown, 1998.

### Internet

Gateway to Korea in [http://www.korea.net].  
 Korean Central News Agency in [http://www.kcna.co.jp].  
 Korea is One in [http://www.korea-is-one.org].  
 Ministry of Reunification in [http://www.unikorea.go.kr].

## Quanto tempo vai ainda durar o conflito no Afeganistão?

A IDENTIFICAÇÃO de condições maduras (*ripeness*) para se iniciar um processo de paz com base num impasse doloroso (*burling stalemate*) adquiriu ultimamente uma importância redobrada no debate entre académicos e praticantes da Resolução de Conflitos. Segundo os autores daquela abordagem, as probabilidades de uma solução política para um conflito violento aumentam quando as facções litigantes admitem que não conseguem prevalecer militarmente uma sobre a outra, e reconhecem que a continuação da violência lhes trará mais prejuízos do que benefícios (impasse doloroso) e que, portanto, têm mais a ganhar em discutir as suas discórdias à mesa das negociações do que no campo de batalha. Transportando esta questão para o conflito no Afeganistão, procuraremos neste texto perceber a que distância nos encontramos de um impasse doloroso e, portanto, de condições maduras para se iniciar um processo negociado que conduza a uma solução política para o conflito. Para responder a estas duas questões teremos de analisar a evolução do comportamento dos principais intervenientes – EUA, governo afegão e talibãs – e discutir simultaneamente o significado de reconciliação – conforme tem sido apresentado no contexto do conflito afegão – e de negociação. Importa perceber o significado e a ligação, se é que existe, entre aqueles dois conceitos e o modo como os diferentes actores os utilizam e percebem.

Com a reconciliação procura-se persuadir os membros dos grupos rebeldes a abandonarem a violência e, conseqüentemente, integrá-los socialmente. A reconciliação baseia-se no pressuposto de uma separação entre talibãs radicais e moderados, sendo estes últimos passíveis de integração no *establishment* político e social vigente. Em última análise, pretende-se com o seu abandono das armas criar divisões no campo adversário as quais conduzam ao seu enfraquecimento. Embora de uma forma não explícita, a reconciliação tem subjacente uma lógica de soma nula. É concebida com um instrumento para minar a base social de apoio dos seguidores da *Quetta Shura*, levar ao seu isolamento político e à sua claudicação militar.

Por outro lado, pretende-se com a negociação obter uma solução política com o envolvimento activo das facções litigantes, pressupondo um jogo de soma positiva e uma solução em que todas as partes ganhem e que, em última análise, possa conduzir a uma partilha do poder. Em termos práticos e no contexto afegão poderá representar a possibilidade, para além da partilha de poder entre os diversos grupos, de instaurar um modelo de sociedade diferente do modelo presidencial e centralista proclamado pela actual Constituição, assim como da almejada democracia liberal e economia de mercado.

### A reconciliação com os talibãs moderados

Como referido, procura-se com a chamada reconciliação trazer para o lado do governo afegão elementos próximos dos grupos rebeldes – os designados talibãs moderados – desactivá-los da subversão e integrá-los na sociedade, recorrendo a incentivos económicos. Note-se a singularidade de aplicar o conceito de reconciliação nacional inserido no presente *statu quo* político, ainda durante o período da violência generalizada, ao contrário do que se encontra previsto na teoria e ocorre normalmente na prática, em que os esforços de reconciliação nacional como, por exemplo, a integração social de antigos combatentes só tem lugar após o fim da violência e em ambientes políticos benignos.

Embora revitalizados nos dois últimos anos e integrados na designada *surge*, os actuais esforços de reconciliação são um *remake* de uma iniciativa com mais de cinco anos que produziu resultados limitados. Mal gerida e insuficientemente financiada, a designada Comissão para a Paz e Reconciliação (PTS) gorou as expectativas de reconhecimento social aos poucos que a ela aderiram. Para o insucesso do PTS contribui o incumprimento de muitos dos compromissos assumidos para com os “integrados”, que em muitos casos continuaram a ser objecto de segregação política e social.

“...Nem a América nem os Talibãs conseguem ganhar esta guerra ...”  
Mullah Abdul Salaam Zaeef,  
antigo embaixador talibã no Paquistão.

As renovadas tentativas de revitalização do processo de reconciliação, atribuindo-lhe mais recursos e envolvendo mais elementos da sociedade estão a seguir os mesmos passos das anteriores, sendo afectadas pelos mesmos problemas: falta de fundos para promover a integração social dos ex-combatentes. Os programas para atrair os combatentes talibãs de base e afastá-los dos rebeldes não funcionou como esperado. Os afegãos degladiam-se pela sua gestão e os doadores internacionais reconsideraram as entregas dos fundos com que se tinham comprometido.

Se, por um lado, a contribuição das iniciativas apelidadas de reconciliação têm tido um impacto reduzido, por outro, não conseguiram enfraquecer a capacidade militar dos rebeldes, não contribuíram para reduzir a sua vontade de continuar a combater, nem ajudaram a criar um ambiente favorável ao início de negociações.

### A negociação com o *inner circle* talibã

Com o prolongamento do conflito e a ausência de uma vitória definitiva de uma das partes, aumentaram o número de vozes a favor de uma solução política. A negociação formal deve fazer-se com o *inner circle*, com quem toma decisões. Encontros informais entre representantes do governo afegão e figuras gradas dos grupos rebeldes para estabelecer canais de comunicação passaram a ter lugar de uma forma continuada, desde o segundo semestre de 2008, inicialmente sob a égide da Arábia Saudita. A diligência saudita procurou mobilizar os dirigentes de topo de todos os grupos afegãos relevantes, já que qualquer mudança qualitativa na situação tem de passar pelo seu envolvimento. Os encontros continuaram durante 2010, tanto no Afeganistão como no exterior, mas sem resultados tangíveis. Também Kai Eide, antigo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU no Afeganistão, se encontrou com enviados talibãs no Dubai, em 2009 e 2010. Igualmente importante, têm sido as várias iniciativas e os encontros alargados entre os diversos actores da sociedade afegã patrocinados pelo presidente Karzai, com o objectivo de ganhar aderentes para o processo de paz.

### ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO POLÍTICA QUE NÃO PERMITA O REGRESSO DA AL-QAIDA

O modelo político de uma democracia liberal e presidencialista consagrado na Constituição afegã, aprovada a 4 de Janeiro de 2004, é reconhecidamente pouco condizente com a história e as práticas políticas do país e da região. Tornou-se um pomo de discórdia em vez de um projecto político aglutinador. Promover uma democracia liberal numa sociedade pré-moderna e islâmica é, sem dúvida, uma tarefa bem intencionada mas de sucesso duvidoso. O que foi, aliás, reconhecido pelo presidente Obama quando disse que “...os EUA não podem construir uma democracia jeffersoniana no Afeganistão, apenas podem impedir que o território se transforme num santuário do terrorismo internacional...”

Para que uma estratégia negociada tenha sucesso é necessário compreender a natureza das relações entre as diferentes forças subversivas afegãs e a Al-Qaida: serão a mesma coisa, uma irmandade indissociável, ou entidades autónomas com projectos políticos diferenciados que se relacionam com base na conveniência e na circunstância? Será que todos os grupos de insurrectos pensam a luta subversiva numa lógica de *Jihad*? Poderá a Al-Qaida, que não joga um papel determinante na subversão em curso, ser descartada pelos grupos insurrectos? As respostas e o entendimento que se faça destas questões são cruciais para o sucesso das negociações.

A Al-Qaida parece estar cada vez mais preocupada com a progressiva perda do controlo dos acontecimentos no Afeganistão e a postura cada vez mais assertiva e independente dos líderes talibãs. Estas divergências devem ser vistas como uma oportunidade. É possível isolar e separar os grupos subversivos da Al-Qaida. Há, pois, que ter o engenho e a arte para o fazer.



Em Junho de 2010, a *Peace Jirga* recomendou a adopção de várias medidas que conduzissem a conversações entre o governo e os grupos rebeldes, que o governo começou a implementar, como sejam a libertação dos talibãs presos sem acusação, e a revisão da lista dos combatentes a serem removidos das listas negras. No seguimento das deliberações da *Peace Jirga*, Karzai criou, em 18 de Setembro de 2010, um Alto Conselho de Paz composto maioritariamente por chefes das diferentes facções que, de uma ou de outra forma, participaram na guerra civil, com a missão primária de estabelecer contactos com os talibãs e criar condições para se iniciarem negociações de paz. Karzai colocava como condições a deposição das armas e a aceitação da Constituição pelos talibãs, o que foi prontamente rejeitado pelos dirigentes rebeldes. Todas as iniciativas referidas apenas conseguiram estabelecer canais de comunicação. Todas elas se caracterizavam pela informalidade e pelo carácter exploratório, não se podendo concluir que fossem o resultado de um impasse doloroso ou a ante-câmara de um processo negocial substantivo.

A partir de 2010, o Paquistão assumiu-se como o canal privilegiado de comunicação com os talibãs, manifestando claramente o seu interesse em participar activamente em qualquer iniciativa de paz. Com interesses objectivos na configuração política afegã pós-conflito, é um fervoroso promotor de uma partilha de poder em que os Pastuns possam assumir um papel de relevo e assim contraporem-se a uma possível hegemonia tadjique e hazara permeável à influência russa e indiana, percebida como prejudicial para os seus interesses.

### Luz ao fundo do túnel?

Para se avaliar a existência de um “impasse mutuamente doloroso” torna-se obrigatório analisar as condições em que se desenrola o conflito e a percepção que os litigantes têm dessas mesmas condições. Do nosso ponto de vista, a situação militar encontra-se num impasse. Mas em última análise o que conta é a percepção das partes. Independentemente da existência de condições objectivas, se os adversários não acreditarem que se encontram num impasse e creem que podem escalar para uma posição de força ou até mesmo a vitória, então não se pode afirmar que se atingiu um impasse doloroso.

Por volta de 2007/08, quando se iniciaram os primeiros encontros entre o governo e grupos rebeldes promovidos pela Arábia Saudita, criou-se no seio daqueles últimos alguma receptividade para uma solução política negociada. A sua disponibilidade desapareceu quando os EUA decidiram aumentar o contingente militar no país. A *surge* lançada em 2009, segundo alguns analistas, comprometeu qualquer possibilidade dos talibãs participarem em conversações de paz. Tal iniciativa, não só indicava que os EUA não tinham atingido ainda um impasse doloroso, como contribuiu também para reduzir a possibilidade de envolver os rebeldes numa solução política. Serviu para extremar posições no campo talibã.

O argumento de que a *surge* visava criar condições para os EUA negociarem com os talibãs numa situação de força deve ser objecto de uma interpretação cuidada. Na realidade, o que se pretendia era uma vitória militar e não uma solução negociada. Só se negocia em situações de paridade, não em casos de uma correlação de forças assimétrica. Quando essa assimetria é vantajosa, impõem-se os termos da vitória.

O anúncio da retirada das forças internacionais em 2014 não contribuiu igualmente para aproximar os rebeldes de uma solução política. A forma como foi apresentada pode constituir mais um incentivo para os rebeldes persistirem na solução militar e desinvestirem de uma opção negociada. Mullah Omar acredita que tem apenas que continuar a combater até o Ocidente se retirar, para depois voltar novamente a dirigir o país sem ter de partilhar o poder. Nestas condições não há qualquer estímulo para negociar, porque se pode obter tudo o que pretende dentro de três anos. A propensão para desinvestir da campanha militar evidenciada pelas elites políticas norte-americanas pode ser indicador de uma aproximação à situação de impasse doloroso, sobretudo se a relacionarmos com a situação económica em que se encontram os EUA e os debates em curso no seio da sociedade norte-americana. A Secretária de Estado Hilary Clinton já admitiu que “o público americano poderá ter de engolir a ideia da negociação com os talibãs para se atingir a paz no Afeganistão”.

Alguns analistas argumentam que os rebeldes estão exaustos, tiveram elevadas baixas e

pretendem a paz. Esquecem-se, no entanto, da tremenda capacidade que aqueles têm demonstrado tanto para absorver o elevado número de baixas que lhe são infligidas, nomeadamente pelos ataques cirúrgicos norte-americanos, como para reporem os combatentes perdidos recorrendo a uma fonte de recrutamento inesgotável.

Por outro lado, o conceito de transição (Inqetal) que domina a agenda das forças internacionais no território tem como premissa a imutabilidade do *establishment* político vigente e, portanto, a claudicação dos grupos insurrectos, eventualmente uma integração na sociedade, subordinados aos termos que lhe forem impostos. A “Transição” não integra qualquer imperativo negocial.

A escalada de violência ocorrida no Verão de 2011, levada a cabo por ambas as partes, indicia que não se atingiu ainda um impasse doloroso. Os contendores ainda continuam a pensar que podem resolver militarmente as suas diferenças.

O ano de 2011 tem sido igualmente palco de desenvolvimentos cujas consequências são ainda difíceis de analisar: altos dignitários americanos confirmaram a existência de encontros secretos com dirigentes rebeldes; os EUA pugnaram na ONU pela remoção de dirigentes talibãs da lista negra; e, mais recentemente, o presidente Obama anunciou o início da retirada de 10.000 soldados americanos em 2011. Subsistem, contudo, ambiguidades sobre o que será a futura estratégia dos EUA. Mesmo que se tivesse progredido no sentido de um impasse doloroso, ainda é grande a distância que separa a agenda dos diferentes grupos. Parece que os talibãs terão evidenciado alguma flexibilidade ao terem deixado de exigir como condição prévia para entrarem em negociações uma retirada imediata e completa das forças internacionais antes das conversações, mas mantêm-se irredutíveis no que respeita à continuação da presença de bases americanas no território após um possível acordo de paz.

Embora seja difícil efectuar um julgamento definitivo sobre as percepções dos diferentes actores envolvidos no conflito relativamente à existência de um impasse doloroso, não restam dúvidas que ainda se terá de percorrer um longo percurso até à mesa das negociações. Não chega a disponibilidade do governo afegão para se encetarem negociações de paz. Uma vez lá chegados, outros desafios

se colocarão: as duras discussões em torno da solução política, a qual envolverá seguramente uma complexa negociação sobre a partilha de poder e sobre a natureza do novo regime.

O conflito no Afeganistão é muito mais do que uma disputa entre o governo de Karzai e um movimento rebelde, aliado ao terrorismo internacional, que procura derrubar o governo. A distribuição de poder entre as várias facções, não necessariamente todas rendidas aos “méritos” da ideologia fundamentalista do movimento mais proeminente, terá de ter em consideração as diversas dimensões do conflito (étnicas, rural vs. urbana, particularmente no seio da comunidade Pastun, e naturalmente a sectária), mas também a distribuição entre o governo central e as províncias. Uma solução durável tem de envolver um largo acordo social e político entre os diferentes grupos afegãos que, do nosso ponto de vista, deveria ocorrer antes da finalização do processo de transição em curso.

Resta finalmente saber até que ponto a Comunidade Internacional estará disposta a aceitar uma solução que, em alternativa à actual Constituição, instaure um regime assente na Sharia, mesmo garantindo a ostracização da Al-Qaida.

No momento em que o presente artigo foi redigido, não se vislumbram condições maduras para se iniciar um processo de paz substantivo. Nem os EUA nem os grupos rebeldes se consideram exaustos. Apesar de algumas evoluções em ambos os campos, encontramos-nos ainda longe de se poder considerar que os intervenientes no conflito atingiram um impasse doloroso. Pelas iniciativas que tem promovido, apenas Karzai tem mostrado algum realismo sobre esta matéria. Os encontros recentemente ocorridos continuam a ser de natureza informal, preliminar e exploratória visando apenas o estabelecimento de canais de comunicação entre aqueles grupos, não devendo ser confundidas com negociações directas ou outros actos formais de mediação. Não se pode afirmar que tenha ocorrido aquilo a que se designa na teoria da Resolução de Conflitos por “transformação do conflito”, através da qual as relações de animosidade entre os intervenientes são substituída pela empatia e a cooperação. A luz ao fundo do túnel é por enquanto muito trémula e distante. ■

## Iraque pós-ocupação: um novo Líbano, um Estado federal ou novas guerras

SAFIA AL-SUHAIL, política independente e liberal eleita para a Assembleia Nacional iraquiana em Março, dizia-nos em Julho de 2010, um mês antes da retirada das tropas de combate dos Estados Unidos, que os países demoram em média nove anos a começar a estabilizar depois de uma transição como a que o Iraque atravessa. “Nove anos chegam para um país que viva em segurança e que tenha relações normais e o apoio dos países vizinhos. Nós não temos nada disso, vamos precisar de mais tempo”, defendeu Suhail.

Mas ao contrário de muitos outros iraquianos, a deputada Suhail, herdeira de uma poderosa família árabe xiita que se opôs a Saddam Hussein, acredita que o seu país tem futuro, mesmo que esse futuro tarde. Apoiante da intervenção militar norte-americana para derrubar a ditadura do Partido Baas, Suhail aponta muitos erros aos homens enviados por Washington.

É Suhail que conta como depois da queda de Saddam a oposição teve as primeiras reuniões no interior do Iraque. Nassiriyah, a capital da província de Dhi Qar, no Sul, onde esteve o contingente da GNR entre 2003 e 2005, foi cenário da primeira. Suhail disse então aos xeques e aos opositores vindos do exílio, como ela, que ninguém deveria levantar problemas às mulheres ou aos liberais “em nome da religião”. E é ela que diz agora que os xeques a ouviram, mas que o mesmo não fez Paul Bremer, o líder da Autoridade Provisória da Coligação, pró-cônsul de Washington em Bagdad, que teve a primeira e a última palavra em todas as decisões importantes até Junho de 2004.

Foi Bremer e a sua equipa que decidiram que o poder devia ser dividido entre árabes xiitas, árabes sunitas e curdos, guardando quotas para as minorias religiosas, como os cristãos, ou étnicas, como os turcomanos. Uma decisão de que os iraquianos continuam a “pagar o preço”, diz a deputada.

Os norte-americanos entraram no Iraque de rompante, fizeram evaporar um regime que em muitos aspectos estava moribundo, podre por dentro. Depois, destruíram o Estado e

deixaram um vazio que não souberam preencher. No papel, distribuíram o poder a seitas, entregando-o assim a fundamentalistas. Na prática, abriram caminho para outros fundamentalistas pegarem em armas e tentarem obter pela força esse poder. Com ou sem governo, o Iraque ainda será de quem tem armas se quem tem armas decidir combater. Com ou sem norte-americanos – e será sem, a retirada está em andamento; ficaram 50 mil soldados, até ao fim de 2011 sairão os restantes – o Iraque é uma incógnita.

“**Os norte-americanos (...) fizeram evaporar um regime (...) destruíram o Estado e deixaram um vazio que não souberam preencher.**”

É um país, ainda, com fronteiras e uma capital e 18 províncias, mas pode nos próximos anos voltar a resvalar para uma guerra civil. E ao contrário da anterior, que se travou entre xiitas e sunitas de 2005 a 2007, a próxima pode envolver mesmo os países fronteiriços, da Síria à Arábia Saudita e à Jordânia, passando pelo Irão. No pior dos cenários, até a Turquia entraria em jogo para defender a comunidade turcomana (turcófona) face aos cada vez mais independentes *de facto* curdos do Norte do Iraque.

### Os mesmos argumentos

Os Estados Unidos sempre acusaram o Irão de combater no Iraque uma “guerra por procuração” contra o “Grande Satã”, através do apoio a partidos xiitas e às suas milícias ou através do envio de explosivos para serem usados directamente contra as tropas norte-americanas. De Damasco, Washington sempre disse que permitia a passagem de potenciais bombistas suicidas e de extremistas estrangeiros para engrossarem as fileiras dos grupos que se identificam com a Al-Qaeda e que só depois da invasão de Março de 2003

passaram a actuar no Iraque. Mas os estudos, como o de Mohammed M. Hafez, mostram que os bombistas suicidas (e no Iraque foram em número nunca visto) vieram mais do território do aliado reino saudita do que do país dos baasistas sírios. O Iraque pós-Saddam é fraco face aos restantes países da região, protege mal as suas fronteiras e está vulnerável a múltiplas influências e interesses. O Iraque já foi uma potência e era, para os países ocidentais, um tampão ao poder dos *ayatollahs* xiitas da República Islâmica. Certo é que o Irão é hoje a potência regional em ascensão e que os Estados Unidos de Barack Obama nada podem contra esse facto.

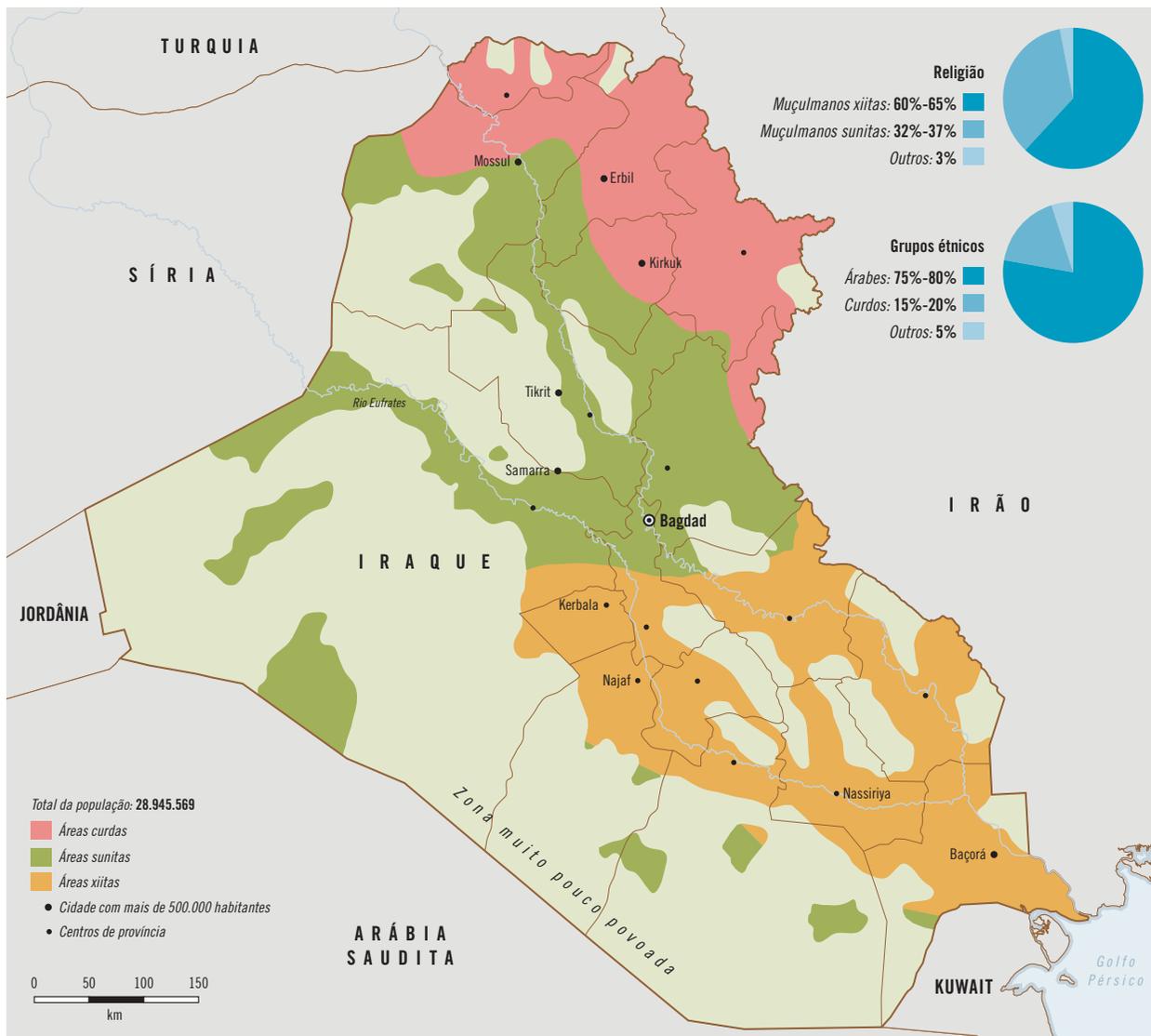
Curiosamente, em fim de festa, os conservadores norte-americanos servem-se dos mesmos argumentos que passaram a ser usados pelos árabes sunitas, que nos primeiros anos pós-invasão combateram os norte-americanos e que nos tempos mais recentes passaram a querer a sua protecção e a temer a retirada. No Verão, antes do fim do prazo para a saída das tropas de combate ditado por Obama, Fred Kagan, historiador militar e analista do American Enterprise Institute, defendeu que o presidente não pode focar-se apenas nas suas promessas e esquecer o futuro dos iraquianos. Ou seja, que devia repensar a retirada – que na verdade, fora o simbolismo do 30 de Agosto de 2010, foi acordada entre a Administração de George W. Bush e o Governo de Nouri al-Maliki após duras negociações em 2008, terminadas com Obama já eleito mas ainda não na Casa Branca. Os EUA devem ficar, argumenta Kagan, como querem os árabes sunitas, porque se não o fizerem estão a entregar o Iraque ao Irão.

Kagan disse ainda que se os iraquianos pedissem, Obama deveria adiar a saída, omitindo aquilo que não pode ignorar: os iraquianos nunca pedirão aos EUA para ficar. Nenhum político se atreveria a fazê-lo, mesmo se não existisse um homem chamado Moqtada al-Sadr, o xiita que lidera o único movimento de massas criado no Iraque desde 2003 e que fez o seu nome gritando “Morte à América” e usando palavras como ocupação, resistência e martírio. Sadr já é desde há muito um jogador importante no tabuleiro político iraquiano. Mas quer ser uma peça fundamental na região. Aspira a ser o próximo Hassan Nasrallah, o xeque libanês líder do xiita Hezbollah que em 2006 declarou ter vencido Israel, depois de uma guerra que destruiu Beirute mas que

fez o mesmo pela liderança israelita e deixou de rastos a confiança dos israelitas nos seus governantes e nos seus chefes militares. Sadr quer ser uma peça no chamado “eixo de resistência”, formado pelo grupo palestiano sunita Hamas e pelo Hezbollah, com o apoio iraniano. Não há razões para que não

### “O OUTRO IRAQUE”

Fica no Iraque mas não é o Iraque. É, segundo o governo regional, “O Outro Iraque”, um *slogan* que poderia soar de mau gosto se não assentasse tão bem ao Curdistão iraquiano, a região semi-autónoma que os curdos iraquianos governam no Norte do Iraque e onde a violência do pós-invasão norte-americana quase não se fez sentir. O Curdistão não esperou por Bagdad e prosperou. Assinou contratos de exploração de petróleo antes da Assembleia Nacional chegar a acordo sobre a lei da partilha dos recursos. Abriu aeroportos e chamou estrangeiros. Incentivou o turismo. Deu guarida às agências da ONU que deixaram Bagdad e aproveitou os seus peritos para desencadear projectos como o da reabilitação da cidadela de Erbil, a cidade que é a actual capital do poder regional. No Curdistão nasceram estradas e postes eléctricos. Em 2010 chegou-se às 18 horas de electricidade por dia, fornecidas pela rede pública, e o Governo garante que serão 24 ainda em 2011. Isto apesar do *boom* de construção, com hotéis e prédios de escritórios e subúrbios de habitação a surgirem em Suleimaniyah e principalmente em Erbil. Permanece por resolver a questão Kirkuk – cidade situada imediatamente abaixo das actuais fronteiras do Curdistão e que os curdos reclamam como sua, mas onde vivem muitos árabes, para além de turcomanos e cristãos –, mas os curdos não esperaram para construir um país funcional, mesmo se não totalmente democrático. Há maus sinais a virem do Curdistão, como um aumento da perseguição aos jornalistas, mas também há sinais positivos, como a emergência de um terceiro partido, o Mudança, uma oposição aos históricos Partido Democrático do Curdistão, do actual primeiro-ministro curdo, Massoud Barzani, e União Patriótica do Curdistão, do presidente iraquiano, Jalal Talabani. Estes partidos já travaram uma guerra civil e hoje dividem o poder. Com ou sem Kirkuk como capital, o Curdistão, pelo menos o iraquiano, com os seus seis milhões de habitantes, já é uma realidade. O que não significa que o maior povo sem Estado – dividido pela Síria, Turquia, Arménia, Azerbaijão, Irão e Iraque – vá um dia ter um país chamado Curdistão.



**Divisões étnico-religiosas do Iraque.** Fonte: CIA Factbook (estimativa da população em Julho de 2010).

o consiga, se essa for a sua determinação. O Iraque é o único país árabe de maioria xiita. E o único país de maioria xiita para além do persa Irão. Foi por tudo isso que o rei da Jordânia, Abdullah, avisou, antes da guerra, que viria aí um “crescente xiita” a unir o Líbano do Hezbollah a Bagdad e ao Irão dos mulás. Amr Moussa, líder da Liga Árabe, antecipou que invadir o Iraque de Saddam seria “abrir a caixa de Pandora”.

### O julgamento da História

Entre o pior cenário e o melhor panorama há muitas nuances mas não há caminhos simples. A vida dos iraquianos foi duríssima nos últimos anos – entre dois e três milhões fugiram do país (na Síria há bairros com nomes de cidades iraquianas) e um número idêntico fugiu de casa dentro do Iraque para onde pôde, para não ser morto. Hoje continua difícil.

Independentemente da violência, os iraquianos têm agora, em média, três a quatro horas de electricidade por via da rede nacional – tinham quatro a oito horas no pré-guerra de 2003. No Verão quente de 2010, protestos nas cidades do Sul do país contra a falta de electricidade provocaram pelo menos dois mortos. Os indicadores de água potável não são melhores do que os do acesso a electricidade – e a água pode mesmo ser o próximo motivo para um conflito regional. Os caudais iraquianos dos rios Tigre e Eufrates chegaram em 2009 aos níveis mínimos de que há registo e a ONU tenta pôr em marcha um plano de emergência. Lembramos de novo a deputada Suhail para notar que nada adianta se os países vizinhos não quiserem ajudar: é da Síria que vem o Eufrates, da Turquia que corre o Tigre, e é com o Irão que o Iraque partilha o Shat-al-Arab, o rio que já fez de Baçorá a Veneza do Médio Oriente. Os vizinhos do Iraque

prosperaram enquanto o Iraque definiu, as barragens nasceram e não há acordos que estipulem a quantidade de água que deve atravessar as fronteiras.

A vida de muitos iraquianos que permaneceram no seu país e sobreviveram também não é fácil por causa da pobreza. O nível de vida de um funcionário público, de classe média ou classe média baixa, subiu alucinantemente desde 2003. Os salários são dez vezes mais altos e tudo é muito mais caro, da gasolina ao pão. Mas há oito milhões de pobres no Iraque, muitos dos quais deixaram simplesmente de poder pagar as suas rendas quando estas aumentaram e ficaram na rua. Nasceram “campos de deslocados internos” que, na maioria dos casos, nem campos são. São ruínas habitadas por famílias inteiras às quais não chega qualquer apoio. O governo tem outras prioridades e as organizações internacionais ainda não adequaram os critérios de

actuação no país aos riscos actuais, mantendo enormes limitações de movimentos aos seus funcionários estrangeiros e continuando a operar muitas vezes a partir da Jordânia, para onde retiraram depois dos atentados do Verão de 2003 contra as sedes das Nações Unidas e do Comité Internacional da Cruz Vermelha.

No melhor dos cenários, os diferentes grupos políticos e religiosos existentes no Iraque, com as suas ligações aos países vizinhos, vão entender-se para uma de duas soluções. Um novo Líbano, que é no fundo o que Bremer quis fazer, ao decidir que o presidente seria curdo, com um vice árabe sunita e outro árabe xiita, o primeiro-ministro seria árabe xiita e o presidente do parlamento seria um sunita. Será uma paz podre como a libanesa, que pode mais cedo ou mais tarde transformar-se nalgum tipo de conflito armado. Outra solução passa por um Estado federal com províncias agrupadas a norte, ao centro e a sul, uma divisão determinada pela maioria étnico-religiosa: curda a norte, árabe sunita no centro, árabe xiita no sul. Bagdad tem de tudo entre os seus mais de 5 milhões de habitantes e os árabes sunitas não têm petróleo na que seria a sua “região natural”, pelo que esta solução será de muito difícil aceitação pelas partes.

Seja qual for o futuro, certo é que não havia nem armas de destruição maciça, como Bush garantiu, nem a Al-Qaeda operava aliada a Saddam Hussein, como Washington quis que o resto do mundo acreditasse. Numa entrevista a Bob Woodward para o quarto livro que este jornalista escreveu sobre a presidência Bush, o antigo presidente dos Estados Unidos disse que a História terá de o julgar, a propósito do tempo que demorou para admitir que a realidade no Iraque teimava em não acompanhar as suas expectativas, quando Bagdad estava transformada num campo de batalha, em 2006, e Bush continuava “esperançoso”. Até que, em Janeiro de 2007, anunciou um reforço de militares e uma nova estratégia. Quer Bush queira, quer não, a História já o está a julgar. ■

### Referências bibliográficas

- HAFEZ, Mohammed M. — *Suicide Bombers in Iraq*. United States Institute of Peace Press, Washington, 2007.
- WOODWARD, Bob — *The War Within*. Simon & Schuster, 2008.
- International Crisis Group: Homeless Iraqis Prompt Fears of Social Crisis, Maio de 2010.

## O conturbado processo democrático da Costa do Marfim

DESDE A INTRODUÇÃO do multipartidarismo na Costa do Marfim, em 1991, que as eleições para a presidência da República deste país têm sido alvo de controvérsia. A Costa do Marfim obteve a sua independência de França, em 1960, e o seu líder histórico, Félix Houphouët-Boigny, deteve a presidência durante 33 anos até à data da sua morte, a 7 de Dezembro de 1993. Nessa altura, e de acordo com a Constituição marfinense, a presidência da república foi assumida pelo presidente da Assembleia Nacional, Henri Konan Bédié. O então primeiro-ministro Alassane Ouattara manifestou a intenção de se candidatar nas eleições presidenciais seguintes, de 1995, e foi a partir desse momento que se desenvolveu o jogo político que alimentaria a divisão étnica e fomentaria a xenofobia na sociedade marfinense. Esta, por sua vez, está a viver uma crise económico-social que se iniciou na década de 80 e encontra-se sujeita a um programa de ajustamento estrutural internacional. Os golpes de Estado de Dezembro de 1999 e Setembro de 2002 e, no seguimento deste último, a subsequente divisão do país em dois, proporcionaram o palco para a violência que se instalou de seguida no território.

### Primeiras eleições presidenciais multipartidárias

Após assumir interinamente o cargo de presidente da República, Henri Konan Bédié, do ex-partido único Parti Démocratique de Côte d'Ivoire (PDCI), aprovou um novo código eleitoral com o qual redefinía as condições de elegibilidade dos candidatos à presidência da República. A partir de então, qualquer candidato à presidência teria de ser “marfinense de nascença, filho de pai e mãe também eles marfinenses. Não pode ter renunciado à nacionalidade marfinense [...] e residir de maneira contínua na Costa do Marfim nos últimos cinco anos”.

Estas condições visavam, claramente, Alassane Ouattara, considerando: i) incertezas quanto à nacionalidade do seu pai; ii) o facto de Ouattara ter obtido um passaporte diplomático do Burkina-Faso, emitido quando trabalhara no Banco Central dos Estados de África Ocidental (BCEAO) e, por último, iii) a actividade profissional não só no BCEAO mas também no Fundo Monetário Internacional implicara

a ausência de Ouattara do país durante vários anos (tendo regressado em 1991, ao assumir o cargo de primeiro-ministro).

Afastando assim o seu principal adversário da participação nas eleições presidenciais de 1995, Konan Bédié obtém a vitória e mantém um programa político-social que assume contornos cada vez mais exclusivistas, principalmente com a sua política de “marfinidade”. Em Dezembro de 1999, em desacordo com as políticas do presidente, o General Robert Guéi promove o primeiro golpe de Estado do país e, liderando uma junta militar, assume a presidência até às eleições de 2000. Apesar de prometer reformular as condições de elegibilidade antes das presidenciais, não o faz, e Ouattara é novamente excluído por nacionalidade “duvidosa”. Laurent Gbagbo, líder

do partido socialista Front Populaire Ivoirien (FPI) e único adversário do general, ganha as eleições, marcadas por uma fraca adesão às urnas (37,4% de participação). Nos dias seguintes registam-se confrontos entre os partidários dos dois adversários, já que o general Robert Guéi se recusa a aceitar o resultado das eleições e a renunciar ao cargo. Dias depois, após a cedência do general e a consequente saída do país, os partidários de Ouattara exigem a realização de novas eleições, nas quais o seu candidato possa participar livremente, mas o novo presidente, Laurent Gbagbo, recusa a repetição do acto eleitoral. Em Dezembro de 2000 o Supremo Tribunal volta a rejeitar a candidatura de Ouattara, desta feita tendo em vista as eleições legislativas. O seu partido, o Rassemblement des Républicains (RDR), apela ao boicote e decorrem novos confrontos, agora entre os partidários do RDR e as forças de segurança. Em Março de 2001 o RDR concorre às eleições municipais e obtém uma clara vantagem face ao PDCI e ao FPI.

Por seu lado, Laurent Gbagbo, evidenciando apreensão quanto à possibilidade de vir a ser alvo de um novo golpe de Estado militar, inicia, através do seu ministro da Defesa, uma reestruturação das Forças Armadas. Ao contrário da política de Houphouët-Boigny, que sempre procurara criar estruturas militares, políticas ou administrativas baseadas na heterogeneidade étnica, Gbagbo (à semelhança do que também fizera Bédié) discriminou os oficiais partidários dos seus adversários. No início de 2002, a possibilidade de dispensa de militares do corpo das Forças Armadas levanta um descontentamento que vai de facto contribuir para o golpe de Estado de Setembro de 2002.

### Um Estado, duas administrações

A 19 de Setembro de 2002, o movimento rebelde Mouvement Patriotique de la Côte d'Ivoire (MPCI) põe em marcha a sua tentativa de golpe de Estado. É impedido de entrar na capital económica de Abidjan (travado pelas forças governamentais e pela força militar

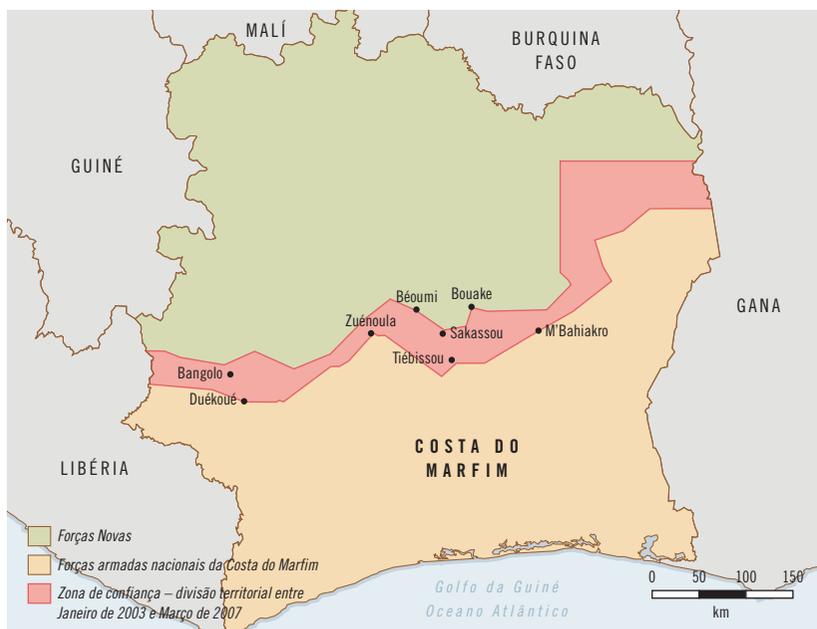
### O CONCEITO DE “MARFINIDADE”

Quando em 1960 a Costa do Marfim se tornou independente, o país contaria com uma população de cerca de 3,5 milhões de habitantes, havendo uma maior presença de populações a norte, na zona de savanas, do que no sul, região de floresta tropical. Para promover o desenvolvimento económico do país, nomeadamente das indústrias de produção de cacau, café, algodão e da construção de vias rodó e ferroviárias, o presidente Félix Houphouët-Boigny implementou uma forte política de migração (da região norte para a região sul do país, mais propícia à actividade agrícola) e de imigração (principalmente de países como o Burkina-Faso e o Mali), incentivando os “irmãos” vizinhos a instalarem-se na Costa do Marfim. O desenvolvimento económico e a política de migração permitiu que a população aumentasse para cerca de 6,7 milhões em 1975 (realização do 1º censo), para 15,3 milhões em 1998 (realização do 3º e último censo), sendo a estimativa actual de 21,5 milhões de pessoas. Em 1998, 26% da população era estrangeira, apesar de cerca de 41% terem já nascido na Costa do Marfim e uma maioria da percentagem remanescente viver neste país há mais de 10 anos. Para incentivar esta (i) migração, Félix Houphouët-Boigny defendeu que a posse de terra pudesse passar a pertencer a quem a cultivasse, baseando-se para isso na criação de um novo direito consuetudinário e renegando para segundo plano quaisquer títulos de propriedade, bem como quaisquer cartões/autorizações de residência a cidadãos estrangeiros (qualquer pessoa proveniente de um país da CEDEAO podia circular e residir livremente na Costa do Marfim).

A queda do preço dos produtos primários nos mercados internacionais em 1980, nomeadamente do cacau e café, principais exportações da Costa do Marfim, originou uma forte crise económica e a consequente intervenção do Banco Mundial e dos seus programas de ajustamento estrutural. Na década de 90, a introdução do multipartidarismo e, em 1993, a morte do líder histórico, trouxeram novos dilemas para a elite governante, já a braços com contestações sociais de uma população jovem, desempregada e sem perspectivas. Para a maioria desses jovens, fortemente concentrados nas grandes áreas urbanas, a alternativa era regressar às cidades de origem dos

seus progenitores cujas terras tinham sido, entretanto, “ocupadas” por “estrangeiros” (incluindo nesta categoria os provenientes dos países vizinhos mas também aqueles originários de outras regiões da Costa do Marfim, principalmente do Norte).

A este sentimento de contornos xenófobos cada vez mais generalizado na sociedade marfinense, veio aliar-se, entre outros factores, a chamada política de “marfinidade”, desenvolvida por intelectuais e académicos próximos da elite dirigente, mais concretamente do presidente Henri Konan Bédié. Sob o pretexto de criar uma “sociedade marfinense moderna e liberal”, a partir de 1996 é desenvolvido um projecto etno-nacionalista de identificação de uma identidade nacional “marfinense”, que englobasse as diferentes etnias autóctones da Costa do Marfim. Segundo os seus teóricos, esse projecto deveria ser concretizado pelos elementos da elite Baule-Akan (no poder nos últimos 33 anos), já que estes seriam os mais capazes para o efeito. Para a identificação dessa identidade nacional era necessário clarificar primeiro quem era passível de ser marfinense, e quais os critérios para essa selecção. Após um forte debate, definiu-se que para ser marfinense, um cidadão teria de ser filho de pai e mãe marfinense (critério que prevaleceu sobre a filiação de pai *ou* mãe marfinense). Em termos práticos, o principal objectivo era afastar Alassane Ouattara da corrida às eleições presidenciais de 1995, já que pairava sobre este a dúvida relativa à proveniência do seu pai (que nascera antes da constituição da colónia da Costa do Marfim em 1893). O afastamento de Alassane Ouattara, muçulmano, proveniente do norte do país, e a sua conotação como “estrangeiro”, gerou um sentimento de exclusão entre os marfinenses com as mesmas características ou seja, provenientes da região norte, de origem muçulmana e que suportavam agora o peso da indefinição do seu estatuto de cidadania. Esse sentimento de exclusão, aliado ao sentimento xenófobo e nacionalista alimentado pela comunicação social estatal e pelos dirigentes marfinenses desde 1995 (incluindo Laurent Gbagbo e a sua *entourage* política após a sua eleição em 2000), levaram à fracção da sociedade marfinense e alimentaram a violência étnica que o país viveu nestes últimos 8 anos de crise.



**Divisão territorial da Costa do Marfim.** Fonte: Centre de Documentation et d'Informations Humanitaires.

francesa no terreno) mas consegue conquistar outras cidades, obtendo o domínio sobre a metade norte do país. Em Outubro o MPC assina um cessar-fogo com as forças francesas e apresenta as suas reivindicações: a saída de Laurent Gbagbo da presidência e a realização de novas eleições presidenciais.

A reestruturação do movimento rebelde em Novembro (devido ao aparecimento de dois novos grupos na parte ocidental do país), leva à criação das *Forces Nouvelles* (Forças Novas – FN), que, representadas por Guillaume Soro, participam nas conversações de paz que se realizam em Linas-Marcoussis em Janeiro de 2003, arredores de Paris, onde é negociado o primeiro Acordo de Paz. A principal consequência deste acordo é a criação de um Governo de Reconciliação Nacional (GRN), composto por elementos de todas as partes políticas no país (Governo e oposição) e dos movimentos rebeldes. Contudo, o país fica dividido em dois e é, inclusive, criada uma *zone de confiance*: uma faixa com cerca de 600 km de comprimento e, conforme os casos, 25 km de largura, patrulhada pelas forças internacionais e que, ao percorrer o país de leste a oeste, separa oficialmente a metade norte, sob o controlo dos grupos rebeldes, da parte sul, sob o controlo do poder central. A administração da parte norte do país é atribuída a comandantes de zona (*Com'zones* – *Commandant des zones*) das Forças Novas e são eles que passam a deter o poder judicial, económico e administrativo das regiões sob a sua alçada. Devido à presença dos rebeldes, a maioria dos funcionários públicos foge da

zona norte do país, incluindo professores, e o acompanhamento médico passa a ser feito através de ONGs no terreno. O país ficará assim dividido durante quatro anos e meio.

### O longo processo negocial

O acordo de paz de Linas Marcoussis tinha algumas lacunas e não clarificou quais as medidas necessárias a adoptar para a alteração dos pontos mais controversos, ou seja, os critérios de elegibilidade e a questão da cidadania marfinesa. Nos meses seguintes ocorrem sucessivos impasses no GRN, caracterizados, por um lado, pela falta de vontade política de Laurent Gbagbo em promulgar leis que modificassem o código eleitoral, e, por outro, pela relutância do movimento rebelde em iniciar o seu processo de desarmamento, tal como previsto no acordo.

Em Novembro de 2004, após um ataque mal planeado das forças governamentais a forças rebeldes, reacende-se o receio do conflito armado no país e a União Africana nomeia o presidente sul-africano Thabo Mbeki para mediar novas negociações de paz. Em Abril de 2005 é assinado o acordo de Pretória que introduz, finalmente, uma emenda à controvertida cláusula dos critérios de elegibilidade, permitindo assim a Ouattara candidatar-se às eleições. Ultrapassada esta dificuldade política, passa a ser necessário promover a reunificação administrativa do país e o desarmamento (dos rebeldes mas também das milícias pró-governamentais) para, por fim, se prepararem as eleições presidenciais previstas para

esse mesmo ano de 2005. Novos impasses e a contínua falta de vontade política de Laurent Gbagbo e do FPI (com maioria parlamentar) não materializam estes objectivos e as eleições presidenciais vão ser sucessivamente adiadas. A renitência de Gbagbo em abdicar da presidência após o fim do seu mandato oficial (Outubro de 2005) levanta nova onda de indignação e, agora sob a mediação do presidente do Burkina-Faso Blaise Compaoré, é promovida mais uma ronda de negociações de paz. O seu resultado será a assinatura do Acordo de Paz de Ouagadougou, em Março de 2007, que vai permitir, finalmente, a reunificação do país.

A próxima etapa passa a ser a preparação das eleições presidenciais, que se realizam finalmente em Outubro de 2010. Caracterizadas por uma forte adesão da população, os dois candidatos mais votados – Laurent Gbagbo e Alassane Ouattara – disputam uma segunda volta a 28 de Novembro. Com o apoio político – ironicamente – de Henri Konan Bédié e do seu eleitorado, Alassane Ouattara vence umas eleições cujo resultado Laurent Gbagbo se recusa a aceitar, acusando a Comissão Eleitoral Independente de fraude eleitoral. A validação das eleições pelos observadores internacionais leva à aceitação dos resultados pela comunidade internacional, cada vez mais desgastada pelo jogo duplo de Laurent Gbagbo na sua tentativa de se manter no poder. A sua recusa vai levar o país à beira de uma guerra civil, já que as forças armadas mantêm-se leais ao presidente cessante e as Forças Novas, rebaptizadas de Forças Republicanas, aliam-se a Alassane Ouattara. Após um conturbado período de violência, as forças republicanas conseguem finalmente deter o presidente cessante, tendo para isso a anuência das tropas internacionais no terreno. Seis meses após a sua vitória eleitoral, Alassane Ouattara assume oficialmente a presidência da República da Costa do Marfim.

### Um futuro atribulado?

O futuro para este septuagenário recém-eleito afigura-se atribulado. Cabe-lhe redinamizar a economia (incluindo o sector empresarial de produção de cacau e café ou os sectores mineiro – ouro e diamantes – e petrolífero), proceder à remodelação das forças armadas (incluindo desarmamento de rebeldes, milícias e grupos paramilitares favoráveis a Gbagbo) e reestruturar toda a administração pública (existindo no norte regiões ainda sob a autoridade dos *com'zones*). Tem ainda que promover a

reconciliação nacional, tema de não somenos importância quando falamos de uma sociedade que, não tendo estado em guerra civil declarada, foi vítima de violências constantes, por parte de partidários de ambas as partes. A população da Costa do Marfim viveu um forte período de xenofobia (ao ponto de se recear a repetição de um novo Ruanda), e a desconfiança que se instalou é transversal a todos os sectores da sociedade, igualmente marcante nas forças armadas.

“**A população da Costa do Marfim viveu um forte período de xenofobia [...] e a desconfiança que se instalou é transversal a todos os sectores da sociedade [...]**”

Ouattara, por enquanto, tem o apoio da comunidade internacional e das principais organizações financeiras internacionais. Tem também demonstrado vontade política para impedir que a impunidade se instale na Costa do Marfim e pretende colaborar com o Tribunal Penal Internacional, a quem solicitou a investigação das atrocidades ocorridas entre os resultados das eleições e a detenção do ex-presidente. Mas numa sociedade marcada pelo xenofobismo, pela desconfiança e pelo forte discurso anti-occidental dos últimos anos, até onde pode chegar a presidência deste ex-director-geral adjunto do FMI? A realização das eleições legislativas que decorrem em Dezembro de 2011 vão ser a sua primeira prova de fogo. ■

### Notas

<sup>1</sup> Um acordo de defesa mútua assinado entre a França e a Costa do Marfim permitia a presença de um dispositivo militar francês na Costa do Marfim – a força *Licorne* –, na altura composto por 700 militares.

### Referências bibliográficas

CUTOLO, Armando – “Modernity, Autochthony and the Ivorian Nation: the end of a century in Côte d'Ivoire” Africa 80. Edinburgh University Press, 2010.  
 GUESNET, Lena et al – “Natural Resources in Côte d'Ivoire: fostering crisis or peace? The cocoa, diamond, gold and oil sectors” brief 40. Fatal Transactions, Bonn International Center for Conversion, Novembro 2009.  
 BOUQUET, Christian – «Les fondements de la crise ivoirienne par les cartes». Abril 2011.  
<http://meridianes.org/2011/04/16/la-crise-ivoirienne-par-les-cartes/>  
 “The war is not yet over” International Crisis Group Africa Report n.º 72, 20 November 2003, Freetown/Brussels.  
 “Côte d'Ivoire: Sécuriser le processus électoral” International Crisis Group Africa Report n.º 158, 5 de Maio de 2010, Freetown/Brussels.

## Primavera dos povos no mundo árabe

AS REVOLTAS POPULARES que se têm verificando nos países do mundo árabe, desde a queda em Fevereiro deste ano do presidente Ben Ali, na Tunísia, parecem indicar o início de profundas mudanças no tipo de regime que tem caracterizado a região. Com efeito, assiste-se na grande maioria destes países à subsistência ao longo décadas de regimes assentes em figuras carismáticas fortemente apoiadas pelas estruturas militares, com controlo claro das forças da ordem e de toda a máquina do Estado. Estes regimes fortes têm servido na perfeição as aspirações da comunidade internacional, porquanto têm conseguido manter uma aparente estabilidade interna e, por conseguinte, regional, através do controlo das vozes da oposição.

Se tem existido o receio de que a oposição islamista pudesse tentar impor regimes teocráticos de pendor extremista, com repercussões internas e internacionais nefastas e indesejadas, essa posição tem servido igualmente para silenciar qualquer tipo de contestação à ordem vigente. Importa ter em consideração, desde logo, que o conjunto de países do Médio Oriente e Magrebe tem uma população de cerca de trezentos milhões de pessoas que, apesar de professarem, na sua esmagadora maioria, o islamismo, de falarem a língua árabe, de terem populações jovens e, logo, taxas de natalidade elevadas, bem como regimes semelhantes na sua forma de exercer o poder, conhecem realidades internas muito díspares entre si, levando a que não se possa facilmente avaliar o todo pela parte. Nem mesmo em relação aos países do Magrebe se pode fazer uma leitura padronizada no que diz respeito à evolução da política interna.

### Elementos caracterizadores dos regimes autocráticos

Como denominador comum podemos apontar alguns elementos que poderão servir de base de análise ao surgimento e perpetuação no poder dos regimes autocráticos no Médio Oriente e Magrebe e que passamos a enunciar.

Desde logo, a consolidação das independências face a anteriores potências colonizadoras e, conseqüentemente, a afirmação da nacio-

nalidade. Após a descolonização operada nos países da região, em resposta às aspirações legítimas dos povos, os regimes políticos nacionais surgem intimamente ligados à conquista da desejada independência, gozando logo à partida de uma forte legitimidade junto das populações. A figura paternal de cariz providencial a que os diversos líderes, sem excepção, se associaram capitalizou o apoio popular, conjugado com o culto da personalidade e da imagem do líder. O papel de garante da estabilidade interna e da paz gerou um sentimento de segurança associado à figura de proa e ao seu regime, que, com o passar dos anos, fez com que se tornassem, inevitavelmente, em regimes policiais altamente controladores. A promessa de reformas e melhoria das condições de vida da população em geral, pois largos sectores da população enfrentam carências que teimam em persistir. A salvaguarda dos valores religiosos e do Islão como religião do Estado, sem permitir, no entanto, a ascensão de facções radicais restritivas dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Por outro lado, se no seguimento das independências e do processo de afirmação do Estado como entidade capaz de *per si* levar a bom porto os destinos de uma nação, não se conhece, ao longo dos anos, uma evolução nos domínios social, económico e político, é de esperar que surjam focos de descontentamento e de contestação. Nesse quadro, havendo abertura ao diálogo, uma oposição minimamente credível e uma sociedade atenta e participativa, os ciclos políticos vão-se sucedendo e as populações, mal ou bem, vão fazendo as suas escolhas. Ora, na região em apreço, isso não sucede. Verifica-se a falta de partidos políticos com expressão, ou mesmo inexistência completa dos mesmos, assim como inexistência de diálogo e de participação popular na vida política, sendo a soberania popular um conceito desconhecido nos países árabes. Só assim se pode justificar o ascendente dos regimes autoritários sobre um povo, com a ausência de oposição e de qualquer oportunidade de pôr em causa o *status quo*, alcançado pela propaganda, pelo controlo de informação e pela repressão, as-

sociado à corrupção e à economia paralela que assola todos os quadrantes da sociedade. No entanto, por mais eficaz que seja o aparelho do regime, à medida que os anos vão passando, com a renovação das gerações, cujo sangue novo desperta posições mais arrebatadas, torna-se cada vez mais difícil conter a contestação e suportar o regime.

### Os povos e os seus líderes

A relação dos povos com os seus soberanos foi evoluindo ao longo dos anos, começando com uma fase inicial de reconhecimento do valor do líder/regime e de esperança nas suas políticas, passando por uma fase de doutrinação e de habituação prolongada à realidade interna, situação essa que evolui no sentido de um descontentamento crescente, ainda que silencioso, e que culmina numa contestação generalizada que nem a força consegue conter.

É possível então traçar alguns pontos comuns aos países da região no que diz respeito ao sentimento das populações perante as elites. Desde logo a demora na concretização das reformas esperadas e a percepção de que estas não operam por vontade do regime e não pelas dificuldades que sempre justificaram a inoperância. As elevadas percentagens da população a viver abaixo do limiar da pobreza, a manutenção ou mesmo degradação das condições sociais, nomeadamente no que diz respeito ao emprego, à habitação e aos salários, as restrições à liberdade de opinião, de imprensa, de reunião e de circulação. A promessa contínua, mas nunca concretizada, de melhorias, levando a um descontentamento generalizado causado pela sensação de que a vida é marcada por um acumular de oportunidades perdidas e de sonhos gorados, em suma, a perda de qualquer réstia de esperança na bonomia do regime.

Na verdade o descrédito das elites, aliado ao facto de a média de idades desta massa populacional, ávida de mudança, ser de 24,7 anos (a média de idades na União Europeia é de 40,5 anos), não é por si só passível de provocar um movimento, capaz de abalar regimes fortemente implantados ao longo de décadas. A estes dois factores há que fazer referência a uma panóplia de elementos cuja conjugação se transforma numa mistura explosiva para qualquer regime autoritário.

É de referir a abertura de muitos destes países ao turismo e o conseqüente conhecimento

de outras mentalidades, posturas, aspirações e disponibilidade financeira, levando muitas pessoas, especialmente os jovens, a interrogar-se acerca das razões para uma tal diferença entre a sua realidade e aquela dos turistas com os quais contactam. O alargamento do acesso a canais televisivos por satélite trazendo para o seio de todos os lares um admirável mundo novo e uma nova perspectiva acerca do que se passa no resto do mundo e de como vivem outros povos. A massificação do uso da internet com as auto-estradas da informação abertas a qualquer matéria, permitindo o acesso e a partilha de informação em tempo real, com todo o mundo. A possibilidade de efectuar viagens ao estrangeiro verificando assim, *in loco*, o modo de vida de outros povos, bem como, os contactos com familiares e amigos a residir no Ocidente. A percepção cada vez mais clara e evidente de que há uma elite restrita que domina a economia e os privilégios, deixando muito pouco do rendimento do Estado para aplicar nas necessidades de uma maioria desprotegida e empobrecida, além de coarctar as oportunidades de iniciativa privada fora dos círculos que gravitam à volta do poder. O aumento do número de anos de escolaridade proporcionando um aumento significativo da literacia, destacando-se em muitos dos países da região o número de universitários e de licenciados sem emprego.

“  
[...] as mudanças em curso são profundas, [...] reconfigurarão os equilíbrios de poder em toda a região e [...] terão um impacto fortíssimo no xadrez mundial.”

Um facto incontornável na região é o de que os Estados possibilitaram aos jovens o acesso a estudos universitários, sem obedecer a nenhum tipo de planeamento e de identificação das necessidades do país, nem da capacidade de absorção daquela mão-de-obra qualificada por parte do mercado de trabalho. Assim criaram-se massas de jovens esclarecidos sem emprego e sem solução à vista, avolumando as já elevadas taxas de desemprego. Uma forte aspiração a uma vida melhor, sem nada a perder pelo facto de o exigirem, tanto por parte dos jovens que nasceram e sempre viveram enquadrados pelos regimes e portan-

to não guardam a deferência para com estes que vêm nos seus pais e avós, mas também no que diz respeito às gerações mais velhas, para as quais parece ter chegado a altura de afirmar o descontentamento há muito reprimido. Factor decisivo poder-se-á afirmar ser a banalização das comunicações móveis e das redes sociais na internet que vieram permitir a troca permanente de ideias, de mensagens, a partilha de vontades e a sua disseminação em rede, chegando a um número inimaginável de pessoas num ápice.

A conjugação dos factores descritos traça um quadro potencial de contestação com repercussões profundas na configuração política e social da região.

### O rearranjo interno e o seu impacto à escala global

A contestação interna é um sinal claro de um povo atento e de um país pleno de vitalidade. A mudança não tem obrigatoriamente que ver com uma ruptura total com o passado, apesar de, por via de regra, se não se verificar um corte radical com a realidade política que os povos contestam, as verdadeiras mudanças

nunca se verificam, limitando-se os períodos de agitação a ter como resultado meras alterações superficiais à ordem estabelecida. Ao que tudo indica, os povos árabes clamam por mudanças efectivas. Com efeito, os movimentos de contestação a alguns regimes árabes têm uma base popular, não se conhecendo uma estrutura política organizada, um projecto, uma ideologia ou uma liderança. Não se vislumbra uma transição pacífica para novos paradigmas de governação, nem um caminho claro a seguir, pois a não existência de um rumo deixa adivinhar tempos conturbados na política interna dos Estados por onde sopram os ventos de mudança.

Este clima de instabilidade, que se adivinha longo, trará uma série de problemas à escala regional e mesmo global, pois há que ter em conta diversos factores. As taxas de desemprego, sendo já elevadas na pendência de regimes aos quais interessa manter o desemprego controlado, numa situação de instabilidade é de prever que aumentem, desde logo pela paralisação de empresas e sectores da economia. Se o desemprego chegava a atingir números na ordem dos 35% no Líbano, 30% na Líbia e

na Mauritânia e a rondar os 10 a 15% nos restantes países, é de prever que, com o aumento destas taxas, já de si elevadíssimas, num clima de instabilidade e sem o controlo policial exercido pelos regimes, a imigração aumente exponencialmente em direcção à Europa.

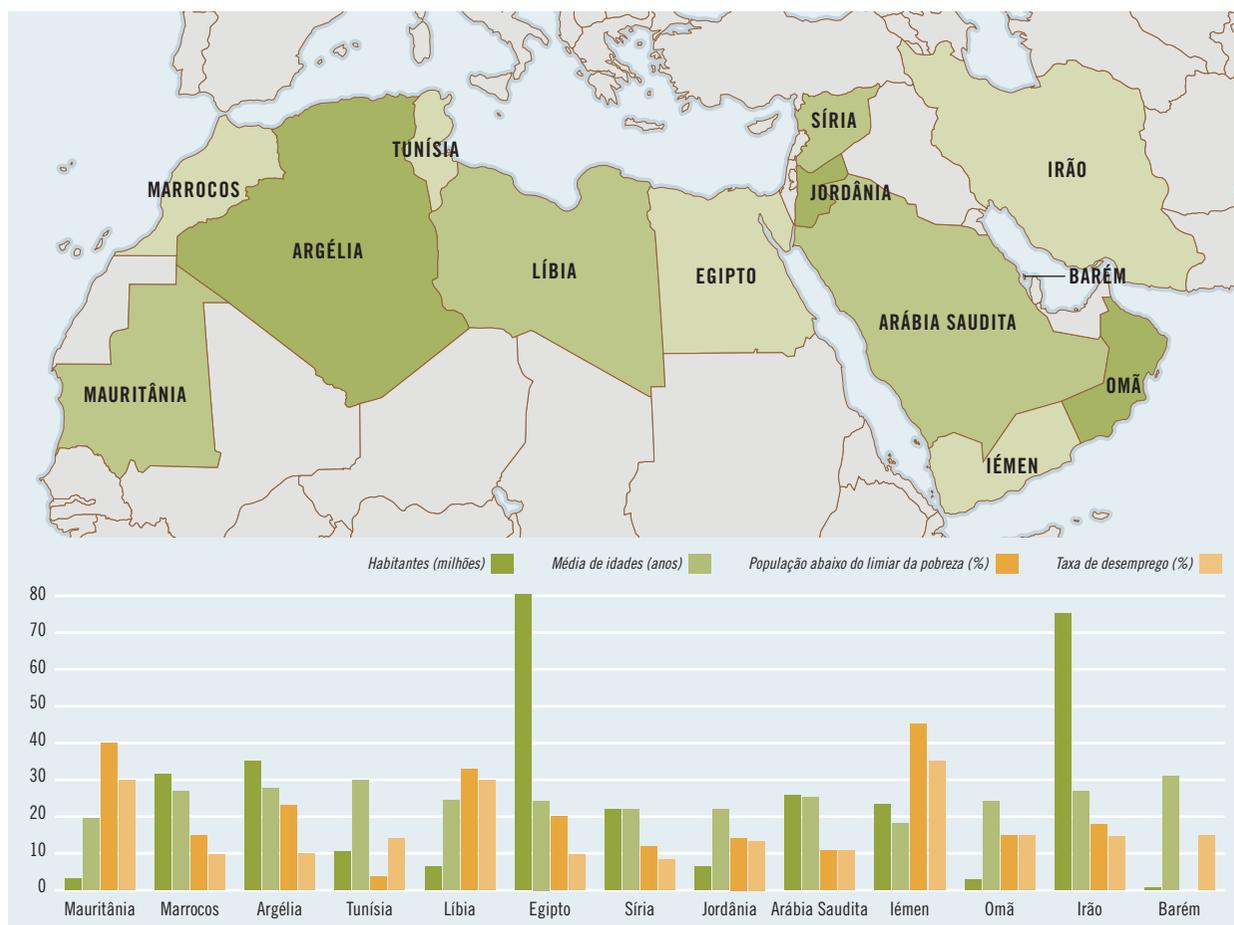
O mercado europeu, a braços com uma crise económica e financeira, com taxas de desemprego também elevadas, não tem capacidade para acolher massas de imigrantes, causando assim um problema nada fácil de resolver. A extracção e fornecimento de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) sairão certamente afectados, com repercussões imediatas nos preços, que tenderão a subir, fazendo jus à lei da oferta e da procura. De referir que a Líbia é o país africano com maiores reservas de petróleo (44,3 mil milhões de barris) e a Argélia é, logo a seguir à Nigéria, o segundo país de África com maiores reservas de gás natural. A não existência de organizações políticas fortes nestes países poderá abrir o caminho em direcção ao poder a organizações religiosas islâmicas, correndo-se o risco de uma deriva islamista dos países onde se verifiquem revoluções. É de referir o exemplo da Irmandade

Muçulmana, que teve a sua origem em 1928, no Egipto, e das organizações satélite em vários países da região. Se, há décadas, em muitos casos estas organizações prestam um apoio social louvável às populações, casos há em que a sua actuação assume contornos diferentes basta ver os exemplos do Hamas na Palestina ou do Hezbollah no Líbano. Ainda assim, este cenário parece pouco provável, pois as populações têm-se manifestado a favor da liberdade e da abertura, opondo-se certamente a uma regressão ao nível dos direitos individuais e da modernidade, de que são sinónimo os regimes teocráticos extremistas. Outro assunto preocupante está ligado à questão do processo de paz no Médio Oriente, no qual o Egipto tem sido um garante da estabilidade na região. Um extremar de posições, nomeadamente desrespeitando os acordos de paz com Israel, poderia ter consequências de uma magnitude insondável, não só a nível regional, mas também a nível mundial. De igual modo, uma perturbação à normal utilização do canal do Suez, passagem fundamental para o tráfego comercial marítimo entre o Oriente e o Ocidente, poderia ter um efeito devastador para a economia, para a paz e estabilidade mundiais.

Considerando que as variáveis enunciadas se aplicam à generalidade dos países árabes, há características específicas em cada um deles que levam a que o futuro se adivinhe muito diferente de país para país, e o futuro político de toda a região constitua neste momento uma incógnita. A estabilidade de Marrocos assente na legitimidade da dinastia alauita e na abertura à modernidade que já se verifica há alguns anos, semelhante aliás ao caso da Jordânia, o Líbano em que mais de 40% da população vive abaixo do limiar da pobreza e a taxa de desemprego se cifra nos 35%, a Líbia com um sistema político *sui generis*, um líder há mais de 40 anos no poder e com uma produção petrolífera considerável ou o Irão, que, não sendo um país árabe, é um Estado teocrático muçulmano com dinâmicas internas assaz interessantes.

Muitas são as interrogações sobre o futuro dos países árabes, havendo apenas a certeza de que as mudanças em curso são profundas, que reconfigurarão os equilíbrios de poder em toda a região e que terão um impacto fortíssimo no xadrez mundial.

A primavera dos povos está a chegar ao mundo árabe. ■



Factores de tensão socio-económica no Médio Oriente e Magrebe. Fonte AFP, Reuters, PÚBLICO, BBC e CIA World Factbook.